

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO
INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: Estudo de caso do
Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro –
RS.**

Silmara Patrícia Cassol Vogt

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO
INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: Estudo de caso do
Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro –
RS.**

por

Silmara Patrícia Cassol Vogt

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO INSTITUCIONAL DE
ALIMENTOS: Estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na
Região Celeiro – RS.**

Elaborada por
Silmara Patrícia Cassol Vogt

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Renato Santos de Souza - UFSM
(Presidente / Orientador)

Prof. Dr. José Antônio Costabeber- Emater/RS-Ascar

Prof. Dr. Clayton Hillig – UFSM

Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

Dedico esse trabalho a aqueles que são as luzes que iluminam o meu universo de vida: meu esposo Flávio e minhas sobrinhas Caroline e Emanuéli.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão importante de minha vida, me sinto feliz em vencer mais um desafio e sei que não cheguei até aqui sozinha. Muitos amigos e colegas me ajudaram, direta e indiretamente. Sou eternamente grata a todos aqueles que me acompanharam, auxiliaram e entenderam minha ausência e reclusão durante este período. Em especial agradeço:

Ao Flávio, meu esposo com quem troco paixão e amizade ao longo de nossa convivência. Pela compreensão de minha ausência e por ter renunciado a seus sonhos em favor dos meus.

A minha mãe Terezinha pelo incentivo antes e durante essa jornada, obrigado por ter sempre acreditado em mim. In memoriam a meu pai que sempre sonhou com a qualificação das filhas.

A minha irmã Sandra e meu cunhado Claudenir pelo apoio moral e material.

As minhas sobrinhas Caroline e Emanueli, luzes que iluminam o meu universo de vida e que mesmo não compreendendo o valor deste trabalho, me ajudaram nessa jornada.

Ao meu orientador, Prof. Renato, que sempre me deixou livre em minhas escolhas, obrigado por ter dado o rumo teórico desta pesquisa, seu apoio foi fundamental para que este trabalho fosse concluído. Aos professores do Programa PPGExR, pela amizade e experiências compartilhadas.

A todos os colegas, da turma 2007. Especialmente as minhas amigas Rafaela e Nádia, obrigada pelo convívio e pelas trocas de “saberes e sabores”.

Aos integrantes da Cooperfamiliar e da Cooper Fonte Nova, em especial aos agricultores entrevistados e suas famílias que, de uma forma muito generosa, me receberam em suas casas e compartilharam comigo uma parte de suas vidas e de seu trabalho.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, em grande parte do mestrado.

Enfim, aos espíritos de luz que me guiaram nesta oportunidade de buscar alguns dos elementos essenciais para a evolução da alma: o valor, a paciência e o saber.

A todos meu muito obrigado!

E é como seres transformadores e criadores que os homens, em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas idéias, suas concepções (Paulo Freire).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: Estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS.

AUTORA: SILMARA PATRÍCIA CASSOL VOGT

ORIENTADOR: RENATO SANTOS DE SOUZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de agosto de 2009.

Os mercados institucionais de alimentos passaram a constituir uma nova alternativa para os agricultores familiares acessarem os mercados de alimentos. O presente trabalho tem por objetivo analisar como se dá a inserção dos agricultores familiares no mercado institucional de alimentos, bem como compreender qual a contribuição das políticas públicas de aquisição de alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, esta pesquisa foi realizada em 2008, nos municípios de Crissiumal e Tenente Portela, situados na Região Celeiro do RS, esses municípios mostraram-se oportunos por constituir-se em um espaço onde predomina uma agricultura familiar que desenvolve a comercialização de seus produtos e a agroindustrialização através de Cooperativas de agricultores familiares. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com vinte e cinco agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA dos municípios pesquisados, e mais oito entrevistas com atores locais. Analisamos a construção social do mercado institucional de alimentos, através da inserção no PAA, com base no estudo dos atores que dela participam, técnicos, Cooperativas e agricultores familiares dos municípios. A pesquisa de campo mostrou que esse mercado é fruto de uma construção social e é constituído a partir de um conjunto de relações sociais desencadeadas por diferentes agentes, segundo o entendimento proposto pela Nova Sociologia Econômica (NSE). Pela análise do PAA na Região Celeiro constata-se que o Programa funciona como um instrumento de dinamização da economia local, com impactos na arrecadação dos municípios e na construção e implantação de políticas públicas integradas. A experiência de comercialização através do PAA fortaleceu os circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo, oportunizou a discussão de ações que geram demandas potenciais, como: estruturação de agroindústrias, implementação de redes solidárias, discussão da construção de um mercado permanente da agricultura familiar, organização da produção, conquistas de novos mercados, resgate de saberes socioculturais, desenvolvimento do turismo rural, além da promoção da autonomia/empoderamento dos agricultores, através da organização dos mesmos. Estes espaços criados não se restringem somente à comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas incluem a construção de uma nova relação com os consumidores, pautada pela valorização da diversidade e pelo fortalecimento dos vínculos com o território e das relações humanas e sociais. Constata-se que as Cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova conseguiram, em grande parte por causa do PAA, consolidarem-se como organizações sociais referências em comercialização de produtos da agricultura familiar e organização social.

Palavras-chave: Políticas públicas, Mercado institucional de alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos, construção social dos mercados.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Course of Master Degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria, RS Brazil

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL FOOD MARKET: Case Study of
the Program of Food Acquisition of "Celeiro" Region - RS.

AUTHOR: SILMARA PATRÍCIA CASSOL VOGT

ORIENTATOR: RENATO SANTOS DE SOUZA

Date and Location of Oral Presentation: August 31, 2009. Santa Maria.

The institutional food markets have become a new alternative for family farmers to access markets of food. This paper aims to analyze how the inclusion of family farmers in the institutional market of foods happens as well as to understand the contribution of the public politics of food acquisition for the strengthening of the family farming. With this in mind, this research was conducted in 2008 in the towns of Crissiumal and Tenente Portela, located in the "Celeiro" Region of RS, these municipalities were chosen as they are placed in an area where there is a family farm which promotes the marketing and industrialization of their products by Cooperatives of small farmers. Semi-structured interviews were carried out with twenty-five farmers benefited by the Program of Food Acquisition- "PAA" (*Programa de Aquisição de Alimentos*) in the surveyed towns, and another interview with thirteen local actors. We analyzed the social construction of the institutional food market by including the PAA, based on the actors, technicians, farmers, Cooperatives and towns that participated of the study. The field research has shown that this market is a result of social construction and it is made from a set of social relations triggered by different agents, according to the agreement proposed by the New Economic Sociology (NES). Through the analysis of the PAA in the "Celeiro" Region we can say that the Program works as a tool for increasing the local economy, with impact on the town revenues and the construction and implementation of public politics. The experience of marketing through the PAA strengthened the local and regional circuits of production, distribution and consumption, providing an opportunity for discussion of actions that generate potential claims, such as: creation of agro-industries, implementation of solidarity networks, discussion of building a permanent market for the family agriculture, organization of production, gaining new markets, the revival of socio-cultural knowledge, development of rural tourism, and promotion of autonomy / empowerment of the farmers by organizing them. These created spaces are not limited only to the marketing of the family farming, but they include the construction of a new relationship with consumers, based on the diversity and the strengthening of ties with the territory and the human and social relations. It is clear that the Cooperatives *Cooperfamiliar* and *Cooper Fonte Nova* succeeded mainly because of the PAA, and consolidated as referential social organizations in the commercialization of the family farm products, and social organization.

Keywords: Public politics, Institutional food market, Program of Food Acquisition, social construction of markets.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Volume de recursos utilizados com a aquisição de alimentos no PAA (2003-2007)	44
Figura 2 - Localização dos municípios de Tenente Portela e Crissiumal-RS	65
Figura 3 - Selo de identificação do Pacto Fonte Nova	76
Figura 4- Gestão Social e funcionamento do PAA em Tenente Portela-RS	91
Figura 5- Diagrama das estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares de Crissiumal e Tenente Portela fornecedores do PAA	103
Figura 6- Proporção da renda oriunda do PAA entre os entrevistados	115
Figura 7- Valores de venda e número de agricultores familiares fornecedores do PAA- Tenente Portela	116
Figura 8- Efeitos da Inserção no Mercado Institucional de Alimentos na Região Celeiro-RS	117
Figura 9- Formas de organização e participação social dos agricultores familiares	118
Figura 10 - Rede social do PAA em Crissiumal	120
Figura 11- Rede social do PAA em Tenente Portela	121
Quadro 1- Comparação entre a sociologia econômica e o “mainstream” da economia	50
Quadro 2- Relação das áreas de atuação, instituições responsáveis e atividade/produtos relacionados	78
Quadro 3- Organizações parceiras e funções no projeto	82
Fotografia 1- Reunião do comitê do bairro	97
Fotografia 2- Beneficiários recebendo os alimentos no "balaio"	98
Fotografia 3- Fachada do entreposto de ovos em Crissiumal	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Volume de recursos aplicados pelo PAA nos anos de 2003 a 2007 nas regiões brasileiras.....	44
Tabela 2- Número de famílias de agricultores atendidas pelo PAA nos anos de 2003 a 2007..	45
Tabela 3- Listagem de alguns produtos comercializados em Crissiumal e quantidades mensais e anuais em outros municípios- 1998.	75
Tabela 4- Principais produtos vendidos ao PAA e os seus respectivos preços com base nos valores da CONAB.....	83
Tabela 5- Quantidades de produtos adquiridos pelo PAA no município de Crissiumal, até setembro de 2008.....	84
Tabela 6- Principais produtos vendidos ao PAA e os seus respectivos preços com base nos valores da CONAB.....	92
Tabela 7- Produtos, quantidades de produtos do PAA, no município de Tenente Portela, até junho de 2009.	93

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	17
2.1 O Estado e sua intervenção na agricultura	17
2.2 A Agricultura Familiar e sua difusão enquanto categoria social.....	27
2.3 As políticas públicas para a Agricultura Familiar	32
2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA.....	36
2.4.1 Mercado Institucional de Alimentos (MIA) e a inserção da agricultura familiar.....	45
3 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E O MERCADO	49
3.1 Pressupostos da Sociologia Econômica.....	49
3.2 A construção social de mercados e as contribuições dos diferentes autores da nova sociologia econômica	53
3.2.1 As contribuições de Granovetter	54
3.2.2 As contribuições de Neil Fligstein.....	57
4 A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	60
4.1 Estudo de Caso	60
4.2 Os casos estudados	63
4.3 Etapas da pesquisa e fontes de informação utilizadas	65
4.3.1 Entrevista	66
4.3.2 Observação	70
4.4 Análise dos dados	71
5 A DINÂMICA DO PAA E DO MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS NA REGIÃO CELEIRO-RS	73
5.1 Caracterização da execução do PAA na Região Celeiro.....	73
5.1.1 A experiência da Cooper Fonte Nova.....	73
5.1.2 A experiência da Cooperfamiliar.....	85
5.1.3 As entidades beneficiadas.....	94
6 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS NA REGIÃO CELEIRO.....	99
6.1 A construção de circuitos locais e regionais de abastecimento e o fortalecimento dos canais de comercialização	100
6.1.1 Venda direta.....	103
6.1.2 Comercialização em feiras.....	106

6.1.2.1 Feira do Produtor	108
6.1.3 Comercialização em pequenos e médios estabelecimentos comerciais	109
6.1.4 Mercado Institucional de Alimentos- MIA	111
6.2 Fortalecimento da Organização Social	117
6.2.1 Qualificação da produção de alimentos da agricultura familiar	125
6.3 Dinamização das economias locais e a construção social de novas alternativas de comercialização	132
6.3.1 Novas alternativas de comercialização	133
6.3.2 Estruturação dos sistemas de inspeção dos produtos.....	139
6.4 Diversificação e as Agroindústrias Familiares	142
6.5 Fortalecimento do Turismo Rural	149
6.6 Limites e problemas da inserção no MIA na ótica dos agricultores familiares.....	153
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

1 INTRODUÇÃO

A relevância da Agricultura Familiar como categoria estratégica para o desenvolvimento do país tem sido amplamente debatida nas últimas décadas. Esse cenário favorável ao reconhecimento da agricultura familiar deve-se em grande parte às lutas dos agricultores familiares iniciadas pelos movimentos populares na década de 80, e também, pelo surgimento de estudos em torno da agricultura familiar, o que ajudou a fortalecer o caráter relevante desta em propostas de políticas de desenvolvimento, tornando-se, a partir disso, alvo de políticas públicas.

As políticas públicas voltadas para o rural brasileiro passam a sofrer mudanças em termos de concepção, estruturação e formas de implementação. Até a década de oitenta, as políticas públicas direcionadas ao meio rural se caracterizaram por seu caráter setorial, já que se destinavam, sobretudo, ao crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade em decorrência da incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias. Além de seu caráter setorial, tinha-se uma visão teórica predominante sobre o papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, na qual estava implícita a noção de que o potencial dinamizador da agricultura para o crescimento da economia nacional era reduzido. Ao setor primário caberiam mais as funções de apoio ao processo de industrialização, sendo que o crescimento da economia se daria através da modernização. Privilegiavam-se os macro-setores da economia e a produção em larga escala, deixando os pequenos agricultores a margem do processo.

Esse contexto começou a mudar em virtude do processo de redemocratização do país, que possibilitou uma nova conjuntura política e social favorecendo os movimentos organizados. No âmbito da agricultura familiar, uma das primeiras alterações ocorridas foi a criação, em meados dos anos 1990, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Através do Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar, houve uma reorientação do público beneficiado por políticas de crédito agrícola (Bittencourt, 2003). Antes da criação do PRONAF, o financiamento exclusivo aos pequenos agricultores restringia-se aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera)¹, extinto em 1999.

¹ O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária,

Para Bittencourt (2003), o PRONAF significou uma grande conquista para os agricultores familiares, porque ampliou o acesso ao crédito entre estes agricultores, forneceu recursos para capacitação e para a construção e melhoria da infra-estrutura, além de contribuir para o reconhecimento social da importância da agricultura familiar na geração de trabalho e renda. Para Carneiro (1997) e Abramovay et al.(1998), os programas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar representam um considerável avanço em relação às políticas anteriores e têm significativa importância tanto econômica como social. Nesse novo cenário, a agricultura familiar assume um papel estratégico no processo de desenvolvimento e geração de novas oportunidades de trabalho e renda.

Pode-se afirmar que, como o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA é fruto da mobilização social e do aprimoramento da articulação intersetorial das políticas públicas diferenciadas para a agricultura (Zimmermann, 2007). Os agricultores familiares e suas organizações ampliaram suas reivindicações, antes restritas ao crédito e assistência técnica, e temas como comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços figuram entre as principais reivindicações dos movimentos dos agricultores familiares. As organizações perceberam que as melhoras nas condições de produção conquistadas pela disponibilidade de crédito já não bastavam, e que era necessário um aporte do Estado com mecanismos que melhorassem a infra-estrutura e o acesso aos mercados e à comercialização, bem como que passassem a se preocupar com questões de gênero, de etnia e de produção alternativa-agroecologia (Muller, 2007a).

As primeiras políticas de crédito para a comercialização datam dos anos 40, mas até a criação do PAA nunca se tinha diferenciado as condições do crédito de comercialização para a agricultura familiar. Para Delgado (1989 apud ZIMMERMANN, 2007), a falta de instrumentos específicos a essa categoria gerava certo desequilíbrio na tomada do crédito devido à diferença no poder de investimento entre a agricultura familiar e o setor empresarial agrícola, beneficiando largamente o segundo.

O PAA tem como objetivo central incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Há outros objetivos do Programa, como a distribuição de renda, a circulação do dinheiro na economia local, a

exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional.

Esse Programa sinaliza um novo cenário no que se refere às políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à comercialização de produtos e sua relação com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional-SAN.

O Programa garante a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preços mínimos, ao mesmo tempo que articula essa produção com os mercados institucionais com a formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar e nutricional. Em um dos primeiros artigos que abordam o PAA, Schmitt (2005) destaca que um dos aspectos do Programa mais inovador consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional.

O PAA está dispensado de cumprir as regras públicas de licitação, simplificando o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar e permitindo que estes se prestem ao atendimento dos programas públicos. Neste contexto, o PAA passa também a promover a estruturação de novos circuitos de abastecimento agroalimentar, ligando agricultores familiares a grupos sociais em situação de risco alimentar (Schmitt, 2005), atuando como um mecanismo de fortalecimento da cidadania e promoção do desenvolvimento.

Com a implantação do Programa, os mercados institucionais de alimentos passaram a constituir uma nova alternativa para os agricultores familiares acessarem os mercados de alimentos. Neste contexto, surge a problemática desta dissertação que pode ser sinteticamente expressa na seguinte questão: a inserção dos agricultores familiares nos mercados institucionais, tendo por base as políticas públicas de aquisição de alimentos, constitui uma estratégia sustentável² para o fortalecimento da agricultura familiar?

Tal problemática será discutida a luz da nova sociologia econômica, que concebe os mercados como espaços de interação social historicamente construídos pelos atores. Desta forma, para compreender como se dá a inserção dos agricultores familiares no mercado institucional é necessário conhecer as instituições (que são construções sociais) que dão base às interações entre compradores e fornecedores, e o papel do Estado na criação e estabilização dos mercados. O objetivo é entender a construção social desse mercado com base no estudo

² Do ponto de vista econômico (impacto na renda, acesso a mercados, diversificação, grau de dependência ao programa), social e ambiental para os agricultores familiares.

dos atores que dela participam, técnicos, Cooperativas, agricultores dos municípios e os beneficiários consumidores.

Para atender a tal propósito, o trabalho tem como objetivo geral analisar como se dá a inserção dos agricultores familiares no mercado institucional de alimentos, bem como compreender qual a contribuição das políticas públicas de aquisição de alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar. Como objetivos específicos:

- a. Caracterizar e descrever o histórico, a organização, os atores envolvidos, a região de abrangência, os principais beneficiários, os recursos utilizados e como se operacionalizam as iniciativas de comercialização de alimentos na Região Ceileiro do RS (Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios de Tenente Portela e Crissiumal);
- b. Caracterizar os canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares beneficiários do Programa;
- c. Identificar os efeitos (sociais, econômicos, técnicos e ambientais) dessas iniciativas para os agricultores familiares e suas organizações.

O estudo aqui apresentado está organizado em seis capítulos, além dessa introdução. No segundo capítulo, apresenta-se de forma sucinta a história das políticas públicas para agricultura brasileira, sobretudo nas décadas de 1960 a 1980. Foi nesse período que aconteceram mudanças profundas na agricultura brasileira, e seu conhecimento é fundamental para se entender as mudanças nas décadas mais recentes. Num segundo momento aborda-se as políticas públicas para a agricultura familiar, ressaltando os seus condicionantes e justificativas para as atuais estratégias de intervenção governamental. Também nesse capítulo faz-se uma caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos, da sua criação, dos seus objetivos, modalidades e do mercado institucional de alimentos, instrumento recente de comercialização acessado pelos agricultores familiares. Destaca-se também os efeitos estruturantes conquistados pelo PAA em relação à construção de mercados.

No terceiro capítulo, descreve-se o histórico da Sociologia Econômica-SE e as contribuições dos autores da Nova Sociologia Econômica (NSE)- que aporta uma nova percepção do papel da economia e do mercado, entendidos como inseridos no contexto social. A utilização do aporte teórico da NSE para o trabalho vem contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre o funcionamento das relações socioeconômicas na construção dos mercados locais, bem como sobre o papel das organizações sociais no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

No capítulo quatro, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção e análise dos dados da pesquisa. Pela natureza do objeto, a abordagem utilizada nesse trabalho é a pesquisa qualitativa e a estratégia utilizada é o estudo de caso, por serem as mais adequadas para análise de um fenômeno em profundidade.

No quinto capítulo, descreve-se a dinâmica do PAA e do Mercado Institucional de Alimentos-MIA na Região Celeiro-RS. Este capítulo analisará a experiência das cooperativas Cooper Fonte Nova e Cooperfamiliar na inserção no mercado institucional de alimentos, através do PAA.

A opção por estudar duas experiências de cooperativas na Região Celeiro deve-se ao fato de no início do trabalho serem as duas experiências de operacionalização do PAA em andamento na região, e também cabe destacar que foram selecionadas por estas se diferenciarem das cooperativas convencionais, sobretudo no que diz respeito à participação e ao controle social, aglutinando-se em torno do capital social e não do capital físico.

A seleção da Cooper Fonte Nova como foco desse estudo decorreu da consideração dos seguintes fatos: o pioneirismo da cooperativa na operacionalização do PAA na região, a organização coletiva e a inserção mercantil, principalmente de produtos agroindustriais. Já a seleção da experiência da Cooperfamiliar deve-se ao fato de que a cooperativa abrange um expressivo número de pequenos agricultores historicamente excluídos dos principais circuitos agroindustriais da região e das cooperativas tradicionais. Também pelas práticas e formas de organização que são utilizadas pela cooperativa, e pelo foco na produção de alimentos tradicionais da agricultura familiar (o que se diferencia da experiência inicial da Cooper Fonte Nova, que tinha como foco a inserção mercantil da produção agroindustrial de seus associados).

No sexto capítulo analisa-se as contribuições da inserção dos agricultores familiares no mercado institucional de alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar. Avalia-se a construção social do mercado institucional do PAA com base no estudo dos atores que dela participam, técnicos, cooperativas e agricultores dos municípios pesquisados; e identifica-se as principais estratégias utilizadas pelos agricultores familiares fornecedores do PAA na Região Celeiro para sua inserção no processo de comercialização e os atores envolvidos nessa construção social de mercado e os efeitos desta para a diversificação das economias locais para o fortalecimento da organização social, para a dinamização local e para a segurança alimentar e nutricional das populações e do território. No sétimo e último capítulo apresenta-se as considerações finais e o resgate dos principais resultados do trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Inicia-se este capítulo com um breve resgate da história das políticas públicas para agricultura brasileira, sobretudo nas décadas de 1960 a 1980. Foi nesse período que aconteceram mudanças profundas na agricultura brasileira, e seu conhecimento é fundamental para se entender as mudanças nas décadas mais recentes. Na segunda seção, disserta-se sucintamente sobre a abordagem teórica da agricultura familiar, as diferentes visões sobre seu conceito, destacando sua racionalidade, suas características e o que lhe confere identidade como categoria social. Na terceira seção abordam-se as políticas públicas para a agricultura familiar, ressaltando os seus condicionantes e justificativas para as atuais estratégias de intervenção governamental. Faz-se uma breve análise do PRONAF, considerado um marco na trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar. Após, faz-se uma caracterização do PAA, da sua criação e dos seus objetivos e modalidades. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Na última seção caracteriza-se o mercado institucional de alimentos, instrumento recente de comercialização acessado pelos agricultores familiares. Destacam-se também os efeitos estruturantes do PAA em relação à construção de mercados.

2.1 O Estado e sua intervenção na agricultura

A intervenção do Estado na agricultura brasileira até a década de 90 pode ser dividida em três fases, segundo Porto Neto (1996): a primeira fase engloba a década de 50, a segunda compreende o período de 1965/1985, e a terceira é geralmente considerada a partir do ano de 1985. Na primeira parte deste capítulo, analisar-se-á as fases até a década de 90, visando oferecer uma contextualização à segunda parte do capítulo, que trata das políticas para a agricultura familiar nas décadas mais recentes.

Para Porto Neto (1996), na primeira fase, que engloba a década de 50, a intervenção teve por objetivo extrair o máximo de excedente da agricultura para financiar a industrialização, sendo utilizado como estratégia o confisco cambial. Nesse período a importância da produção estava voltada para as culturas do café e da cana-de-açúcar, dando-se pouca relevância às tentativas de se usar a mesma base agrícola brasileira na produção de grãos.

Na segunda fase, que engloba o período de 1965/1985, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e promoveu-se a reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), numa tentativa de se evitar crises de abastecimento, por meio da expansão e modernização da produção de grãos. Já a terceira fase iniciou-se em 1985, com a eliminação dos subsídios por meio do uso de indexadores, e com fortes mudanças na filosofia de intervenção do Estado, que relegava gradualmente à grande indústria e ao mercado internacional a tarefa de financiamento da produção.

Grande parte da literatura que aborda as políticas públicas destinadas à agricultura destaca as décadas de 1960 e 1970 como marcantes. Foi nesse período que aconteceram mudanças profundas na agricultura brasileira e seu conhecimento é fundamental para se entender as mudanças no direcionamento das políticas públicas nas décadas recentes. Uma das ações mais importantes desse período para a agricultura foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no ano de 1965. O SNCR ofertava crédito aos agricultores, de maneira abundante e barata. À oferta de crédito, que possibilitou a expansão da utilização de equipamentos agrícolas, uso de defensivos químicos e demais tecnologias consideradas inovadoras, somaram-se ações na área de pesquisa e fomento e política de preços mínimos. Para Martine & Beskow (1987 apud RAUPP, 2005, p.16), o crédito rural subsidiado constituiu-se num instrumento de articulação e convergência entre distintos atores sociais, como: os proprietários rurais, o grande capital com interesses na agricultura (ramos industriais fornecedores de insumos e processadores da produção agrícola), os capitais de origem urbana (orientados pela aplicação de capital produtivo na agricultura ou pela especulação de terras), os bancos e, por fim, o Estado.

É a partir daí que o Estado se engaja arduamente numa política modernizante para o campo. Para Belik & Paulillo (2001), o Estado brasileiro teve uma forte atuação no sentido de constituir setores e definir a ênfase das políticas. Para os autores, o poder público atuou como disciplinador de praticamente todos os aspectos da política agrícola. O cenário político que demarcava o período era o de um Estado autoritário, o qual em conjunto com a burocracia determinava os fins e os meios do planejamento.

Para Gonçalves Neto (1997), o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), organizado por Celso Furtado, recolocou o papel do Estado como propulsor da economia desenvolvimentista nacional, que naquele momento passava por um esgotamento. O Plano reconhecia como obstáculo à inovação o problema da estrutura agrária, indicando que tanto a grande propriedade (com dificuldade de utilização da terra e da mão-de-obra) como a pequena propriedade (que estaria avessa às novas tecnologias) acabavam atrasando

todo o conjunto da economia. Apesar de reconhecer a necessidade de o Estado agir sobre esta estrutura, o Plano apresentava uma proposta moderada para a reforma agrária, pois entendia que não existia grande excedente de mão-de-obra. Neste período, o governo promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214 de 2 de março de 1963), que visava, primordialmente, estender a legislação social vigente para os trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais e, com isso, contribuir no combate à pobreza no campo. Essa ação representava uma intenção política, ainda que frustrada, de intensificação da reforma agrária e da colonização, que, na verdade, surgiu como resposta aos conflitos no campo³. Mas, apesar dessas pretensões, na prática tais medidas não transpuseram a etapa inicial de cadastros de propriedades, ficando restritas apenas ao diagnóstico de áreas de concentração de terras. O apoio dos grandes proprietários ao Golpe Militar postergou qualquer ação em prol da reforma agrária e a manutenção do latifúndio foi, pouco a pouco, se transformando em um dos pilares da política econômica seguida pelos diversos governos militares.

Segundo Gonçalves Neto (op. cit., p. 127), as funções que cabiam à agricultura eram fornecer alimentos e matérias-primas ao mercado urbano-industrial; financiar as importações necessárias à retomada desenvolvimentista e absorver parte da mão-de-obra em seu mercado de trabalho. Para que desempenhasse suas funções, o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) tinha como metas para o setor agrícola, o aumento da produção de alimentos, de matérias-primas e dos produtos exportáveis, também se preocupava com a diminuição das importações agrícolas, principalmente do trigo. Ele previa também as seguintes ações sobre o meio rural:

[...] eliminação do controle de preços e facilitação para a exportação, o aprimoramento da política de preços mínimos, a expansão do crédito agrícola, o aumento da capacidade de armazenagem, incentivo à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas, investimentos em mecanização, em pesquisas e aperfeiçoamento de métodos de produção (GONÇALVES NETO, 1997, p. 129).

O Estado desenvolveu um papel fundamental na transformação da agricultura. Segundo Brum (1999, p.539), o processo de modernização foi alavancado com financiamentos fortemente subsidiados pelo Estado, em todas as fases da cadeia produtiva

³ Os movimentos organizados no meio rural, que emergiram em 1955 e se estenderam até o golpe de 64, como as ligas camponesas, sindicatos rurais e os segmentos sociais mobilizados pela igreja católica e pelo antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), reivindicavam mudanças no padrão de propriedade da terra e a extensão às áreas rurais dos “direitos sociais”, que a promulgação da CLT (Consolidação das Leis do trabalho de 1943) havia recusado aos trabalhadores rurais. A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural foi uma resposta do sistema político dominante à intensificação desses movimentos.

(aquisição de máquinas, implementos e insumos, formação da lavoura e custeio, armazenagem e comercialização), e estava fundamentado em quatro elementos: crédito rural, assistência técnica, ensino e pesquisa. Esses instrumentos foram utilizados para buscar mudanças estruturais na agricultura brasileira, vinculando os serviços agropecuários e financiamento subsidiado ao uso do pacote tecnológico da chamada “revolução verde” (Rocha et al., 2007).

O crédito rural subsidiado foi orientado ao cultivo de culturas de exportação, aquisição de máquinas e uso de insumos, excluindo os agricultores familiares dos mecanismos de financiamento, bem como as culturas voltadas à produção para autoconsumo em pequenas áreas (GARCES PARES, sd apud GAZOLLA, 2004, p. 44). Gonçalves Neto (1997) relata que, na década de 1970, o crédito rural era distribuído com tanta facilidade e rapidez que causou uma verdadeira anomalia nas contas públicas, a ponto de, em 1975, o volume de crédito rural superar o valor total da produção. Mas os agricultores familiares só começam a acessar o crédito em 1977. Neste ano, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares acessaram 35,7% dos contratos de financiamentos, porém, alcançando apenas 5,4% do total de recursos disponibilizados. Já os médios e grandes proprietários efetuaram 44,5% do número de contratos, tomando 62,12% do valor do crédito (RÜCKERT, 2004, p. 116 apud GAZOLLA, 2004, p. 44).

A política de crédito tornou-se uma política mal distribuída territorialmente, localizada e atendendo um grupo específico de produtos e de produtores. A política agrícola implementada na “modernização conservadora da agricultura”⁴ privilegiava os macro-setores da economia e a produção em larga escala, deixando os pequenos agricultores a margem do processo. Só na década de 90 eles passaram a ser incorporados nas políticas públicas como categoria específica de produtores, com a implantação de uma política direcionada a esta categoria.

Os recursos para o setor agrário cresceram vigorosamente durante anos, só perdendo fôlego por volta de 1975 e retraindo-se a partir de 1978. Para Gonçalves Neto (1997), diversos foram os motivos: perda da importância dos depósitos à vista no rol dos recursos do sistema financeiro nacional; surgimento de novas prioridades a nível governamental; pressão inflacionária. No entanto, o problema maior não foi a diminuição dos recursos, mas sim a

⁴ O termo “modernização conservadora” foi utilizado para caracterizar o processo de modernização da agricultura brasileira, com a crescente integração entre agricultura e indústria, e a formação dos complexos agroindustriais. Por essa visão, a industrialização do campo é vista como resultado de uma aliança entre a burguesia e os grandes proprietários de terra, beneficiando os agricultores capitalistas, bem como determinadas regiões e produtos (KAGEYAMA, 1996).

distribuição dos recursos, privilegiando os grandes produtores e as culturas mais dinâmicas, ligadas ao mercado externo. Para o autor, os grandes beneficiários de todo o processo são: a) o sistema bancário comercial; b) os grandes proprietários de terra, que tiveram acesso facilitado e controlaram a maior parte de seu valor; c) as culturas comerciais; d) as regiões mais desenvolvidas, principalmente Sul e Sudeste; e) o setor industrial ligado à produção agrícola.

Essa política agrícola adotada pelo Estado Brasileiro no período da modernização da agricultura, segundo Guanziroli et al. (2001), está em geral relacionada ao poder das oligarquias rurais em manter sua posição, marcada pela alta concentração das terras. O apoio à manutenção de produção de monoculturas latifundiárias em detrimento do conjunto das unidades de economia familiar deve-se à visão teórica predominante sobre o papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, na qual está implícita a noção de que o potencial dinamizador da agricultura para o crescimento da economia nacional é reduzido.

Os anos 50 e 60 foram de intensos investimentos nos setores de extensão, conjugados ao crédito rural. A estrutura brasileira de extensão rural foi sedimentada a partir da experiência de Minas Gerais, iniciada em 1948, com o programa ACAR⁵ (Associação de Crédito e Assistência Rural). Durante a década de 50 foram criadas mais de 50 associações semelhantes em diversos Estados, culminando com a formação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que tinha como objetivo coordenar nacionalmente o trabalho das Acar. Esse modelo se estendeu, até o início dos anos 70, a todos os Estados, com exceção de São Paulo, que contava com um sistema próprio de assistência técnica e extensão rural (Gonçalves Neto, 1997).

Em decorrência do processo de integração nacional desencadeado pelo Regime Militar, e diante do quadro de empobrecimento do campo advindo da própria intervenção estatal no setor agropecuário, em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater. O sistema Abcar foi extinguido e as Acar foram substituídas pelas Emater estaduais, formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater). Conforme assinala Gonçalves Neto (1997), essa preocupação do Estado com a extensão rural é em relação a alteração dos rumos do serviço de assistência técnica do País: a ênfase deixa de ser o crédito rural e passa a apoiar outras ações. Por meio das Emater estaduais, expandiu-se a introdução de novas culturas, técnicas de cultivo e manuseio do solo.

⁵ Entidade formada pelo governo do Estado de Minas Gerais e pela AIA(Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social) entidade fundada pela família Rockefeller.

No que diz respeito à pesquisa, as ações foram sistematizadas a partir de 1973, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária⁶ (Embrapa). Para Brum et al. (2002), a criação da Embrapa foi direta e indiretamente influenciada pelos centros internacionais, pois eles já ocupavam a vanguarda nas pesquisas e passaram a articular as organizações nacionais, levando-as a seguir e executar suas orientações, através do fornecimento de subsídios. De acordo com Gonçalves Neto (1997), as ações da Embrapa faziam parte das diretrizes gerais da política para o meio rural, e privilegiavam produtos de exportação e regiões mais avançadas, beneficiando geralmente os grandes produtores. Trata-se do mesmo viés existente em relação a política de crédito rural. A pesquisa agropecuária no Brasil surgiu e se desenvolveu marcada pela ação de grupo de interesses, que agiam canalizando recursos que significassem ganhos para seus setores.

Suas atividades de pesquisa, não por acaso, estarão mais concentradas na geração das chamadas inovações biológicas: novos cultivares (por produto e região), melhoria genética para a pecuária, controle de pragas e moléstias, etc. Diferentemente das inovações mecânicas e físico-químicas, que podem ter seus benefícios apropriados e patenteados e são de retorno mais rápido. Socializa-se, desta forma, a sua produção, deixando o Estado encarregado da sua geração. Já o fornecimento das inovações mecânicas e físico-químicas é dominado pelo grande capital industrial, seja ele estatal, multinacional ou nacional privado (GONÇALVES NETO, 1997, p. 196).

Gonçalves Neto (1997) destaca que, mesmo com a existência de uma política específica para o setor a partir de 1964, a importância do setor agrário estava vinculada ao projeto de desenvolvimento geral, que considerava fundamental o desenvolvimento urbano-industrial, no qual o setor agrário era um importante suporte. Ao setor primário caberiam mais as funções de apoio ao processo de industrialização, sendo que o crescimento da economia se daria através da modernização do latifúndio.

Na década de 70, deixa-se de encarar a agricultura como um entrave ao crescimento do Brasil. Impulsionada por uma política de créditos facilitados e pelo desenvolvimento urbano-industrial, a agricultura brasileira demonstra sinais de evolução e modernização, respondendo às demandas da economia e sendo profundamente alterada em sua base produtiva. Para Gonçalves Neto (1997), a

Década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que

⁶ “Sua função inicial era promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, bem como produzir conhecimentos e tecnologias agrícolas, além de dar apoio técnico e administrativo a órgãos do poder executivo” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 196)

se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78)

A base técnica foi alterada, mas a estrutura agrária permaneceu desigual, ou até mesmo agravou-se a concentração fundiária. O quadro que se formou no campo brasileiro foi de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração fundiária, com uma produção voltada para exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais.

Com a quimificação da agricultura mais intensificada, novas técnicas e equipamentos modernos, a agricultura ficou cada vez mais subordinada à indústria, que passou a ditar as regras de produção. Foi a partir dessa fase que se iniciou o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”. Ao passar pela fase de industrialização, de 1965 em diante, a agricultura se transformou em um ramo de produção muito semelhante à indústria, sendo simples produtor de matéria-prima para outros setores (Müller, 2007). Kageyama et al. (1990 apud MÜLLER, 2007, p. 42) consideram que, ao passar pela fase de modernização, não necessariamente a propriedade se industrializa, ela pode manter aspectos de produção artesanal.

Para Delgado (1985), o primeiro momento do processo de modernização foi sinteticamente caracterizado pela elevação dos índices de tratorização e consumo de adubos químicos (NPK), cuja demanda foi suprida com base na importação. Verificou-se um aumento considerável no uso de tratores no Brasil, comparando a década de 1950 com as décadas seguintes. Esse acréscimo no número de tratores⁷ é, sem dúvida, um indicativo de mudança nos moldes produtivos do país. Mas apesar das modificações promovidas na economia brasileira, o crescimento não se deu de maneira uniforme e com a rapidez esperada.

Segundo Gonçalves Neto (1997), o avanço da mecanização na agricultura, deu-se a alguns fatores importantes, como os incentivos fiscais e a proteção de mercado às indústrias produtoras, a extensão da legislação trabalhista para o meio rural, com a institucionalização do salário mínimo e outras alterações nas relações de trabalho (o que segundo o autor, encareceu a mão-de-obra, favorecendo a mecanização do setor), e o crédito facilitado para a aquisição.

⁷ A produção interna de tratores no Brasil só iniciou no ano de 1959, com a instalação da Ford. Antes desse ano, os tratores usados eram todos importados.

O uso de fertilizantes artificiais e agrotóxicos também se acentuou a partir da década de 60. Segundo Amstalden (1991 apud ANDRIOLLI, 2007),

[...] Com relação aos fertilizantes, os dados são os seguintes: em 1960, o consumo total foi de 305 mil toneladas. Em 1970 esse número chegou a 999 mil toneladas e, finalmente, em 1978 chegamos a um consumo de 3.100 mil toneladas. Em 18 anos, portanto, aumentamos em dez vezes o nosso consumo de fertilizantes. Os dados mais antigos sobre agrotóxicos são os de 1965. Nesse ano o Brasil consumiu 22,4 mil toneladas. Em 1970, chegamos a 39,5 mil toneladas e em 1978 a 75,2 mil toneladas. Ou seja, três vezes mais.

Segundo Gonçalves Neto (1997), existe uma grande concentração do uso de fertilizantes em alguns produtos, somente quatro produtos (café, cana, soja e trigo) no ano de 1997 respondiam por 57,20% do consumo de fertilizantes do País. Nota-se que são culturas voltadas para a exportação, ou no caso do trigo, para substituição de importações. O uso de fertilizantes não difere do encontrado quando da análise da distribuição do crédito rural, em que há concentração maior em produtos e produtores mais dinâmicos e nas regiões mais desenvolvidas.

No que diz respeito às transformações nas relações sociais, ocorridas a partir da segunda metade da década de 1960, Gonçalves Neto (1997) comenta que uma das alterações importantes foi nas relações de trabalho que passam a ser de assalariamento. Ocorre uma eliminação de parceiros, agregados, etc., que são substituídos pelo trabalho assalariado, principalmente nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. O autor também comenta sobre o acentuado êxodo rural, que aumentou o problema da moradia, do desemprego, da miséria e da violência nas cidades.

[...] que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc. [...] Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda de migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109)

A partir da década de 1980, o debate sobre políticas públicas passou então a ser influenciado pelos efeitos negativos da modernização e a discussão internacional sobre a “revolução verde”. Foi nesse período que ganhou destaque uma crescente crítica ao modelo de modernização da agricultura adotado pelo país, cujos efeitos ambientais e sociais foram extremamente negativos (Rocha et al., 2007). Durante décadas, as inúmeras políticas e programas para o setor causaram vários problemas, como concentração fundiária, marginalização e agravamento da situação social, distribuição alimentar desigual e formação

de uma categoria patronal economicamente forte em detrimento do setor produtivo familiar. Para Ortega (1996 apud GARNICA et al. 2006), o surgimento e a sobrevivência desse tipo de problema deve-se à insistência de formulações de políticas públicas centradas em aspectos macroeconômicos, naturalmente desvalorizadores dos aspectos setoriais e regionais.

Com a crise político-econômica do início dos anos 80, a recessão nacional foi acompanhada por frustrações no setor agropecuário. No contexto macroeconômico e político, a dívida externa gerada para construir o modelo das décadas anteriores se elevava devido às altas taxas de juros internacionais e à chamada “crise do petróleo”, gerando um longo período de recessão nos países em desenvolvimento.

O Estado brasileiro, endividado, externa e internamente, não teve mais condições de financiar com generosos subsídios a agricultura (Brum, 1999, p. 539). Saímos de uma década de euforia na agricultura, com elevados recursos destinados ao crédito subsidiado e grande liquidez nos mercados para uma década de declínio da importância do crédito rural, advindo tanto da redução do seu volume quanto da elevação das taxas de juros. A “década perversa”, denominada por Silva (1998), assiste o surgimento de novas estratégias políticas para o setor.

A política macroeconômica definiu a política agrícola da década de 80. Até 1984 o crédito foi reduzido drasticamente, causando uma crise no setor e a política de preços mínimos⁸, que no período inflacionário atuava como o principal instrumento de política agrícola. Nesta década intensificaram-se os produtos de mercado interno, na sua maioria produzidos por pequenos agricultores que não foram tão afetados pelo corte nos créditos, já que a sua grande maioria não tinha acesso a ele. Segundo Buainain e Souza Filho (2001 apud PAULA et al., 2004), os ajustes foram sempre marginais, mantendo o modelo de intervenção, o que gerou uma gradativa erosão das políticas agrícolas como instrumento de regulação da dinâmica e da evolução da agricultura.

Nesse período, o Governo introduziu novas mudanças na política agrícola. Uma das principais foi a adoção de limites ao crédito para custeio, que passaram a refletir apenas parte dos custos variáveis; a cobertura do seguro rural foi reduzida para apenas 80% do valor financiado. Houve também mudanças das taxas de juro; os créditos para investimento e comercialização passaram a receber as mesmas taxas de juro de mercado praticadas no resto da economia. Com as restrições de oferta de crédito rural, a política de garantia de preços mínimos (PGPM) tornou-se, por meio de seus instrumentos operacionais (AGF e EGF), um mecanismo de compensação, principalmente na região de fronteira agrícola. A PGPM passou

⁸ Foi criada para eliminar o risco de preços na agricultura através da fixação anual, antes do plantio, de preços mínimos de garantia, para vigorarem após a colheita.

a perder sua funcionalidade no início dos anos 90 quando se iniciou a abertura econômica. A partir de então, a PGPM passou a ser modificada, com a criação, por exemplo, do Prêmio de Liquidação (PL)⁹, uma alternativa a falta de caixa do governo, ao processo de abertura e a crescente participação do mercado.

Os demais instrumentos de política também sofreram transformações, o sistema EMBRATER, que assumiu nesse período mais amplamente o compromisso de mudança no sentido de prioridade à pequena agricultura e aliança com movimentos sociais do campo, foi extinto, resultando no enfraquecimento desse serviço em todo o País.

A década de 90 foi marcada por políticas neoliberais e pela reorganização das ações do governo, representando um abandono das políticas implantadas em anos anteriores. As ações visando a estabilização da economia acarretaram, de imediato, uma redução nos recursos destinados à agricultura e uma maior seletividade quanto aos seus beneficiários. Políticas de curto prazo, como a de estoques reguladores e preços mínimos, foram sacrificadas e não houve compensação naquelas de médio e longo prazo, como a reforma agrária e de produção agropecuária entre outras.

A “nova” política agrícola, de redução das barreiras tarifárias e abertura comercial, com redução do papel do Estado, teve reflexos distintos para grandes agricultores, já consolidados como empresários rurais, e para agricultores familiares. Os setores mais organizados dos CAIs (Complexos Agroindustriais), que se consolidaram usufruindo de diferentes incentivos nas décadas anteriores, conseguiram se viabilizar. Para o financiamento das atividades, por exemplo, Belik e Paulillo (2001) observaram o surgimento de diferentes modalidades de crédito, como o sistema da soja verde, a Cédula do Produtor Rural e os Contrato de Investimento Coletivo.

Mais uma vez, o privilégio a determinadas atividades e seus respectivos produtores marginalizou ainda mais os agricultores familiares. A parte das unidades familiares inseridas no mercado sofreu com a ruptura de mecanismos de proteção sem que tenha havido o devido estímulo para o enfrentamento da competição internacional. Muitos pequenos agricultores dos Estados das regiões Sul e Sudeste, por exemplo, se inviabilizaram com o acirramento da concorrência com países do Mercosul, em produtos como batata, leite e derivados. Para os agricultores menos capitalizados e as regiões menos desenvolvidas, ficaram ainda mais

⁹ Da forma como o Prêmio de Liquidação foi utilizado, ele se transformou em um seguro de risco de preço futuro, onde o produtor não precisa pagar para ter esse direito, diferente dos contratos de opção de venda. No caso dos preços não seguirem as expectativas, o que inviabiliza o pagamento do *EGF*, o governo prorroga os contratos, e depois vende os produtos em leilões de bolsa e paga a diferença entre o valor arrecadado e o valor do empréstimo junto à instituição financeira.

remotas as possibilidades de inserção econômica, resultando no empobrecimento da população. Essa situação fez aumentar a importância de políticas sociais, como no caso da previdência social rural. Delgado e Cardoso Júnior (2001) apontam diversas evidências da crescente importância do pagamento de aposentadorias para a manutenção de um número cada vez maior de famílias rurais.

Mas, em meio às exíguas possibilidades de desenvolvimento industrial e urbano decorrentes da crise no pós-Real e ao crescente debate sobre a preservação do meio ambiente, é que na segunda metade dos anos 90 foram adotadas algumas políticas especificamente voltadas para a agricultura familiar, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, o qual será discutido no terceiro item desse capítulo. Ao final desta década, o Governo passou a articular as políticas agrícolas e agrárias com um discurso amplamente voltado para o combate da pobreza rural. Com isso, a nova composição de fontes de financiamento, em particular os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), propiciou redirecionar o crédito rural para uma clientela nova – a agricultura familiar.

2.2 A Agricultura Familiar e sua difusão enquanto categoria social

De forma bastante resumida, buscou-se, na seção anterior, demonstrar que o processo de modernização da agricultura brasileira, baseado fundamentalmente na expansão capitalista para as atividades agropecuárias, gerou profundos desequilíbrios econômicos e sociais. Nesse contexto, o segmento da agricultura familiar foi marginalizado das políticas públicas implementadas e não houve qualquer processo efetivo de reforma agrária que pudesse reverter os custos sociais resultantes da opção pela “modernização conservadora”.

Durante o fim da década de 80 e toda a década de 90, tivemos um contexto marcado por discussões, debates e ações dos mais diversos atores da sociedade civil, do Estado e por organismos internacionais em torno das bases estratégicas para as políticas de desenvolvimento rural, apontando para questões consensuais, outras divergentes e outras complementares no discurso dos diversos atores.

Schneider (2006a) destacou que esse cenário favorável ao reconhecimento da agricultura familiar deveu-se, em grande parte, às lutas dos agricultores familiares iniciadas pelos movimentos populares na década de 80. E, também, pelo surgimento de estudos em torno da agricultura familiar, o que ajudou a fortalecer o caráter relevante desta em propostas de políticas de desenvolvimento, tornando-se a partir disso alvo de políticas públicas.

Para Schneider (2006a), ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. No cenário político nasceram, conforme Schneider (2006a), capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Os sindicatos e movimentos sociais unificaram o discurso político em torno da agricultura familiar, formando uma nova categoria política que passou a congrega o conjunto de pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. Essa incorporação de categorias sociais em torno da noção de agricultura familiar produziu formas de manifestação política que perduram até hoje. Já do lado do cenário social e político brasileiro, a afirmação da agricultura familiar esteve ligada à legitimação que o Estado lhe emprestou com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996. Schneider (2006a, p. 16) destaca que com o Programa, o sindicalismo rural (principalmente localizado nas regiões Sul e Nordeste) conseguiu reforçar a idéia de reconhecimento da agricultura familiar como categoria social, considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas.

Além desses elementos, Schneider (2006a) destaca um terceiro elemento, que diz respeito aos debates acadêmicos sobre o rural. Para Schneider (2003a), alguns autores foram fundamentais para que o debate ganhasse contorno científico, como Veiga (1990), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999). Esses autores demonstraram ser a agricultura familiar uma forma social amplamente reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações onde o trabalho da família assume importância decisiva.

O que se quer mostrar nessa seção é a conceituação da agricultura familiar enquanto categoria de análise social, sem prender-se às definições baseadas em tipologia de classificação (Carneiro, 1999), como sugere a definição dada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que leva em conta apenas as suas condições de viabilidade econômica e produtiva. Entretanto, não se pode negar que o PRONAF diferencia-se de outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, em função de seu caráter inovador, o qual será discutido na próxima seção.

Para Carneiro (1999), existe um consenso entre os analistas sociais sobre o conceito de agricultura familiar quando falam de sua característica principal, definida em termos conceituais como aquela que tem na família uma relação de trabalho e produção inerente a si mesma; ou seja, é uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente ligados (Lamarche, 1998; Abramovay, 1998; Carneiro, 1999; Blum, 2001; Wanderley, 2001).

Segundo Carneiro (1999), a família constitui sua característica maior, pois ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Entretanto, segundo a autora, esta noção acaba por se tornar limitadora, tendo em vista englobar em um único conceito uma grande variedade de agricultores; trata-se de uma noção ampla que inclui um grau de ambigüidade elevado por integrar em um único rótulo grupos sociais bastante heterogêneos e princípios definidores divergentes.

Para Neves (1995), a adoção do caráter familiar como característica determinante ou distintiva reduz a compreensão: “Valorizar o caráter familiar como forma de reconhecimento do caráter social é tomá-lo como domínio mutilado” (NEVES, 1995, p.30 apud DEPONTI, 2007, p. 11). Neves salienta que a análise da unidade de produção não deve valorizar um único sentido, o econômico ou o familiar, ou seja, a unidade familiar não deve ser vista apenas por duas óticas: a economicista, produtivista e a social, camponesa. Outros aspectos devem ser considerados, como as representações, a ideologia e a prática social. A autora sugere que para a compreensão das especificidades e intercessões, a unidade familiar e a unidade de produção devem ser analisadas através dos agentes e filiações. A valorização das opções e alternativas tomadas pelos agricultores, o reconhecimento destes como agentes sociais de fato ajudam a entender as novas exigências e estilos de vida que conduzem às mudanças nestas unidades, no sistema local e nas formas de inserção social. Para Abramovay esta definição não é unânime, mas ele chama a atenção que:

A definição da agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que esses três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

Além da família, a agricultura familiar é constituída por outras características, que são a diversidade socioeconômica e cultural, o que confere amplitude enquanto categoria social. Lamarche (1993; 1998) aponta que a diversidade de formas sociais contidas na agricultura familiar diz respeito ao fato desta englobar uma gama variada de agricultores em situações sociais de desenvolvimento distintas.

Em alguns lugares, é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, é mantida e reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo; em outros, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada (LAMARCHE, 1993, p13).

Para Carneiro (1999, p.325 apud PESSOA, 2003, p.31), a agricultura familiar vai desde “a agricultura de subsistência à monocultura tecnicizada, orientada exclusivamente para as demandas de mercado”, não se constituindo em uma categoria homogênea, nem representativa de classe:

Não se trata de um grupo social homogêneo, nem de uma classe social, mas incluem diversidade social produzida pelas diferentes condições de produção a que estão submetidas, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso a crédito, capital cultural e social (CARNEIRO 1999, p.340 apud PESSOA, 2003, p.31).

Lamarche (1993, p.19) aponta a heterogeneidade da Agricultura Familiar quando afirma que "a Agricultura Familiar não é um elemento de diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade". Essa diversidade de formas sociais, para Wanderley (2001), é consequência de, nessa forma de agricultura, a família assumir os trabalhos no estabelecimento produtivo e ser, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção.

Wanderley (2001) assinala que a agricultura familiar não deve ser tratada como se fosse uma categoria social recente, nem também corresponde a uma categoria analítica nova para as ciências sociais, nem tampouco é um personagem novo, conforme é apresentada pelos formuladores de políticas públicas:

Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno, propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em viabilidade econômica e social diferenciada (WANDERLEY, 2001, p. 22).

Na perspectiva apresentada por Wanderley (2001), a agricultura familiar não pode ser apreendida como algo novo, pois como ressaltou Carneiro (1999), até recentemente era reconhecida por outras formas sociais, tendo na relação trabalho e família o elemento essencial que a caracteriza, sendo o camponês tradicional e o pequeno produtor rural, formas sociais reconhecidas do que hoje é amplamente difundido como agricultura familiar. Para Wanderley (2001), trata-se de um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e dependendo do contexto em que está inserida, lança mão de diversos meios para sua reprodução.

Já Schneider (2003b) destaca quatro elementos que auxiliam para a compreensão das formas familiares em sociedades capitalistas:

a) a forma e o uso do trabalho – as unidades familiares utilizam a força de trabalho de seus membros e, às vezes, contratam trabalho temporário;

b) os obstáculos da natureza – esses obstáculos impedem que a agricultura funcione como uma indústria, as barreiras naturais bloqueiam o desenvolvimento de economias de escala na agricultura;

c) a teoria social – privilegiou o enfoque macrossocial e econômico sem considerar e reconhecer a capacidade de adaptação e interação das formas familiares com o ambiente social e econômico;

d) a própria natureza das unidades agrícolas – é o elemento central, pois está assentada em relações de parentesco e herança. Segundo o autor, é no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam a sobrevivência de certas unidades e o desaparecimento de outras. Para o autor, as famílias têm um papel ativo, pois a continuidade de sua reprodução depende de suas decisões e estratégias:

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas (SCHNEIDER, 2003b, p. 114).

Para o autor, há necessidade de se aceitar a hipótese de que, mesmo que estas formas familiares estabeleçam relações com o modo de produção dominante, o capitalismo, elas não assumem um caráter capitalista. Ou seja, a contratação eventual de assalariados, a venda da força de trabalho (atividades não agrícolas), e a venda de produtos agrícolas realizada pelas formas familiares não levam à sua classificação como capitalistas. Tem também essa mesma concepção Tedesco e Wanderley (2001), pois deixam claro que o trabalho externo e à contratação de trabalho assalariado não leva à transformação do agricultor familiar em capitalista nem em proletário, embora apresentem aportes teóricos distintos de Schneider para explicar tal fato.

O que se procurou demonstrar até aqui é um entendimento conceitual mais geral, de que a agricultura familiar assume uma variedade de formas sociais, mas que apresentam um elemento constitutivo comum, que é a relação família, terra e trabalho (LAMARCHE, 1998; CARNEIRO, 1999 e outros). Não se pretende esgotar a discussão conceitual acerca do que seja agricultura familiar, mas sim ressaltar suas características, a fim de entendê-la e inseri-la numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento, reconhecendo sua importância na sociedade e a necessidade de políticas públicas que garantam sua reprodução.

2.3 As políticas públicas para a Agricultura Familiar

Esta crescente valorização dada à agricultura familiar, durante a década de 90, resultou de um contexto amplo de mudanças nas perspectivas de se pensar o espaço rural, que deixou de ser visto como o lugar do atraso e que não mais pode ser associado apenas a uma única atividade produtiva, a agricultura, em decorrência das transformações sociais, econômicas e políticas observadas na sociedade como um todo. Mattei (2001, p. 3) destaca que dois fatores foram cruciais neste sentido na década de 90. Por um lado, o papel decisivo das reivindicações dos trabalhadores rurais, destacando-se o Movimento Sindical Rural, que começou na Constituição de 1988, ganhando destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta”¹⁰. Por outro, o autor enfatiza que os estudos realizados conjuntamente pela FAO e INCRA definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para este segmento específico, estudos estes que serviriam de base para as primeiras formulações do PRONAF.

Para Carneiro (1997) e Abramovay et al. (1998), os programas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar representam um considerável avanço em relação às políticas anteriores e têm relevante importância, tanto econômica como social. Nesse novo cenário, a agricultura familiar passou a assumir um papel estratégico no processo de desenvolvimento e geração de novas oportunidades de trabalho e renda.

É neste cenário que o PRONAF e o Programa de Organização Agrária destacam-se pelo aumento substancial de seus gastos e pelo reconhecimento de um público alvo específico; a agricultura familiar, até então mantida praticamente a margem do acesso aos recursos destinados ao setor. Cabe ressaltar o aumento dos gastos públicos na década de 90 com o Programa de Organização Agrária, que compreende as atividades voltadas à política fundiária, como a reforma agrária, colonização e assistência financeira. Segundo Gasques (2001, p.176 apud SCHAPPO, 2003, p.36) a participação do Programa de Organização Agrária nas despesas referentes a função agricultura, inexpressiva no início dos anos 1980, passa para uma média de 6,5% entre 1985 e 1994 e atinge 17% no período 1995/1999. Os números referentes aos dispêndios, que eram de R\$ 3,0 bilhões em 1990/1994, passaram para R\$7,6 bilhões em 1995/1999, o que situa esse programa como o segundo mais importante no final da década de 1990.

¹⁰ A partir de 1995, as Jornadas passaram a se chamar “Grito da Terra Brasil”.

Os primeiros financiamentos destinados ao pequeno agricultor restringiam-se, até 1995, aos recursos do Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária – PROCERA, extinto em 1999 - além deste ser destinado a um público específico e limitado: os beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Na década de 90 cresceram as reivindicações dos movimentos sociais do campo em termos de crédito rural. Buscando dar uma resposta às pressões, o governo formula o PROVAP– Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, em 1994, voltado aos agricultores organizados em associações ou Cooperativas. Esta foi uma experiência de abrangência restrita e impactos reduzidos, especialmente devido a resistências das instituições bancárias. Sua importância consiste na transição que ali se iniciou em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais.

Em junho de 1995, 300 sindicalistas da CONTAG ocuparam o Ministério da Agricultura como forma de pressionar o governo para o cumprimento de acordos negociados após o movimento Grito da Terra daquele ano. Em agosto de 1995, foi lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PLANAF, embrião da principal política federal para este segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF. Para a CONTAG (1998), a pressão de entidade sobre o governo foi fator decisivo para a criação do programa. No PLANAF, é explícita a opção do Estado pela agricultura familiar e as justificativas que orientam a intervenção estatal em tal sentido. Em 1996, o Governo Federal lança o PRONAF como programa governamental e não mais como plano como era até então o PLANAF. Entretanto, se por um lado é inegável a influência dos movimentos rurais nas medidas adotadas no início do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por outro, a tendência para um novo ordenamento do Estado, a partir da crise do Estado do Bem-Estar e a volta da predominância do pensamento liberal, também influenciou.

O PRONAF foi criado, através do Decreto n 1.946 de 28 de junho de 1996, com a finalidade de “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda” (BRASIL, 1996). Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas, e que, a ampliação do Programa para as áreas de investimentos, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional (SCHNEIDER, CAZELLA; MATTEI, 2004).

Para Bittencourt (2003, p. 133), o PRONAF significou uma grande conquista para os agricultores familiares, porque ampliou o acesso ao crédito entre estes agricultores, forneceu recursos para capacitação e para a construção e melhoria da infra-estrutura, além de contribuir para o reconhecimento social da importância da agricultura familiar na geração de trabalho e renda.

O Programa é considerado um marco na trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar. O Programa diferencia-se de outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, em função de seu caráter inovador e, sobretudo porque é baseada na concessão de crédito a uma categoria socialmente desprovida de condições que pudessem garantir o acesso a empréstimos financeiros (ABRAMOVAY;VEIGA, 1999; CARNEIRO, 1997 e outros).

Guanziroli (2006, p. 01) apresentou um estudo, sobre os dez primeiros anos de atuação do Programa. O autor destaca que

Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

Entretanto, apesar dos avanços o autor tece algumas considerações com relação ao Programa. Segundo o autor, um dos principais pontos a serem repensados seria a distribuição dos recursos entre diferentes regiões e grupos de renda. Quem melhor resume essa crítica é Petrelli (2004) quando observa que,

no leque do universo considerado como sendo o de agricultores familiares o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. Podemos verificar a alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado, lembrando que estes produtos têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. Paralelamente, verificamos a baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Haveria também domínio quase que total dos recursos na região Sul nos primeiros anos de implantação do PRONAF que estaria sendo contrabalançado nos anos posteriores. (PETRELLI, 2004, p. 77 apud GUANZIROLI, 2006, p.04).

Baseado nos trabalhos de Petrelli (2004), Mattei (2005) e Schneider, Cazella e Mattei (2004), Guanziroli(2006) concluiu que os recursos do Programa ficaram concentrados nos grupos de famílias mais estruturados e integrados ao mercado, contribuindo para uma maior especialização produtiva e não obedecendo a critérios de distribuição por região ou grupos de

renda. A dinâmica de funcionamento do programa privilegia os produtos que o sistema bancário considera adequados. Segundo Schneider (2004)

A especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização (Schneider, 2004, p. 06 apud GUANZIROLI, 2006, p. 5).

Como afirma Gazolla (2004), o Programa continua “*a fazer mais do mesmo*”, o que faz com que o programa desempenhe a função de incentivar a especialização produtiva. Já em relação à evolução da trajetória do PRONAF, o autor ressalta que este, nos anos iniciais foi definido fundamentalmente por um viés agrícola muito pronunciado.

Só de 1999 em diante é que o Programa incorpora novas orientações e objetivos. Entretanto, Gazolla (2004) destaca que na prática, em termos de o que ele estava financiando, não houve mudanças significativas. As mudanças a partir de 1999 coincidem com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)¹¹, pelo Governo Federal, o que faz com que as referências do programa fossem reformuladas. Novas concepções, conceitos e percepções sobre o meio rural estão organizadas dentro do que, usualmente, se chamou de “novo mundo rural”. Gazolla (2004) coloca que essas orientações, são um conjunto de referências formuladas pelo Governo Federal, para delinear por onde passariam as ações de desenvolvimento rural no país; baseando-se em dois pilares principais: na agricultura familiar e reforma agrária. Com estas reformulações do Programa, o PRONAF em seus documentos de base, passou a afirmar que o desenvolvimento deve ser pensado em um quadro territorial e que o espaço rural possui múltiplas funções que vão além da produção agropecuária.

A perspectiva da dimensão territorial é tida como fundamental em termos de desenvolvimento - para além de uma dimensão setorial-agrícola produtivista. Novas categorias, como capital social e multifuncionalidade, ganham relevância nas discussões expressadas por diversos atores no direcionamento de ações e políticas públicas. No entanto, segundo Gazolla,

¹¹ A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural viabilizava a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos vários órgãos governamentais na elaboração, aplicação e monitoramento das políticas de desenvolvimento rural, abrindo espaço importante na descentralização dos instrumentos fundiários e de apoio à produção.

Esta mudança é apenas qualitativa, ou seja, está relacionada aos conceitos e atributos por onde se pensa que deveria passar o desenvolvimento rural, pois, na prática, o PRONAF não muda conjuntamente com as novas orientações assumidas (GAZOLA, 2004, p.162).

Pode-se dizer que o programa tentou uma mudança significativa, no que se refere às suas referências em torno do desenvolvimento rural, mas que, em grande parte, ficaram presas às orientações iniciais do Programa.

Este modelo baseado na especialização produtiva, que privilegia as atividades produtivas rentáveis e os cultivos de inserção mercantil financiado pelo Programa, não é capaz de apresentar alternativas aos agricultores familiares.

Gazola (2004), ao ressaltar a especialização produtiva gerada pelo Programa, cita o depoimento de um ator social que fala que essa especialização “*quebra a lógica da agricultura familiar*”, pois a verdadeira lógica de reprodução da agricultura familiar, segundo este, é a da diversificação do que é produzido no interior das unidades familiares.

Um programa, porém, que parece configurar-se como alternativa ao esgotamento do modelo baseado na especialização produtiva é o PAA (PAA), o qual será visto na seção seguinte.

2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA

As primeiras idéias sobre o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA surgiram durante a formulação do Programa Fome Zero, lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania. Logo no início do Governo Luís Inácio Lula da Silva, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) passou a discutir as diretrizes que orientariam o Programa. Pode-se dizer que uma das principais contribuições do enfoque da segurança alimentar e nutricional na formulação recente de programas no Brasil foi à criação do Programa Fome Zero¹², em janeiro de 2003, e a elaboração de um Plano de Safra da Agricultura Familiar em

¹²As políticas públicas direcionadas à segurança alimentar no Brasil tomaram novas dimensões sociais e políticas, ganhando uma maior importância como política de Estado, de forma que a Segurança Alimentar foi alçada à principal política da área social de Governo. O Programa Fome Zero se destaca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área. A partir desse período, destaca-se: a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) – extinto, em janeiro de 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que passou a realizar todas as suas atividades (a criação do MDS surgiu da unificação do MESA, do Ministério da Assistência Social e da Secretaria do Programa Bolsa-Família, vinculada à Presidência da República).

2003¹³, que, impulsionado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), se diferenciou da elaboração dos planos de safra convencionais, voltados essencialmente para a grande produção.

O Programa Fome Zero se insere em um debate mais amplo sobre a segurança alimentar e nutricional, que emergiu na década de 90 e no início deste século no Brasil. Segundo CAPORAL & COSTABEBER (2003),

A expressão Segurança Alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial da Alimentação promovida pela FAO. Em 1996, a FAO estabelecia um conceito mais ambicioso, ao afirmar que se trata de “assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa.” A partir do estabelecimento deste conceito, ficou mais patente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos, e não apenas commodities, com adequada qualidade biológica.

O enfoque da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) utilizado no programa Fome Zero, foi definido como

“... a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CNSA, 2004).

Nesses termos, a SAN constitui um objetivo de políticas públicas, estratégico e permanente, que integra as categorias nucleares para a formulação das opções de desenvolvimento de um país.

O Programa Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores que, a seguir, serão brevemente resumidos, afim de melhor situar o objeto desse estudo. No eixo “acesso aos alimentos” estão os programas que proporcionam o acesso imediato aos alimentos, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. O segundo eixo, caracterizado como sendo do “fortalecimento da agricultura familiar”, busca o desenvolvimento de ações específicas na agricultura familiar que promovam a geração de renda no campo e o aumento da produção de alimentos para o consumo (MDS, 2007). Nesse eixo, encontra-se, entre outros programas, o PAA. O terceiro eixo é o da “geração de renda”, onde estão os programas que desenvolvem ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, como o Programa de Qualificação Social e Profissional. No quarto

¹³ Onde foram estabelecidas claras proposições que ligam uma política de fomento à produção da agricultura familiar (e da reforma agrária) às demandas para atendimento dos consumidores pobres, preconizadas no Projeto Fome-Zero.

eixo, caracterizado como o da “articulação, mobilização e controle social”, estão os programas que estimulam a sociedade a firmar parcerias com o Governo Federal para a realização de campanhas de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional. (MDS, 2008).

Segundo Gazola (2004, p.216),

[...] este programa constitui-se em uma inovação nas políticas de segurança alimentar praticadas até então, pois não se propõe medidas paliativas e de curto prazo somente, mas transformações de cunho estrutural, de inclusão social e geração de renda às famílias necessitadas e em situações de inanição alimentar.

Portanto, o PAA foi concebido no conjunto das políticas públicas do Programa Fome Zero. Segundo Mattei (2007a, p.33), “o Programa visa implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome.” Essa nova perspectiva de política pública contribuiu também para ampliar e diversificar as linhas de atuação do componente crédito para a produção via o já existente Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PAA buscar conectar a demanda por alimentos, impulsionada pelos programas públicos, com a produção originada da agricultura familiar carente de mercados, aí incluídos também os assentamentos do Programa de Reforma Agrária.

O PAA surgiu como um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003. Sua regulamentação se deu pelo Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, que revogou o Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. De 2003 a 2005 o Programa foi operacionalizado exclusivamente com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). A partir de 2006 passou a contar com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Delgado et al. (2005) descreve da seguinte forma o surgimento do PAA:

parte em resposta às sugestões do CONSEA, parte como fruto da iniciativa autônoma do então Ministério de Combate à Fome, o governo federal tomou decisão de criar por Medida Provisória (posteriormente transformado na Lei 10.696 de 02/07/2003) o PAA da Agricultura Familiar (PAA). Esse Programa, financiado com recursos do Fundo da Pobreza, aliado à Política de Garantia de Preços Mínimos, deveria cumprir um papel central na garantia de condições de comercialização da produção familiar e dos assentados da Reforma Agrária, segundo sua concepção e daquela preconizada nas Diretrizes do CONSEA (DELGADO et al., 2005, p.23).

Em termos institucionais, o PAA é coordenado em âmbito nacional por um Grupo Gestor que envolve representantes dos seguintes ministérios: Desenvolvimento Social e

Combate à Fome; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e Fazenda. A parte operacional do Programa está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Pode-se afirmar que o PAA- PAA, como o PRONAF, é um programa construído pela mobilização social e o aprimoramento da articulação intersetorial das políticas públicas diferenciadas para a agricultura (ZIMMERMANN, 2007). Segundo a autora, as primeiras políticas de crédito para a comercialização datam dos anos 40, mas até a criação do PAA nunca se tinha diferenciado as condições do crédito de comercialização para a agricultura familiar. Para Delgado (1989 apud ZIMMERMANN, 2007), a falta de instrumentos específicos a essa categoria gerava certo desequilíbrio na tomada do crédito devido à diferença no poder de investimento do público da agricultura familiar e do setor empresarial agrícola, beneficiando largamente o segundo.

O objetivo central do Programa é incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos. Segundo a CONAB (2008), o objetivo imediato do PAA é adquirir produtos da agricultura familiar, na hora oportuna e com preço compensador.

Para Vieira e Viana (2007, p.04), há ainda outros objetivos do Programa, como a “distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”.

Para a CONAB (2008), a criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o Governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor.

Em um dos primeiros artigos que abordam o PAA, Schmitt (2005, p.78) destaca que um dos aspectos mais inovadores do Programa consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional. Para Schmitt (2005, p.83), a criação do PAA, em julho de 2003,

sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à questão da comercialização em sua relação com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. Em relação ao limite de valor recebido por produtor, o PAA se mostrou adaptável ao longo do tempo. Após o aumento do valor do salário mínimo, intensificaram-se as pressões pela elevação do limite fornecido pelo PAA. Até o ano de 2006, o limite era de apenas R\$ 2.500,00/família/ano. Vieira e Del Grossi (2008, p.07) destacam outro ponto positivo em relação à adaptabilidade, que é a “implantação do PAAnet, um aplicativo eletrônico elaborado pela CONAB para facilitar a entrega das propostas e o controle da política”. Isso demonstra que o Programa tem procurado se adaptar às mudanças tecnológicas e aperfeiçoar a sua execução.

Para participar do Programa, os produtores rurais devem se enquadrar nos critérios estabelecidos para os grupos do PRONAF e, preferencialmente, estarem organizados em Cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores. Segundo Balsadi (2004), com a adoção dessa medida, o Governo Federal pretende estimular a organização coletiva dos produtores rurais, estando em consonância com a concepção das políticas públicas mais recentes.

Os alimentos são comprados pela CONAB, por prefeituras e por alguns Estados, a um preço de referência, equivalente ao preço de atacado do produto pesquisado no mercado regional. Para alguns alimentos, o preço é estabelecido pelo Grupo Gestor Interministerial do Programa (CONAB, Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fazenda; Planejamento; do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS). O PAA ainda conta com a participação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar (Conseas), como mecanismo de controle social dos projetos, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais locais, bem como a demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens (MDS, 2007).

Ao instituir instrumentos de aquisição baseados em preços de referência diferenciados para a agricultura familiar, o PAA cria as condições necessárias para que o Estado possa atuar no mercado de produtos agrícolas, o que contribui para fortalecer a autonomia dos agricultores familiares frente aos diferentes agentes de mercado. Antes do Programa, os preços de referência para as compras públicas eram os preços mínimos, há muito defasados frente à realidade do mercado. Com o PAA, as compras podem ser feitas a preços próximos da realidade vivida pelos mercados locais, contribuindo para garantir a remuneração do agricultor familiar.

Schmitt (2005, p.84) enfatiza que muitos dos novos mecanismos de aquisição desenvolvidos no âmbito do Programa têm como referência modalidades de operação comercial e financeiras já praticadas em diferentes momentos, no contexto geral da política agrícola brasileira, como: as Aquisições do Governo Federal (AGFs), o Empréstimo do Governo Federal com Opção de Venda (EGF – COV), o PRÉ – EGF, entre outras, e que foram adaptadas, no âmbito do Programa, às características específicas do público da agricultura familiar.

Neste contexto, o PAA passa também a promover a estruturação de novos circuitos de abastecimento agroalimentar, ligando agricultores familiares a grupos sociais em situação de risco alimentar (SCHMITT, 2005), atuando como um mecanismo de fortalecimento da cidadania e promoção do desenvolvimento.

As modalidades de implementação do Programa contribuem para a construção de arranjos locais, reunindo de um lado os gestores das compras governamentais de alimentos, e de outro as organizações de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As aquisições podem ser feitas por meio de cinco diferentes modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra para Doação Simultânea; Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR–Estoque); Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL); Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar. É importante ressaltar que as modalidades sofreram várias adaptações ao longo do tempo: a modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF), que era especialmente dirigida aos assentados da reforma agrária, não consta mais entre as modalidades integrantes do PAA.

Das cinco modalidades, três são administradas pela CONAB: a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR–Estoque) e a Compra para Doação Simultânea (CPR-Doação). A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e

associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. Os produtos relacionados no instrumento CDAF são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil (castanha do Pará), farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. Contudo, a CONAB pode, a seu critério, incluir outros produtos processados para o consumo humano.

A modalidade de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR–Estoque) visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É uma forma de adiantamento que adquire características de capital de giro concedido às Cooperativas, associações e agroindústrias. Para Ramalho Maciel (2008, p.15) essa modalidade “apóia a comercialização de produtos alimentícios por meio da sustentação de preços e propicia agregação de valor à produção agropecuária”.

A Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. A liberação dos recursos é condicionada à entrega dos alimentos no local, ao preço e na data combinada, conforme constante no projeto (contrato). O controle e a fiscalização das doações são realizados por meio do envolvimento de conselhos municipais ou estaduais, como por exemplo, os CONSEA's ou organismos similares. Nesta modalidade, os produtos vão direto do produtor à entidade que distribui os alimentos, o que torna necessária uma grande organização em todo o processo.

A modalidade de Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL), ou PAA-Leite, destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combater a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preços. O PAA-Leite possui dois focos principais: os segmentos populacionais vulneráveis que recebem o leite gratuitamente, e os pequenos produtores familiares. O Programa é operacionalizado por meio de Convênios celebrados entre o Governo Federal, por intermédio do MDS, e os Governos Estaduais. Atualmente, o Programa do Leite atende aos nove Estados do Nordeste e ao Estado de Minas Gerais (atendendo à região do Norte de Minas Gerais e o

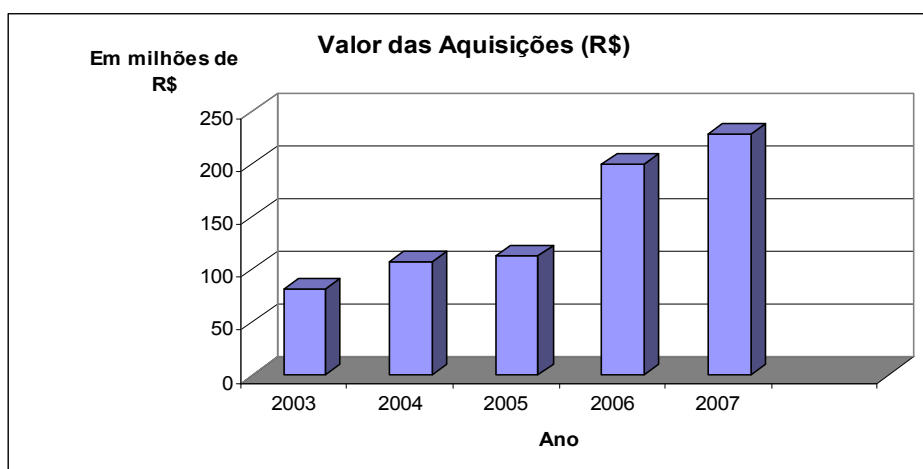
Vale do Jequitinhonha e Mucuri). Uma das diferenças dessa modalidade em relação às demais é que o seu limite de R\$ 3.500,00 é semestral, e não anual.

Já em 2008, a modalidade de Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar foi incorporada ao Programa em virtude da publicação da resolução GGPAA/SNSAN/MDS nº 30, de 7 de agosto de 2008. Essa modalidade destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar. A resolução prevê que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) definirá a sistemática e os procedimentos adicionais em relação aos produtos adquiridos para o atendimento da alimentação escolar. Ela inclui o Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nos primeiros cinco anos de implementação, o PAA operou, até 2007, um orçamento da ordem de 700 milhões de reais, atendendo cerca de 320 mil famílias agricultoras e catorze milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Ramalho Maciel, 2008). Entretanto, não adquiriu *status* de programa orçamentário, e continua como “ação” orçamentária, dentro da rubrica de abastecimento alimentar, não possuindo orçamento próprio (Delgado et al. , 2005).

O volume de recursos aplicados no PAA vem crescendo ano a ano, embora ainda inferior à elevação da demanda. Foram aplicados, com recursos do MDS, R\$ 81,5 milhões em 2003, R\$ 107,2 milhões em 2004, R\$ 112,8 milhões em 2005. Em 2006, com a entrada do MDA no PAA, foram aplicados R\$ 200,3 milhões, sendo R\$ 126,6 milhões com recursos do MDS e R\$ 73,7 milhões com recursos do MDA, e R\$ 228,4 milhões em 2007, sendo R\$ 164,2 milhões com recursos do MDS e R\$ 64,2 milhões com recursos do MDA (CONAB, 2008).

Figura 1- Volume de recursos utilizados com a aquisição de alimentos no PAA (2003-2007)



Fonte: Organizado pela autora a partir de dados da CONAB (2007).

Se compararmos a disponibilidade de recursos entre as regiões, a Região Sul é a que mais recebeu recursos desde a implantação do Programa. Em 2007, do volume de recursos disponibilizados pelo Programa, a região Sul ficou com 32 % dos recursos do MDS e 70 % dos recursos proveniente do MDA. A segunda região que mais recebeu recursos no ano de 2007 foi a região Nordeste, seguida pela região Sudeste, Norte e Centro Oeste (CONAB, 2008).

Tabela 1: Volume de recursos aplicados pelo PAA nos anos de 2003 a 2007 nas regiões brasileiras

Anos	Região Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
2003	8.194,20	31.672,40	7.603,70	17.639,20	16.431,70	81.541,20
2004	28.391,50	42.308,00	8.903,40	24.196,80	3.386,10	107.185,80
2005	16.149,20	34.745,90	13.876,70	42.481,50	5.538,40	112.791,70
2006	17.812,50	54.507,10	32.440,70	85.510,60	10.045,90	200.316,80
2007	18.799,90	56.116,30	42.081,00	102.645,30	8.707,00	228.349,50

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados da CONAB (2007).

Segundo dados da CONAB (2008), nos anos de 2006 e 2007 a Região Sul foi a que apresentou o maior número de famílias de agricultores beneficiadas, seguida da Região Nordeste. Ao longo desses cinco anos de operação do PAA, cerca de 321.410 famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal.

Tabela 2- Número de famílias de agricultores atendidas pelo PAA nos anos de 2003 a 2007

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Total
2003	5.015	19.803	3.141	7.166	5.603	40728
2004	13.757	20.439	3.806	10.182	1.608	49792
2005	8.544	16.315	6.091	18.369	2.656	51975
2006	8.620	22.366	13.520	37.587	4.450	86543
2007	9.036	22.334	18.608	39.513	2.881	92372
Total	44.972	101.257	45.166	112.817	17.198	321.410

Fonte: Organizado pela autora a partir de dados da CONAB (2007).

Verifica-se que o PAA está presente praticamente em todos os Estados do país, sendo que sua dimensão é bem mais expressiva na Região Sul. Um estudo realizado pelo Deser (2005) já apontava essa tendência de maior aplicação dos recursos na região Sul. No primeiro ano de implantação do Programa, se considerarmos a modalidade de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), operada pela CONAB, o RS ficou com 44,87% dos recursos, e no ano seguinte com 42,7%. Segundo o estudo, este aporte maior de recursos deve-se à estrutura das organizações de agricultores no RS, que conseguiram uma articulação maior, principalmente no primeiro ano do Programa.

Estudos realizados por Müller et al. (2007) em São Lourenço do Sul, Pelotas, Tapas e Caxias do Sul permitem afirmar que nestas regiões o PAA

[...] vem conseguindo promover formas de acesso dos agricultores familiares aos mercados, tendo se tornado um mecanismo importante para as famílias e suas organizações que conseguem escoar sua produção por esse caminho e atender ao abastecimento da demanda local e regional (MÜLLER et al., 2007, p. 47).

2.4.1 Mercado Institucional de Alimentos (MIA) e a inserção da agricultura familiar

Os mercados institucionais de alimentos (MIA), ou seja, aqueles formados a partir de demandas de produtos e serviços para fins do uso no âmbito das instituições públicas (alimentação escolar, distribuição de alimentos às populações carentes, fornecimento a hospitais, presídios, creches, etc.), são um instrumento importante, mas pouco explorado, com o objetivo de favorecer os agricultores familiares. Desponta, assim, um importante mercado alternativo para escoamento da produção oriunda da agricultura familiar. As iniciativas voltadas para o beneficiamento e a comercialização direta da produção familiar neste

segmento, em nível local e regional, estão crescendo cada vez mais, estimuladas por iniciativas públicas e privadas.

Ramalho Maciel (2008) caracteriza o MIA como aquele que envolve as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam as compras de caráter contínuo, quanto as aquisições de caráter esporádico. O autor cita, como de caráter contínuo, as aquisições para creches, escolas, hospitais, etc, e as de caráter esporádico, como, por exemplo, aquelas que atendem às populações em casos de calamidade pública e as referentes às políticas de Estado e programas de governo, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros.

Segundo Maluf (1999, p.13), o MIA é

Composto das compras de alimentos realizadas pelas diversas esferas de governo para atender os programas especiais (como a alimentação escolar, a distribuição de alimentos à população carente, etc) e dos serviços públicos regulares (como a alimentação nos hospitais e presídios).

Ramalho Maciel (2008, p.18) destaca que “apesar de recente, o PAA, também é incluído como integrante do MIA, embora outras políticas esporádicas, como aquelas efetuadas por Estados e municípios, não o sejam”.

O PAA é apenas um segmento do MIA, que será analisado nesse trabalho. Ramalho Maciel (2008, p. 19) ressalta que

Embora traga em si premissas semelhantes às do MIA, o Programa possui aspectos únicos que merecem maiores detalhamentos. Talvez o maior deles seja o fato de não haver licitação – uma grande barreira de acesso ao MIA. Outro aspecto se refere aos agentes ofertantes. Enquanto o MIA, em tese, pode ser acessado de forma mais ampla, o PAA opera com reserva de mercado – apenas entidades de agricultores familiares podem acessá-lo.

Segundo dados da FUBRA/UNB (2005), a lei que instituiu o PAA desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para o atendimento aos programas públicos, dispensando as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666, de 1993. Com isso, se criou um marco jurídico capaz de possibilitar a presença mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por esta categoria específica de produtores.

Para Ramalho Maciel (2008, p.14), a “superação dos entraves impostos pela licitação possibilitou um contexto em que vínculos de confiança – uma vez que respostas mais céleres são dadas – entre a parte compradora (Estado) e a parte vendedora (agricultores familiares)

fossem estabelecidos.” O autor argumenta que o desenvolvimento de tais vínculos diminui a necessidade de controle burocrático, o que resulta em menores custos de transação, cujo resultado é uma maior aproximação entre Estado e sociedade civil.

Schmitt (2008) enfatiza que as primeiras experiências do acesso dos agricultores familiares ao MIA foram localizadas e descontínuas no tempo. A autora cita ações implantadas antes de 2003, nos municípios de Belém (PA), Hulha Negra (RS), Rio Branco (AC), entre outros. Para a autora,

Algumas delas já tinham como objetivo incentivar a produção e o abastecimento de produtos ecológicos, como, por exemplo, a experiência piloto de merenda ecológica desenvolvida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra. Outras mantinham um foco mais centrado na produção local e/ou familiar (SCHMITT, 2008, p.08).

Nesses cinco anos de existência, o PAA sinaliza como um novo cenário no que se refere às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, por tratar do processo de comercialização, um dos principais dilemas da agricultura familiar. Os agricultores familiares ficavam restritos a comercializarem sua produção com “atravessadores” ou mesmo com as grandes Cooperativas. E, principalmente, por relacionar o processo de comercialização com as temáticas do abastecimento e da segurança alimentar e nutricional.

Um dos efeitos estruturantes do Programa, e que será destacado nessa dissertação, é em relação à construção de mercados. Sparoveck et al. (2007, p. 63) avaliaram o PAA quanto à sua capacidade de gerar mercado e ressaltam que:

As compras feitas pelo PAA criaram mercados até então inexistentes e alteraram a relação entre produtores e intermediários nas regiões em que os mercados já estavam estabelecidos. O estudo verificou a adoção de práticas mais solidárias e justas na relação dos atravessadores com agricultores beneficiários e não beneficiários, além da adaptação dos agricultores a sistemas mais complexos de comercialização e a mobilização dos agentes locais, instituições governamentais e movimentos sociais no direcionamento de ações locais para atingir o público alvo do programa.

Botelho Filho et al. (2007) destacam que em todos os Estados pesquisados o programa possibilitou a criação de canais de comercialização potencializadores da agricultura familiar, e promoveu a inserção da mesma nos mercados locais.

Mattei (2007b) ao relatar os resultados do Programa no Estado de Santa Catarina, mostra que o mesmo gerou uma expectativa favorável em relação ao mercado local: “considerando que muitos produtos típicos das unidades familiares de produção, agora também têm a oportunidade de serem comercializados localmente, o que pode contribuir para elevar a renda familiar” (Mattei, 2007b, p. 96).

Doretto et al.(2007), no estudo de avaliação do PAA no Estado do Paraná, também ressalta o mercado criado a partir do Programa. Segundo o autor, o Programa incentivou a produção de outros produtos que estavam abandonados pelos agricultores. Ele cita o caso do trigo, os agricultores dos assentamentos passaram a cultivar devido aos preços estipulados para a época de entrega dos produtos e à garantia de que, ao entregarem a produção, irão receber os recursos. Ele também destaca o canal de comercialização aberto pelo PAA para as agroindústrias familiares: com a possibilidade de venda concreta houve um estímulo para que os agricultores se organizassem e tivessem uma produção freqüente.

A comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do MIA é um fenômeno recente no país. Analisar as formas de inserção dos agricultores familiares nos mercados institucionais e os efeitos dessa inserção para os mesmos é o que nos propomos nessa dissertação. Essa temática será discutida no próximo capítulo, à luz da nova sociologia econômica, que concebe os mercados como espaços de interação social historicamente construídos pelos atores.

3 A SOCIOLOGIA ECONÔMICA E O MERCADO

Este capítulo propõe-se a descrever brevemente o histórico da Sociologia Econômica-SE e a contribuições dos autores da Nova Sociologia Econômica (NSE), que aporta uma nova percepção do papel da economia e do mercado, entendidos como inseridos no contexto social. A utilização do aporte teórico da NSE para o trabalho vem a contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre o funcionamento das relações socioeconômicas na construção dos mercados locais, bem como sobre o papel das organizações sociais no processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

3.1 Pressupostos da Sociologia Econômica

Na economia tradicional, o mercado constitui-se como um sistema econômico controlado e regulado exclusivamente pelas relações de oferta e procura. Este pensamento clássico a respeito do mercado desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XVIII, focalizando as reflexões no processo de mercado compatível com as novas políticas capitalistas proposta para o desenvolvimento econômico.

No final do século XIX surge a Sociologia Econômica-SE, que critica o fato de, historicamente, a economia tradicional supervalorizar o significado do mercado no sistema econômico. A sociologia econômica é entendida pela utilização de estruturas de referências, variáveis e formas de explanação da sociologia em atividades complexas relacionadas com a produção, distribuição, troca e consumo de recursos escassos e serviços (Smelser e Sweberg, 1994 apud SACOMANO NETO et al. 2007, p. 04).

A SE, nas palavras de Swedberg (2004),

pode ser definida de modo conciso como a aplicação de idéias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante (Swedberg, 2004, p. 07).

O autor apóia-se no enfoque de Weber (1949), e afirma que

a sociologia econômica estuda tanto o setor econômico na sociedade (fenômenos econômicos) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (fenômenos economicamente condicionados) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (fenômenos economicamente relevantes)” (Swedberg, 2004, p. 07).

O quadro a seguir visa estabelecer a comparação entre a Sociologia Econômica e o “*mainstream*” da economia, considerado como os pressupostos vigentes na economia da época. Nos estudos econômicos tradicionais a prioridade é dada à formalização e à utilização de modelos matemáticos, nos quais o contexto histórico e outras especificidades tendem a ser colocados em segundo plano ou, no limite, desconsiderados. Do ponto de vista da sociologia, a prioridade está no esforço por se explorar as especificidades, a complexidade dos fenômenos e, principalmente, reconhecer nos atores “sujeitos”, e não só “objetos” da pesquisa.

Quadro 1- Comparação entre a sociologia econômica e o “*mainstream*” da economia

	Sociologia econômica	Mainstream econômico
Conceito de ator	O ator é influenciado por outros atores e integra grupos e sociedade	O ator não é influenciado por outros atores (“individualismo metodológico”).
Ação econômica	Diferentes tipos de ação econômica são mobilizados pelos atores, incluindo a ação racional; a racionalidade é uma Variável.	Todas as ações econômicas são apreendidas como sendo racionais; a racionalidade como pressuposto.
Relação Economia/Sociedade	As ações econômicas são constrangidas pela escassez de recursos, pela estrutura social e pela atribuição de sentidos.	As ações econômicas são constrangidas pelas preferências e pela escassez de recursos, incluindo a tecnologia.
Constrangimentos sobre a Ação	A Economia é apreendida como uma parte da sociedade; a sociedade é sempre uma referência básica.	O mercado e a Economia são as referências básicas; a sociedade é tomada como um “dado”.
Objetivo do método de análise usado	Descrição e explicação; raramente predição.	predição e explicação; raramente descrição.
Métodos usados	Os mais diferentes métodos são usados, incluindo o histórico comparativo.	Método formal, especialmente modelos matematicamente construídos.
Tradição intelectual	Marx-Weber-Durkheim, Polanyi-Parsons/Smelser; os clássicos são constantemente reinterpretados e tomados como referências.	Smith- Ricardo-Mill- Marshall-Keynes-Samuelson; os clássicos pertencem ao passado.

Fonte: Smelser e Swedberg(1994, p. 04) apud Reginato (2007, p. 28).

Destacam-se como autores da primeira fase, Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858- 1917), Georg Simmel (1858-1918) e Vilfredo Pareto (1848-1923). Esses autores, apesar de suas divergências, iniciaram a elaboração de um modelo de ação econômica alternativa ao conceito de *homo economicus*. Com exceção de Durkheim e os membros da sua escola que criticavam duramente a teoria econômica, as outras correntes advogavam que a sociologia econômica deveria complementar e complexificar a abordagem da ciência econômica.

Raud-Mattedi (2005) observa que, dentro da sociologia econômica de Durkheim e Weber, é possível encontrar uma análise sociológica do mercado. A contribuição da escola durkheimniana reside na importância do papel das instituições e representações sociais nas relações econômicas. No caso de Weber e Pareto, a contribuição reside especialmente na idéia de conceber as diversas modalidades que assumem a ação econômica e, deste modo, ir além da figura do *homo economicus* da teoria econômica tradicional.

Na década de 1920 até os anos de 1960, o diálogo entre a sociologia e a economia ficou negligenciado. A sociologia, nesses anos, “se limitaria aos estudos das conseqüências sociais das inovações e das condições sociais das transformações econômicas” (Lévesque, Bourque e Forgues, 2001, p. 20 apud SERVA et al., 2006, p. 12).

A segunda fase da Sociologia Econômica- SE abrange os anos 1930-70 e se caracteriza pelo arrefecimento dos temas propostos e investigados pelos pioneiros. Nessa fase os estudos em sociologia econômica foram ampliados e dentre os autores destacam-se Karl Polanyi (1886-1964), Talcot Parsons (1902-79) e Neil J. Smelser. Esses autores contribuíram com o desenvolvimento de conceitos como destruição criativa, empreendedorismo, imersão social (*embeddedness*) e teses como a de que a sociologia e a economia podem ser entendidas como partes (subsistemas) de uma teoria geral dos sistemas sociais.

Polanyi, em seu trabalho clássico “A Grande Transformação” (1944, trad. 2000) argumenta que, em todas as sociedades, até o século XIX, a esfera da economia foi claramente delimitada pelas regras e costumes da organização social.

Para o autor, a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. O homem não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, seu patrimônio social.

O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social (Polanyi, 2000, p. 88).

Para Sabourin (2006), um dos aspectos mais relevantes da obra de Karl Polanyi foi à identificação de três sistemas econômicos diferentes capazes de gerar formas de mercado diferenciadas: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. Cada um desses princípios de integração da sociedade tiveram diferentes formas de distribuição em cada tipo de sociedade, com maior ou menor importância no decorrer do tempo.

A reciprocidade é definida como os movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos, a redistribuição como um movimento de apropriação em direção de um centro e logo de distribuição desse centro para o exterior; o intercâmbio corresponde a movimentos de ida e volta como aqueles existindo no sistema mercantil (Sabourin, 2006, p. 03).

Segundo Polanyi (2000), o que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais, pois ele fala de uma economia « inserida » (*embedded*) num sistema de valores que se impõe às leis da oferta e da demanda. Esses valores são mobilizados pela iniciativa de cada um no caso da reciprocidade ou podem depender de um centro de referência para todos (rei, igreja, chefe, Estado) no caso da redistribuição.

Porém, segundo o autor, a partir do século XIX a sociedade contemporânea exige a presença de condições institucionais específicas, como a propriedade privada dos meios de produção (capital, terra, trabalho). Somente no âmbito do capitalismo é que se pode pensar nas motivações utilitaristas da ação econômica, que não são naturais, mas resultado de instituições particulares. Para emergir a economia de mercado, houve um esforço do Estado para criar estas instituições que permitem o seu funcionamento.

Polanyi esclarece sobre as transformações ocorridas no final do século XX, em que o ritmo imposto pelo sistema ultrapassa as barreiras do bem-estar dos indivíduos, e nesse caso a “transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (Polanyi, 2000, p. 60).

O processo de industrialização implicou em aperfeiçoamento do sistema econômico, transformando uma economia primitiva, na qual o homem era visto e valorizado como um ser social, em uma economia de mercado e mercado auto-regulável. Com a transformação, o valor do homem quantificado por seus atos para à sociedade deixa de ter sentido; passa-se para uma valorização do indivíduo, visto como o centro no processo atomizado.

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de

que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários(Polanyi, 2000, p.89).

Segundo Wilkinson (2002), essa interpretação histórica de Polanyi tem sido sujeita a muitas críticas, mas as suas distinções entre economia e mercado, a sua identificação das distintas formas de intercâmbio de bens e serviços e a sua caracterização da dinâmica peculiar das mercadorias fictícias têm sido incorporadas na sociologia econômica e correntes similares como no grupo MAUSS (Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, cuja figura mais representativa seria Alain Caillé).

Granovetter faz uma leitura crítica da obra de Polanyi, e afirma que nem a economia tradicional foi totalmente desprovida do cálculo nem a economia moderna foi isenta de ingerência social. Segundo o autor, o homem, em maior ou menor grau, sempre elaborou os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. A natureza dessas redes sociais, portanto, e a posição do ator nessas redes deveriam ser os pontos de partida para a análise da vida econômica (Wilkinson, 2002).

A terceira fase da SE se inicia a partir do final dos anos 1970 e se caracteriza pelo revigoramento do campo. Alguns trabalhos pioneiros desse período – como os de Harrison White e Arthur Stinchcombe – foram importantes para essa abordagem, mas a publicação, em 1985, do ensaio teórico de Granovetter “*Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação*”¹⁴, é considerado o principal marco dessa retomada. Ainda em 1985, Granovetter cunhou o termo “nova sociologia econômica”, para diferenciar a então vigente agenda de pesquisa daquela realizada pela “velha sociologia econômica”, representada principalmente por Polanyi, Parsons, Smelser, e pelos pesquisadores de sociologia industrial e do trabalho.

3.2 A construção social de mercados e as contribuições dos diferentes autores da nova sociologia econômica

Segundo Wanderley (2002 apud Mazon, 2005, p. 27) é na década de 70 do século XX, que os pressupostos da economia tradicional são novamente questionados, dando abertura para um novo marco analítico. Para Raud- Mattedi (2005), a emergência da Nova Sociologia Economia (NSE) nos anos 70 tem a contribuição direta dos autores Durkheim e Weber.

¹⁴ Originalmente: “Economic action and social structure: the problem of embeddedness” (1985).

Durkheim e Weber iniciaram o estudo sociológico do mercado em termos de construção social, contribuindo assim diretamente para a emergência da nova sociologia econômica na década de 1970. Ambos refletiram sobre o papel das instituições na orientação do comportamento do ator econômico e, portanto, na regulação de mercado [...] (Raud-Mattedi, 2005, p. 128).

De acordo com Martes et al. (2007), até os anos 80 os sociólogos econômicos aprofundavam-se em temas sobre as instituições e se mantinham atentos às questões relativas a controle, sanções e normas, já nas últimas décadas, temas como gênero, redes sociais e cultura tornaram-se temas-chaves dessa abordagem. Para Wilkinson (2002, p. 809), a nova sociologia econômica

surgiu como resposta à expulsão da vida social da análise econômica, tanto na visão neoclássica quanto nas formulações da nova economia institucional, bem como ao esforço de estender essas abordagens ao conjunto das ciências sociais (o chamado "imperialismo econômico". (Wilkinson, 2002, p. 809).

Segundo Swedberg (2004), desde os anos 1980, houve um crescimento em termos numéricos em relação aos estudos sobre a sociologia econômica ainda que não se disponha de números exatos. Enquanto na década de 1980 uma única pessoa costumava representar a sociologia econômica num dado departamento, tal situação é menos frequente hoje.

3.2.1 As contribuições de Granovetter

Na sociologia, o mercado passa a ser entendido como estruturas sociais concretas e processos associados resultantes da prática de um conjunto de ações (Wanderley, 2002 apud LEEPKALN DOS SANTOS, 2006, p. 23). Desta forma, os atores sociais na NSE estão inseridos (embeddedness) na vida econômica através das relações sociais onde esses atores participam na construção do mercado.

Granovetter (2001) concebe as ações econômicas dos agentes como inseridas numa teia de relações e redes sociais, em que as escolhas dos indivíduos sucedem, num tecido de conexões, com outros agentes, e não num vazio. As redes sociais são percebidas pelo autor como impulsionadoras de confiança, permitindo relações cooperativas.

As redes são o elemento estrutural que define padrões de comunicação, hipóteses de difusão, quadros de mobilização de recursos materiais e humanos, contribuindo para o desenvolvimento de alianças determinantes para o futuro do mundo econômico (GRANOVETTER, 2001, p.77 apud ARAÚJO, 2006, p. 04).

Desta forma, outras bases são consideradas — não só econômicas — da organização do mercado, tais como as redes de sociabilidade, confiança e organizações associativas. A atuação acontece em um ambiente socialmente enraizado, no qual valores culturais e convenções interferem no comportamento econômico dos agentes, estando o mercado imbricado de redes concretas de relações sociais, sendo, portanto, uma construção social (GRANOVETTER, 2003 apud ARAÚJO, 2006, p. 04).

Para Granovetter (1985 apud LEEPKALN DOS SANTOS, 2006, p. 24), as redes sociais facilitam a circulação de informação e asseguram a confiança ao limitar os comportamentos oportunistas.

Granovetter (2005) ressalta as quatro características das redes sociais que permitem entender os impactos da estrutura social na produção de resultados econômicos:

- a) As normas e a densidade da rede social: a maior densidade faz com que idéias sobre o comportamento apropriado tenham maior probabilidade de serem reproduzidas, discutidas e fixadas;
- b) A força dos laços fracos: mais informações tendem a circular para indivíduos com laços fracos do que com laços fortes.

Granovetter (1973, 2001 apud REGINATO, 2007, p. 30), ressalta que: “as redes sociais estabelecem relações fracas ou fortes entre os indivíduos”. O autor demonstrou que a noção dos *laços fracos* permite estabelecer pontes entre as redes e se revelam, por esta razão, decisivos. Os *laços fracos* são as relações que os indivíduos estabelecem além de sua rede de relações comunitárias, aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas. Já os *laços fortes* são definidos como aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas; por exemplo, as relações de parentesco ou de vizinhança. Para o autor, a existência de *laços fracos* é fundamental para que esses indivíduos atinjam mais pessoas sem que haja perda de confiança.

Os *laços fracos* podem mais facilmente tornarem-se pontes entre os dois grupos, do que os laços fortes. Os laços fracos tendem a ser pontes locais, porque os laços fortes estimulam o fechamento de uma tríade a qual elimina a possibilidade de formação de pontes e, conseqüentemente, de compartilhamento de informações.

- c) A importância do “buraco estrutural”: Burt (1992) dá ênfase para a vantagem estratégica que pode ser desfrutada pelos indivíduos com laços em múltiplas redes amplamente separadas, sem conexão entre si. Uma rede com muitos buracos estruturais propicia a exploração de oportunidades por um ego frente aos atores a ele conectados, mas sem vínculos entre si.

- d) A sobreposição da ação econômica e não-econômica: até que ponto a ação econômica depende da ação ou de instituições que não são econômicas em conteúdo, objetivos e processos.

Granovetter (2005) destaca três principais razões pelas quais as estruturas sociais influenciam os resultados econômicos: redes sociais afetam o fluxo e a qualidade da informação; redes sociais são importante fonte de recompensa e punição nas relações econômicas; e a confiança emerge dentro das redes sociais.

O autor ressalta quatro exemplos para demonstrar o impacto das redes sociais nos resultados econômicos baseado em diversas pesquisas empíricas realizadas dentro da perspectiva da imersão social. O primeiro resultado econômico em que pesquisas demonstram que existe influência é o mercado de trabalho. Granovetter (1974) demonstra, em pesquisa empírica, como os relacionamentos sociais possibilitam encontrar uma oportunidade de trabalho. É destacada a importância dos laços fracos; para o autor, o acesso à informação não redundante é fundamental para se encontrar uma oportunidade de trabalho e quanto maior for o número de laços fracos, maiores serão as possibilidades de acesso a novas oportunidades de trabalho.

O segundo resultado econômico influenciado pelas redes de relacionamento são os preços. Para o autor, os preços e redes de relacionamentos se influenciam mutuamente, os preços não são resultados da simples relação entre oferta e demanda. O terceiro exemplo é a influência da estrutura social sobre a produtividade. Estudando a relação entre confecções de roupas femininas e seus fornecedores, Uzzi (1996) encontrou resultados que indicam que o tipo de relacionamento com os fornecedores afeta a produtividade e o desempenho das empresas. O autor dividiu os relacionamentos em dois tipos, relacionamentos de mercados, os quais são caracterizados pela impessoalidade dos laços, e relacionamento imersos, nos quais existe confiança e compreensão mútua.

O último exemplo descrito por Granovetter (2005) é a inovação. O autor afirma, através de exemplos, como relacionamentos sociais podem influenciar a capacidade de inovação. Para o autor, a inovação está associada ao rompimento de rotinas estabelecidas.

Para alguns autores, na análise de redes sociais de Granovetter há uma ausência de contexto político e jurídico das instituições e do papel do Estado. Ele é um autor do pólo teórico da SE que propõe acrescentar elementos da sociologia à teoria econômica (Raud-Mattedi, 2005).

Já Fligstein (2001) representa a abordagem político-cultural dentro da nova sociologia econômica-NSE e propõe a construção de uma visão sociológica de mercado, como será visto a seguir.

3.2.2 As contribuições de Neil Fligstein

Fligstein (2001) analisa a formação dos mercados como construções, cuja arquitetura é desenhada pelas estruturas sociais. Segundo o autor, uma das principais limitações da sociologia é a restrita compreensão do significado de estruturas sociais e acerca de como, por que e quais estruturas são necessárias para a organização dos mercados. Uma importante implicação desta carência teórica na sociologia dos mercados é que os trabalhos empíricos não analisam a relação entre os complexos arranjos sociais e a eficiência econômica. Fligstein e Bordieu são autores que retomam a dimensão política do mercado baseados na reflexão de Weber e Durkheim.

Para Fligstein (2001, 2003), o mercado é visto como um “mundo estável”, onde as regras objetivam evitar uma guerra. Para o autor, os mercados se estabilizam por meio do balanço de poder entre empresas, comunidades locais, trabalhadores e governo em um dado campo por meio da formação de direitos de propriedade, estruturas de governança, concepções de controle e regras de troca (FLIGSTEIN, 2001, p. 236 apud VOIVODIC et al., 2008, p. 10). A instabilidade dos mercados, por sua vez, decorre da tendência das empresas de competir entre si, reduzindo os preços; e o problema de manter a empresa unida como uma coalizão política.

Segundo Abramovay (2007), o maior objetivo dos protagonistas dos mercados é estabilizar as relações com seus fornecedores, e tanto quanto possível, com seus clientes. A estrutura dos mercados envolve uma dimensão cognitiva (a compreensão comum daquilo que se faz, a maneira como se organizam as firmas e as formas legítimas de concorrência) e relações concretas entre os atores (decorrentes da história de sua interação). Essa estrutura tem quatro regras básicas, segundo Fligstein (2001):

1. Nenhum mercado pode estabilizar-se se não houver clara definição entre seus participantes a respeito dos direitos de propriedade nele praticados;
2. Nenhum mercado se estabiliza sem que sua estrutura de governança – as regras gerais que definem as relações de concorrência e cooperação entre as firmas e a própria maneira como as firmas deveriam organizar-se – esteja claramente definida;
3. A estabilização de qualquer mercado exige um acordo em torno das regras de troca, que vão desde pesos e medidas, até a maneira como se fazem os pagamentos e os mecanismos que asseguram o cumprimento dos contratos;
4. Mercados estáveis consolidam certas concepções de controle, uma concepção de mundo que permite

que as relações entre dominantes e dominados possa ser estabelecida e reproduzida ao longo do tempo (Abramovay, 2007, p. 33).

O autor propõe criar uma visão sociológica do mercado a partir da metáfora do mercado como política em duas dimensões. A primeira dimensão da metáfora do mercado como política se refere à relação do Estado com o mercado: a formação do mercado, segundo Fligstein, faz parte da formação do Estado:

Os Estados modernos de economia capitalista criaram as condições institucionais para que os mercados se tornassem estáveis. Identifico quais instituições estão em jogo e vejo sua construção como projetos políticos empreendidos por atores poderosos. Grandes crises sociais como guerras, depressões ou a entrada de uma nação no desenvolvimento moderno são determinantes para entender o progresso econômico de uma sociedade”. (FLIGSTEIN, 2001, p. 27 apud MAZON, 2005, p. 46).

A segunda dimensão refere-se ao modelo sociológico de ação-para o autor, a empresa, ao invés de agir para maximizar o lucro, age para estabilizar o mercado fazendo um acordo de não-agressão com as outras empresas. Estes relacionamentos são dependentes da construção de instituições estáveis, tais como governos e leis. Tanto governos, como firmas e trabalhadores tem resolvido seus problemas coletivos produzindo regras para ajudar a estabilizar suas interações.

Para o autor, fazer com que os projetos institucionais sejam bem sucedidos é um projeto inerentemente político. A habilidade dos grupos para atingirem o sucesso e a estabilidade depende de fatores como: o tamanho dos grupos, seus recursos, existência de uma oportunidade política para agir, atores do Estado dispostos a negociar e a habilidade em construir uma coalizão política em torno de uma identidade coletiva (FLIGSTEIN, 2001 apud LEEP KALN DOS SANTOS, 2006, p. 27).

Mercados se estabilizam em torno daquilo que o Fligstein chama de coalizões políticas, que envolve o reconhecimento daqueles que são líderes em seu interior, mas também a legitimação dos procedimentos em torno dos quais esta liderança se implanta e se estabiliza – de maneira sempre precária, é claro. *A presença, aí, tanto do Estado como de organizações dos mais variados tipos, da sociedade civil e dos próprios agricultores, é absolutamente crucial* (Abramovay, 2007, p. 33- grifos nossos).

A habilidade social é o nome dado por Fligstein (2007 apud SACOMANO NETO et al., 2007, p. 04) ao ator capaz de induzir a cooperação com outros atores com o objetivo de produzir e reproduzir um conjunto de regras e estabilizar um conjunto de relações. As organizações tentam controlar outros atores no sentido de conseguir estabilidade nas relações e no acesso aos recursos. Os mecanismos são variados, como: contratos, cooperação,

cooptação, relações de reciprocidade, confiança entre outros diversos mecanismos, dependendo do grau de centralização da governança formada dentro do conjunto de relações.

[...] a habilidade dos atores para analisar e conseguir tal cooperação pode ser vista, genericamente, como Habilidade Social (social skill)... Alguns autores são mais habilitados socialmente em obter a cooperação dos outros, em manobrar em torno de atores poderosos e em saber como construir coalizões políticas na vida (FLIGSTEIN, 2001, p. 03 apud ABRAMOVAY, 2007, p. 29).

Bourdieu (2005 apud RAUD-MATTEDI, 2007 p 207) define o mercado como uma “construção social” (2005, p. 40): é o lugar de encontro entre a demanda e a oferta, ambas socialmente construídas. O autor define o campo econômico como um "campo de lutas", isto é, um campo de ação socialmente construído onde se enfrentam agentes dotados de recursos diferentes. Como em Fligstein (1996), o mercado de Bourdieu consiste num equilíbrio temporário, com regras do jogo provisoriamente respeitadas. A dominação de uma empresa reside essencialmente na sua capacidade em impor às outras sua própria definição do jogo. Os mercados não são algo natural, mas sim construções sociais. Algo a que é atribuído valor e significado, além de ser marcado por luta de interesses.

4 A PESQUISA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção e análise dos dados que permitam atingir os objetivos propostos no início dessa dissertação. Pela natureza do objeto, a abordagem utilizada nesse trabalho é a pesquisa qualitativa, por se tratar da mais adequada forma para análise aprofundada de um fenômeno, que é o que está sendo buscado através do estudo de caso. Segundo Gil (2007, p. 42), pode-se definir pesquisa “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Para o autor,

A pesquisa pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objetivo à generalização, com vistas na construção de teorias e leis (GIL, 2007, p. 42).

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2007, p. 21), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, e nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.

O método qualitativo rejeita o princípio do determinismo causal e a concepção positivista das Ciências Sociais, e busca incorporar em suas análises a valoração, a afetividade e a intencionalidade próprias ao fato humano. A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados no estudo.

4.1 Estudo de Caso

A metodologia de estudo de caso vem sendo utilizada com frequência no meio acadêmico. É uma das maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais, e tem sido utilizada em pesquisas em sociologia, administração, desenvolvimento rural, entre outras. Segundo Mazzotti (2006), os estudos de caso mais comuns são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa ou um evento. Yin caracteriza o estudo de caso, como sendo

(...) uma investigação científica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos; enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados (YIN, 2001, p. 32-33).

Quando o assunto está inserido em algum contexto da vida real, ou quando o autor não possui muito controle sobre o acontecimento, o estudo de caso representa a estratégia preferida, tendo em vista que:

a essência de um estudo de caso, a principal tendência em todos os tipos de estudo de caso, é que ela tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados (SCHRAMM, 1971, apud YIN, 2001, p. 31).

Para Goldemberg (2000), “o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (Goldemberg, 2000, p. 34 apud FERRO, 2006, p. 26).

Para Yin (2001), o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes. O autor discute que a adoção do Método do Estudo de Caso é adequada quando são propostas questões de pesquisa do tipo “como” e “por que”, e nas quais o pesquisador tenha baixo controle de uma situação que, por sua natureza, esteja inserida em contextos sociais. A opção pelo estudo de caso assume-se como particularística, isto é, debruça-se sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global do fenômeno de interesse (Ponte, 2006).

O estudo de caso, segundo Gil (2007), vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir às pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2007, p. 73).

A realização de uma pesquisa científica requer, antes de qualquer passo, a identificação do problema, o domínio de alguns conceitos-chave, para que se chegue ao tipo de método mais adequado para a consecução dos objetivos. Realizar estudo de casos exige, segundo o autor, algumas habilidades prévias, quais sejam, “treinamento e preparação para o estudo de caso específico, desenvolvimento de um protocolo de estudo de caso e condução de um estudo de caso piloto”. (YIN, 2001, p. 79). O autor cita que esse método, ao contrário do que genericamente se acredita, não é um método fácil; ao contrário, é árduo e necessita de planejamento e disposição para aplicar as etapas que ele pressupõe.

Uma característica importante deste tipo de investigação é que se trabalha com variadas fontes de evidência, diferentemente de outros desenhos de pesquisa. Yin (2001) enuncia cinco fontes básicas de evidências dos estudos de caso, quais sejam: documentações, registros de arquivos, observação direta, observação participante, entrevistas e artefatos físicos (artefatos físicos seriam evidências físicas, como uma ferramenta, uma obra de arte etc.). Esta utilização de múltiplas fontes de dados seria não apenas uma possibilidade dos estudos de caso, mas acima de tudo uma necessidade. Gil (2007, p. 72) argumenta que o estudo de caso é

Caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Na visão de Ponte (2006), o estudo de caso se caracteriza, como uma investigação de natureza empírica e, baseia-se fortemente em trabalho de campo ou análise documental. Estuda uma dada entidade no seu contexto real, tirando todo o partido possível de fontes múltiplas de evidência como entrevistas, observações, etc. Para o autor, este tipo de investigação não é experimental, usa-se quando o investigador não pretende modificar a situação, mas compreendê-la tal como ela é. Ressalta, também, que os resultados de um estudo de caso podem ser dados a conhecer de diversas maneiras, incluindo textos escritos, comunicações orais ou registros em vídeo.

No entanto, Yin (2001) descreve os principais preconceitos em relação a esse método, tais como a falta de rigor científico, seja pela não adoção de instrumentos metodológicos rígidos, seja pela negligência do pesquisador- e a dificuldade de generalização, para o que ele defende que os estudos de caso são sim generalizáveis, mas as proposições teóricas e não a população e universos. Quanto ao tempo destinado à pesquisa, alega-se que os estudos de caso demandam muito tempo para serem realizados e seus resultados tornam-se pouco

consistentes, fator que condiz com o passado, segundo o autor. Para ele, devido a experiência acumulada nas últimas décadas, atualmente é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos. O autor afirma, porém, que estas questões também podem estar presentes em outros métodos de investigação científica se o pesquisador não tiver treino ou as habilidades necessárias para realizar estudos de natureza científica, assim, não são inerentes ao método do estudo de caso.

O autor destaca que no início dos estudos de caso deve-se atentar para o desenvolvimento do protocolo, “documento que contém os procedimentos e as regras gerais que deveriam ser seguidas ao utilizar o instrumento” (Yin 2001, p. 89). No protocolo geralmente se tem as seguintes seções: uma visão geral do projeto, com tema do mesmo, questões de estudo e leituras norteadoras; procedimentos a serem adotados para coleta dos dados (observação em campo, entrevistas, análise documental, etc.); plano de análise dos dados coletados, com discriminação da natureza das informações colhidas (informações descritivas, informações explanatórias) (YIN, 2001).

A coleta de dados para os estudos de caso pode se basear em muitas fontes de evidências, como análise de documentos, registros em arquivos, entrevistas, observações diretas e indiretas e artefatos físicos. Para o autor três princípios são fundamentais para a coleta de dados: “a) a utilização de várias fontes de evidências, e não apenas uma; b) a criação de um banco de dados para o estudo de caso; e c) a manutenção de um encadeamento de evidências” (Yin, 2001, p. 106). A não utilização de múltiplas fontes de evidência pode propiciar alguns dos erros freqüentemente apontados por aqueles que são críticos ao método, como generalizações infundadas e não validação dos constructos.

Na análise de dados, a última fase do estudo, consiste em “examinar, categorizar e classificar em tabelas, ou do contrário, recombinar as evidências tendo em vista as proposições iniciais do estudo” (Yin, 2001, p. 131). Embora haja várias estratégias para esta etapa, o autor propõe duas gerais: basear a análise em proposições teóricas, organizando-se o conjunto de dados com base nas mesmas e buscando evidência das relações causais propostas na teoria; desenvolver uma estrutura descritiva que ajude a identificar a existência de padrões de relacionamento entre os dados.

4.2 Os casos estudados

A presente pesquisa se enquadra no que a metodologia da pesquisa chama de estudo de caso de natureza exploratória, por objetivar maior familiaridade com o fenômeno estudado,

com vistas a torná-lo mais explícito. A pesquisa exploratória “proporciona uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2007, p.43).

A seleção dos casos estudados não foi aleatória e sim intencional. Optou-se por estudar duas experiências de cooperativas na Região Celeiro, em função das mesmas serem pioneiras na Região na operacionalização do PAA, e também pelas práticas e formas de organização que são utilizadas pelas Cooperativas.

A pesquisa foi desenvolvida na Região Celeiro-RS, nos municípios de Crissiumal e Tenente Portela. Destaca-se que, nesses municípios, predomina uma agricultura familiar que desenvolve a comercialização de seus produtos e a agroindustrialização através de cooperativas de agricultores familiares.

Os municípios de Crissiumal e Tenente Portela fazem parte do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Celeiro - Corede Celeiro (Figura 2)¹⁵ com características econômicas semelhantes, que atualmente encontram-se estruturados em pequenos e médios empreendimentos, tanto na agricultura quanto nos demais setores econômicos.

A Região Celeiro apresenta duas áreas bem distintas, uma próxima ao Rio Uruguai, com acentuada presença de minifúndios, onde as matas são mais densas, e a topografia é bastante acidentada, e outra onde predominam as áreas de campo, com topografia plana, mecanização intensa e propriedades maiores. A formação étnica é bastante diversificada, com a presença de italianos, alemães, poloneses e indígenas.

Crissiumal conta hoje com 14.936 habitantes (FEE, 2008), sendo que, destes, 55,74% encontram-se na zona rural. O município possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e uma produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros. A etnia que predomina no município é de 70% da população de origem alemã, sendo que os 30% restantes distribuem-se em várias outras etnias (Emater, 2008).

Já Tenente Portela conta com 14.192 habitantes (FEE, 2008), sendo que, destes, 35 % encontram-se na zona rural. Tem como características étnicas a miscigenação racial - com a predominância de descendentes de indígenas, caboclos, italianos, poloneses e alemães. A área média das propriedades rurais é de 10,0 hectares por família e o município possui 1.179 propriedades rurais. As propriedades com áreas de até 20 hectares correspondem a 79,7% dos

¹⁵A região Celeiro é formada por 21 municípios, onde predomina a população rural e conseqüentemente a atividade agropecuária. Essa região foi reconhecida institucionalmente como instância para o planejamento regional com a criação em 2008 do Corede Celeiro, até então os municípios participavam do Corede da região Noroeste Colonial

estabelecimentos e 44,48% da área total. Tem sua economia baseada na produção primária, que está restrita basicamente à produção de grãos, com recente incremento do setor leiteiro e suíno integrado, porém, na sua maioria, com grande utilização de insumos industriais. É no município de Tenente Portela que está localizada parte da Terra Indígena do Guarita, que possui em sua totalidade uma área de 23.406,87 ha, com cobertura de mata primária de 51,18%, mata secundária 20,52%, capoeira 18,17%, uso agrícola 8,59% e solo exposto 1,54 (Emater, 2008).

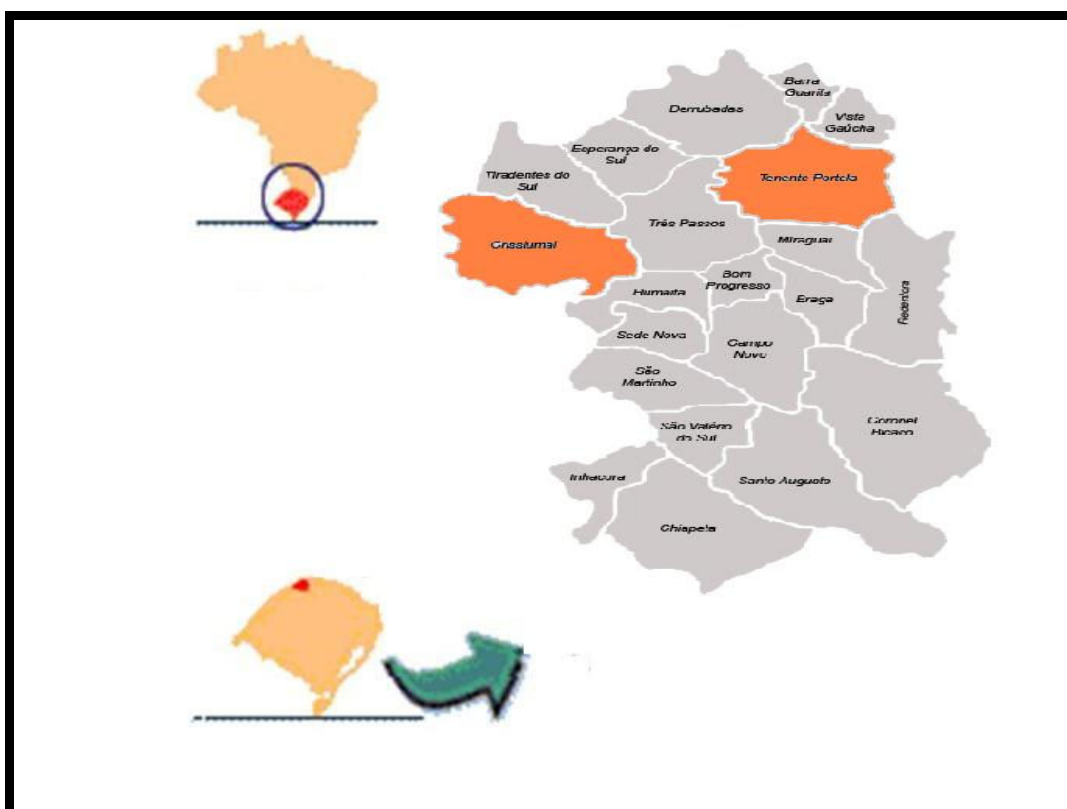


Figura 2 - Localização dos municípios de Tenente Portela e Crissiumal- RS

4.3 Etapas da pesquisa e fontes de informação utilizadas

No presente estudo, foram adotados os seguintes procedimentos para o desenvolvimento deste trabalho: (a) elaboração do referencial teórico estruturado a partir da bibliografia sobre políticas públicas para a agricultura familiar e sociologia econômica; (b) revisão de documentos das cooperativas; (c) elaboração das perguntas que guiaram as entrevistas; (d) entrevistas realizadas com agricultores familiares, membros das cooperativas e atores sociais; (e) análise dos dados e apresentação dos resultados. A pesquisa foi realizada

durante os meses de outubro de 2007 a agosto de 2008, e teve como base as seguintes fontes de informações: (a) entrevistas com 25 agricultores familiares de Tenente Portela e Crissiumal, e mais 13 entrevistas com atores locais (extensionistas rurais, agentes políticos, representante religioso, Pastoral da Criança e membros das Cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova); (b) documentos, como projeto de compra dos produtos da agricultura familiar, relatórios das cooperativas, notícias de jornais; (c) observações das conversas informais de agricultores com agricultores, entrega dos alimentos nas entidades e para as famílias, reuniões da cooperativa, excursões recebidas pela Cooperativa Cooper Fonte Nova e pelos agricultores; (d) Artefatos, como as gravações, fotografias da entrega da cestas, de reuniões e de agricultores familiares.

4.3.1 Entrevista

Yin (2001) defende a entrevista como uma das principais fontes de informação para um estudo de caso. Para o autor, as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de casos, porque a maioria delas trata das questões humanas e ao serem registradas e analisadas aos olhos de pesquisadores específicos e respondentes bem informados, podem dar interpretações importantes para uma determinada situação.

Selltiz (1967) ressalta que, enquanto técnica de pesquisa,

“a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Selltiz et al., 1967, p. 273 apud GIL, 2007, p. 117).

Para Gil (2007, p. 117), muitos autores consideram a “entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia”.

O autor destaca que a utilização da entrevista na pesquisa social, deve-se a inúmeras razões, tais como: a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Porém, ressalta que a entrevista possui algumas limitações, que em função da flexibilidade da própria entrevista, podem ser contornadas. O autor também cita algumas

limitações, como a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas, a inadequada compreensão do significado das perguntas, o fornecimento de respostas falsas, entre outras.

Minayo apud LEITE (2002, p. 20) afirma que através da entrevista “o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais [...] uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Para Gil (2007), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais. Em função disso, podem ser definidos diferentes tipos de entrevistas, dependendo de seu nível de estruturação. As entrevistas podem assumir formas diversas. Para Minayo (2007) elas podem ser consideradas *conversas com finalidade* e se caracterizam pela sua forma de organização. Segundo a autora, os tipos de entrevistas mais comuns são a sondagem de opinião, realizada mediante questionário estruturado; a entrevista semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador; a entrevista aberta, quando o informante discorre livremente sobre o tema proposto, de forma não diretiva, sem roteiro; e a entrevista focalizada utilizada quando se quer esclarecer apenas um determinado problema. Em resumo, as entrevistas podem ser vistas como de dois grandes tipos: a estruturada e a não-estruturada, com maior ou menor grau de estruturação em cada abordagem.

O tipo de entrevistas utilizada nessa investigação é a denominada por Minayo(2007) como *entrevista semi-estrutura*, ou por Gil (2007) como *entrevista por pautas*. Este instrumento apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso. Segundo Gil (2007), nesse tipo de entrevista, o entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assimiladas. Quando este, por ventura, se afasta, o entrevistador intervém de maneira sutil, para preservar a espontaneidade da entrevista. Desse modo, a entrevista semi-estruturada valoriza não somente a presença do entrevistador, como também oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a pesquisa e favorecendo o surgimento de questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. Ela também é possibilitadora de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou

seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes.

Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. A principal vantagem da entrevista aberta e também da semi-estruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. Ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo, a entrevista tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos (SELLTIZ et al., 1987, apud BONI et al. 2005, p. 75). Cabe lembrar que a qualidade das entrevistas depende muito do planejamento feito pelo entrevistador. “A arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas” (SELLTIZ, 1987, p. 644, apud BONI et al., 2005, p. 75).

Nesse trabalho, a entrevista semi-estruturada revelou-se um instrumento adequado, pois conferiu uma flexibilidade importante ao processo, ao permitir que as entrevistas não se limitassem a perguntas pré-estabelecidas. Desta forma, alguns pontos abordados pelos informantes foram aprofundados na medida em que se mostraram relevantes para os objetivos do trabalho.

Nesta pesquisa a entrevista foi aplicada em três momentos:

1º Momento: Durante o segundo semestre de 2007 realizaram-se 04 entrevistas focais¹⁶ com informantes chaves: membros do Comitê Gestor do Programa, extensionistas rurais e agente político, em função do término da segunda fase do PAA no município de Tenente Portela.

2º Momento: No ano de 2008 foram realizadas 25 entrevistas com agricultores familiares dos municípios de Crissiumal e Tenente Portela. O roteiro para a realização das entrevistas semi-estruturadas compreende temas relacionados aos seguintes aspectos: histórico sócio-econômico da família; a propriedade e as principais atividades produtivas; principais canais de comercialização utilizados; efeitos da inserção no MIA de alimentos e na base técnica da propriedade (aspectos da produção). A entrevista semi-estruturada contém duas partes. A primeira, formada por perguntas fechadas, caracterizando-se como um questionário. A aplicação do questionário teve como objetivo obter dados sócio-econômicos e

¹⁶ Segundo Yin (2001), as entrevistas focalizadas enfocam um tema bem específico. Esse tipo de entrevista é bastante empregado em situações experimentais com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas.

históricos das famílias entrevistadas. E a segunda, formada por um roteiro de perguntas para orientar a realização das entrevistas, com a qual se obteve a maior parte das informações e dados que consideramos necessários à realização deste trabalho.

Devido ao critério de acessibilidade e a conveniência deste tipo de amostragem, a pesquisa constitui-se de uma amostragem não-probabilística e intencional¹⁷. Embora o presente trabalho não utilize uma abordagem estatística, houve a preocupação de representar a diversidade de produtos fornecidos pelos agricultores familiares ao Programa e a seleção dos agricultores foi baseada na lista de produtores fornecedores do programa no mês de maio de 2008. Com base nos resultados das entrevistas e no critério da diversidade nas respostas, considerou-se que, para os propósitos deste estudo, o número de entrevistas realizadas foi adequado. Quanto à representação numérica de entrevistados, Goldemberg (2000 apud FERRO, 2006, p. 30) argumenta que, na pesquisa qualitativa, mais importante que a expressividade numérica é o aprofundamento da compreensão dos fenômenos estudados em seus contextos. Sabe-se que o critério de saturação das informações seria o mais adequado para determinar o tamanho da amostra, mas em virtude de não se ter a lista completa dos fornecedores do ano todo, das distâncias entre os municípios, da distância entre as comunidades, do tempo necessário e dos custos financeiros para a realização da pesquisa, não foi possível utilizá-lo.

Para o registro das informações, além das anotações em caderneta de campo, utilizou-se a gravação das entrevistas. Para Yin (2001), o uso da gravação fornece uma expressão mais acurada de qualquer entrevista do que qualquer outro método. No entanto, o autor salienta que o gravador não pode ser utilizado quando não houver o consentimento do entrevistado, quando não há um planejamento claro para transcrever o conteúdo das fitas, ou quando o pesquisador é “desajeitado” com a aparelhagem mecânica, de modo que o gravador cause distração durante a entrevista.

Ao referir-se à precisão de informações, Gil (2007, p. 125) afirma que “o único modo de reproduzir respostas com precisão é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com uso de gravador”. Todavia, as anotações apresentam inconvenientes como os limites da memória humana e as distorções decorrentes dos elementos subjetivos. Para Minayo (2007), o uso do gravador é um dos instrumentos de garantia da fidedignidade da conversa.

¹⁷ A amostragem intencional constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população ou conveniente ao estudo.

O registro fidedigno, e se possível “ao pé da letra”, de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados cuja matéria-prima é a fala, torna-se crucial para uma boa compreensão da *lógica interna* do grupo ou da coletividade estudada. (Minayo, 2007, p. 69)

Nenhuma família demonstrou objeção ao uso do gravador, tampouco ficou evidente que o fato da entrevista estar sendo gravada tenha inibido os entrevistados a ponto de comprometer o resultado do trabalho¹⁸. Todas as entrevistas com as famílias de agricultores foram transcritas, algumas parcialmente e outras na sua totalidade. De modo geral, as famílias entrevistadas não demonstraram desconforto em falar sobre as questões apresentadas. Em alguns casos, no entanto, foi possível perceber certa relutância quando a questão da renda era abordada, sobretudo com relação a renda líquida. O tempo de duração das entrevistas com os agricultores familiares ficou no intervalo compreendido entre poucos minutos até mais de uma hora. No decorrer do trabalho, fragmentos das entrevistas gravadas são reproduzidos, sendo identificadas por número (de acordo com a ordem que foram realizadas), pelo tipo de informante e pelo nome do município (entrevista 01, agricultor familiar, Tenente Portela).

3º Momento: No segundo semestre de 2008 e início de 2009, foram realizadas mais seis entrevistas com atores locais (extensionistas rurais, agentes políticos), representante religioso da Pastoral da Criança e membros das Cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova abordando os seguintes aspectos: levantamento de informações sobre o Programa, tais como histórico, objetivos, abrangência, ações, benefícios alcançados e recursos financeiros disponibilizados, atores envolvidos, principais beneficiários; impactos para a agricultura familiar, para a população urbana beneficiada, informações relevantes que contribuíram para que se entendesse como se operacionalizam as iniciativas de comercialização de alimentos na Região Celeiro do RS. Também foram realizadas três entrevistas com os beneficiários consumidores dos alimentos.

4.3.2 Observação

A observação, como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa, é discutida por vários autores, entre os quais Gil (2007), Minayo (1994) e Triviños (1987). Para Gil (2007), a observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa. É todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente.

¹⁸ Nos poucos casos em que se percebeu que o assunto poderia ser melhor explorado caso a entrevista não estivesse sendo gravada, retomou-se o tema após o gravador ter sido desligado.

Para o autor, embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, coloca-se em plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Para que se torne válida e fidedigna, requer planejamento em relação ao que observar e como observar. A coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos por procedimentos científicos (Gil, 2007).

A observação simples é mais adequada aos estudos qualitativos, sobretudo àqueles de caráter exploratório. Para Gil (2007, p. 112), a observação simples é “muito útil quando dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou pelo menos não se situem estritamente no âmbito das condutas privadas.”

A observação foi selecionada como uma das técnicas de coleta de dados neste estudo, devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações às quais não se teria acesso somente por meio de perguntas realizadas com os agricultores e atores sociais. O principal objetivo das observações foi identificar como se dão as relações dos agricultores com a cooperativa, dos agricultores com outros agricultores, com as entidades beneficiadas e da cooperativa com as entidades locais. Para isto, foram observadas inúmeras conversas informais de agricultores com agricultores e com outras pessoas, a entrega dos alimentos nas entidades e para as famílias, as reuniões da cooperativa, as excursões recebidas pela cooperativa e pelos agricultores familiares. O período de observação foi de maio de 2008 à outubro de 2008.

4.4 Análise dos dados

Segundo Yin (2001, p. 137), o método de análise dos dados consiste em “examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo”. Trata-se de uma tarefa difícil, uma vez que as estratégias e as técnicas são carentes de definição. Diferente do que ocorre em análises estatísticas, a etapa analítica possui poucas fórmulas ou receitas fixas de orientação.

Na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social, da trajetória, etc. No presente estudo foi privilegiada a análise qualitativa dos dados, que, segundo Cortes (2002 apud DEVENS, 2007, p. 54) possibilita

descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo por meio, principalmente, de análises documentais, ou resultados de observações e entrevistas.

No próximo capítulo, analisaremos as experiências da Cooper Fonte Nova e Cooperfamiliar na inserção no Mercado Institucional de Alimentos.

5 A DINÂMICA DO PAA E DO MIA NA REGIÃO CELEIRO-RS

5.1 Caracterização da execução do PAA na Região Celeiro

Este capítulo analisará a experiência das cooperativas Cooper Fonte Nova e Cooperfamiliar na inserção no MIA, através do PAA.

As duas experiências evidenciam a construção de alternativas viáveis e sustentáveis para a sobrevivência material imediata e a reprodução social dos agricultores familiares, bem como reforçam as relações de sociabilidade e de coesão social nas comunidades envolvidas, o que será mais bem evidenciado no capítulo seguinte.

5.1.1 A experiência da Cooper Fonte Nova

Primeiramente serão detalhados os elementos que compõem o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, pois foi a partir desse trabalho que se estruturou a Cooper Fonte Nova. As informações descritas nesta parte do estudo foram obtidas no site institucional do Pacto Fonte Nova (2008), nos documentos da Cooperativa e com informantes chaves.

O marco histórico do Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, no município de Crissiumal, ocorreu em dezembro de 1998, com a mobilização de lideranças e instituições locais que buscavam implementar uma nova alternativa econômica por meio da alteração da matriz produtiva. O grande desafio destas lideranças estava focalizado na necessidade de implantar um novo modelo local que atendesse às necessidades dos agricultores familiares, bem como possibilitar a criação de alternativas econômicas voltadas à implantação de pequenas e médias agroindústrias.

Esse amplo processo de discussão foi coordenado pela Administração Municipal em conjunto com várias entidades: Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente; Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Cooperativa de Técnicos da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. (Unitec); Cooperativa Mista Triticola Campo Novo Ltda. (Cotricampo); Cooperativa Triticola Mista Alto Uruguai Ltda. (Cotrimaio); Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Sindicato dos Empregadores Rurais, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Crissiumal (Adesco); Associação Comercial e Industrial (ACI); Conselho Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Social. Em um trecho do histórico do Programa, esse envolvimento de lideranças e instituições é destacado,

[...] o Pacto Fonte Nova surgiu [...] fruto da mobilização das lideranças locais que entendiam ser necessário implantar um novo modelo de desenvolvimento local, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica para os pequenos proprietários rurais e fortalecendo a economia local com a produção de alimentos e produtos até então "importados" de outros municípios e regiões, gerando empregos e receitas públicas. (PACTO FONTE NOVA, 2008).

Cabe destacar que a proposta, mesmo tendo surgido em Crissiumal, tinha uma perspectiva microrregional. A proposta era abranger também os municípios de Nova Candelária, Humaitá e Tiradentes do Sul. A idéia da proposta microrregional era implantar uma infra-estrutura econômica nova para a região, baseada em pequenas e médias unidades agroindustriais, interligadas entre si através de uma unidade central de apoio gerencial. Essa proposta objetivava ser um instrumento de mobilização comunitária, com a formação de um grande pacto social que abrigasse agricultores familiares, comerciantes, a comunidade local. Nesse formato, a proposta demandava uma série de ações das administrações municipais, que por motivos estruturais, de prioridades e também políticos, acabaram não adotando a idéia.

Quando começou o programa eu lembro que a idéia no início era para a toda a região. Foi feito encontro regional para apresentar o programa, mas ninguém acreditava no processo. Então nós resolvemos, a Emater, Prefeitura, Cooperativa e Sindicato dos municípios da região. No final acabou ficando só Crissiumal. O lado político também atrapalha quando não se tiver cuidado. Os selos (Fonte Nova e Passo Saudável) poderiam ser regionais, mas surge ciúme entre os municípios e dificulta tudo (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal).

Podemos destacar dois elementos que serviram de base para a criação e desenvolvimento do Programa Pacto Fonte Nova. O primeiro elemento refere-se à postura que lideranças e entidades locais assumiram na implantação de ações que viriam a mudar o perfil produtivo de algumas propriedades. A proposta do programa foi construída a partir de visitas a experiências que vinham sendo desenvolvidas em outros municípios e Estados, como a experiência do PROVE de Brasília, o Pacto Nova Itália da região de Pato Branco - Paraná, entre outras cidades visitadas.

O segundo elemento é o resultado de uma pesquisa que envolveu os técnicos do escritório municipal da EMATER/RS-ASCAR e os alunos da disciplina de Estatística do quarto ano técnico da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Ponche Verde (FONTE NOVA, 2008). Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de identificar a dependência de

alimentos consumidos no município. Os estudantes visitaram todos os estabelecimentos comerciais do município com uma relação de 84 itens de alimentos e de bebidas. O resultado da pesquisa revelou que dos 84 itens pesquisados, 75 eram “importados” de outras regiões do Estado e do país, como pode ser evidenciado na tabela 04.

Tabela 3- Listagem de alguns produtos comercializados em Crissiumal e quantidades mensais e anuais em outros municípios- 1998.

Produtos	Quantidades mensais	Quantidades anuais
Ovos (dz)	3.024	36.288
Iogurte (un.)	2.512	30.144
Carne de frango (kg)	9.893	118.716
Batata doce (kg)	741	8.892
Feijão (kg)	9.734	116.808
Tomate (kg)	3.825	45.900
Alho (kg)	106	1.272
Rosas (botões)	240	2.880
Aguardente (lts)	7.200	86.400

Fonte: Pacto Fonte Nova (sd) apud Raupp (2005, p. 129).

Com base nos dados revelados pela pesquisa, foram realizados dois encontros consecutivos denominados Seminário de Alternativas da Agricultura Familiar. O primeiro ocorreu com cerca de 500 produtores rurais, que alegavam como principal problema e preocupação de comercialização a falta de oportunidade e valorização de seus produtos por parte dos comerciantes. Para Raupp (2005), esses seminários iniciais apontaram para a necessidade de diversificação da produção. Segundo o autor, cerca de 430 agricultores assinaram um termo de parceria, de ingresso no Pacto Fonte Nova, ocasião em que também escolheram os produtos que tinham intenção de vir a produzir.

Outro aspecto que começou a tomar forma neste momento inicial é a perspectiva de fomentar-se atividades de produção primária diversas desenvolvidas no âmbito da agricultura do município, o que vai muito além da orientação majoritária de desenvolver dezenas de pequenas e médias agroindústrias, presente tanto no discurso como nos diversos documentos desse período inicial de constituição do programa (Raupp, 2005, p. 130).

O segundo seminário foi promovido com o encontro de cerca de 100 empresários. O objetivo do evento era discutir juntamente com os empresários locais alternativas que viabilizassem tanto a produção como a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores familiares. Do grupo de empresários surgiram várias preocupações em relação a

aspectos relacionados com as condições de produção, volume, qualidade, preço e fidelidade nos acordos, entre outros. Embora todas as preocupações e dúvidas dos empresários não tenham sido sanadas, o Programa conseguiu o apoio desse segmento.

Segundo os fomentadores desse Programa, com o apoio dos comerciantes, faltava um terceiro elemento na proposta: o consumidor. A sociedade consumidores são convidados para atuar no fortalecimento do Programa.

A partir desse momento, com o tripé do Programa – agricultores, comerciantes e consumidores: iniciou-se um processo de divulgação do mesmo e dos produtos na comunidade local. Para facilitar a identificação dos produtos do Pacto Fonte Nova, foi promovido um concurso entre técnicos, produtores e comerciantes, para a criação de um selo de qualidade para os produtos, tendo sido criada, desta forma, a marca “Fonte Nova”.

Figura 3 - Selo de identificação do Pacto Fonte Nova



A partir dessas ações, o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova foi implantado e tem como principais objetivos:

[...] inserção do produtor rural (pequeno e médio) no processo produtivo com incentivo à produção e ao processamento de produtos “*in natura*” de origem animal e vegetal, assim como em outras atividades industriais afins; agregar maior valor à produção, aumentar a renda familiar e geração de empregos. (MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL, 2000, p. 1).

Maia (2008) enfatiza que a concepção do Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial – Pacto Fonte Nova visava transformar as propriedades rurais, evitando, assim, ao máximo o êxodo rural e criando oportunidades no interior. Ele destaca que o Programa já é reconhecido internacionalmente e tem sido elogiado por priorizar projetos de desenvolvimento endógeno.

Este programa que já é reconhecido internacionalmente tem sido elogiado por diversas personalidades do Brasil e do mundo, quando a economia local baseada nas pequenas propriedades rurais gera projetos que aproveitam as potencialidades locais transformando-as em oportunidades de comercialização de seus produtos (Maia, 2008, p. 66).

O público alvo do Programa são os produtores rurais que residem em pequenas propriedades ou povoados rurais; que têm no mínimo 80% de sua renda proveniente da agricultura familiar; são proprietários ou arrendatários de imóvel rural; a mão-de-obra familiar; e que se dispõe a realizar cursos e treinamentos necessários para sua especialização na atividade. Embora esteja nos documentos do Programa a priorização desse público alvo, ao longo da sua trajetória isso não se manteve. Segundo Raupp (2005), o Pacto Fonte Nova foi assumindo o viés de incentivar o empreendedorismo dentro do município, independente da atividade produtiva desenvolvida pelos atores.

Em termos de público, além dos pequenos produtores, para fazermos uso da terminologia presente em seus documentos referenciais, o Pacto Fonte Nova passou a apoiar iniciativas produtivas também de públicos que a priori não se enquadram nos critérios básicos que delimitam esta noção, muito próxima do que é para o PRONAF a noção de “agricultor familiar” (Raupp, 2005, p. 133).

A coordenação e execução do Pacto Fonte Nova é feita pelo Conselho de Administração, composto por um conjunto de entidades¹⁹. Cabe a este conjunto de entidades a realização de várias atividades que variam de acordo com as suas especificidades, entre elas: coordenar e administrar o programa, celebrar convênios e contratos com outras instituições governamentais ou não-governamentais, selecionar e cadastrar os beneficiários, acompanhar os projetos em implantação e agroindústrias já instaladas nas diferentes fases produtivas e de comercialização, garantindo a qualidade dos produtos, bem como assistência técnica para as demandas que surgirem (PACTO FONTE NOVA, 2000).

O Pacto Fonte Nova também tem um Conselho Técnico, que é composto por Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários, Técnicos em Agropecuária, Vigilantes Sanitários, Nutricionista e Extensionista, vinculados a instituições do município. Esses profissionais são responsáveis pela realização de visitas às agroindústrias, pela promoção de reuniões, palestras, cursos, excursões, além de fomentar a pesquisa e fiscalizar a qualidade dos produtos. Cada instituição é responsável pelo acompanhamento de uma determinada área

¹⁹ Hoje constituído pela Prefeitura Municipal, Emater – Crissiumal, Associação Comercial e Industrial (ACI), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Sicredi, Banco do Brasil, Banrisul, Caixa Econômica Federal, Conselho Municipal de Agropecuária, Associação dos Técnicos Agrícolas, Câmara Municipal de Vereadores.

ou atividade produtiva importante para o desenvolvimento do Pacto Fonte Nova, conforme descrito no Quadro 2.

Quadro 2- Relação das áreas de atuação, instituições responsáveis e atividade/produtos relacionados

Áreas de atuação	Responsável	Atividades/produtos
1-Cana-de-açúcar e derivados	EMATER/RS-ASCAR	Açúcar mascavo, aguardente, melado, rapadura
2-Fruticultura e Silvicultura	Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente (SMAMA)	Abacate, abacaxi, citrus, figos, goiaba, maracujá, pêssegos, uvas, nativas, eucalipto/pinus
3-Embutidos, defumados, conservas, panificação, enlatados	EMATER/RS-ASCAR	Derivados de carne, geléias, licores, massas, pastas, sucos, vinagres, vinho
4- Leite e derivados	SMAMA e UNITEC	Bebida Láctea, iogurtes, leite, queijos, outros leites
5- Serviço de Inspeção Municipal e outras criações	SMAMA	Apicultura, assistência, aves de corte e postura, codornas, frango caipira, ovinocultura, peru de corte, piscicultura, legislação, selo de qualidade
6-Olericultura e Floricultura	SMAMA	Irrigação, plasticultura e agroecologia
7- Projetos	EMATER/RS-ASCAR e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Engenharia, orçamento, planejamento, Secretaria Municipal de Planejamento
8- Recursos financeiros	Prefeitura Municipal	ECRISA, Emendas, FEAPER, FUNDAC, PROGER, SEBRAE, SENAI
9-Mercado e Marketing	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Comercial e Industrial e Secretaria Municipal da Educação	Ceasa, degustação, dias de campo, feiras, motivação, palestras, visitas técnicas
10- Outras culturas	SMAMA	Aipim, amendoim, batata doce, feijão, forrajeira, milho, milho doce, morango, pipoca, sorgo

Fonte: Raupp (2005, p. 135).

A organização associativa dos agricultores ligados ao programa sempre existiu, em caráter informal, desde a constituição do Pacto Fonte Nova através da Associação dos Produtores do Pacto Fonte Nova. Mas somente com a efetivação do Programa Pacto Fonte Nova, instituiu-se em 11 de dezembro de 2002, com 24 agroindústrias cooperadas, a

Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova Ltda – Cooper Fonte Nova.

A Cooper Fonte Nova tem por objetivo social congregar pessoas físicas e jurídicas de sua área de ação²⁰, principalmente na área de agroindústrias, promovendo a ampla defesa de seus interesses econômicos (COOPER FONTE NOVA, 2002, p. 01). Tem por finalidades:

- a) receber, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de seus associados nos mercados internos e externos, registrando suas marcas, se for o caso;
- b) adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, para fornecimento a seus associados, bens de produção e consumo;
- c) prestar assistência e orientação tecnológica, diretamente à produção dos associados, sempre que possível, em estreita colaboração com os órgãos públicos atuantes no setor;
- d) promover a difusão da doutrina cooperativista, desenvolvendo outras atividades ou implantar serviços de interesse dos associados;
- e) auxiliar no desenvolvimento social e econômico do município-sede e participar em outras empresas, conforme faculta o art. 88 da Lei nº 5.764/71 e que tenham sua sede social fixada no município de Crissiumal RS;
- f) para atingir seus objetivos, a Cooperativa fará sua organização através de Departamentos ou Seções que serão regulamentadas pelo Regimento Interno;
- g) a Cooperativa promoverá ainda, mediante convênios com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico profissional dos seus associados e funcionários.

Apesar de o estatuto social trazer uma série de finalidades, segundo relatos dos membros da Cooperativa e dos entrevistados, a Cooper Fonte Nova foi criada para viabilizar a comercialização dos produtos. Sua finalidade principal é fortalecer as agroindústrias e auxiliar os seus associados a realizarem a comercialização de seus produtos. Uma das funções exercidas pela Cooper Fonte Nova é servir como base organizativa, respaldada pelo sistema legal, a partir do qual serão estabelecidas as negociações dos interesses dos associados.

²⁰ Para admissão de associados, sua área de ação abrange todos os municípios do RS, mas principalmente o município-sede.

Propunha-se também a realizar compras coletivas no sentido de reduzir o preço dos insumos agrícolas aos agricultores.

A partir de 2001, os agricultores familiares conseguiram a inserção no MIA, através da venda para o poder público municipal e posteriormente para o PAA.

Atualmente, a Cooperativa conta com 174 associados, entre eles 39 desenvolvendo atividades agroindustriais e 135 atividades centradas na produção e comercialização de produtos *in natura*. O número de associados com atividades relacionadas à produção de alimentos *in natura* aumentou a partir de 2005 com a inserção da Cooperativa no PAA.

O primeiro projeto aprovado pela CONAB foi em 2005, cujo objetivo era criar um novo canal de comercialização para as agroindústrias cooperadas. O referido projeto, no valor de R\$85.600,00, era destinado à aquisição de produtos de 67 agricultores familiares, para distribuição simultânea através de cestas mensais para 31 entidades.

O segundo projeto foi elaborado no ano de 2006, no valor de R\$ 187.000,00, destinado à aquisição de mais de 30 produtos de 116 agricultores familiares, para distribuição simultânea através de cestas mensais para 29 entidades.

O terceiro projeto foi realizado no ano de 2008, no valor de R\$200.874,05, destinado à aquisição de 34 produtos de 122 agricultores familiares, para distribuição simultânea através de cestas mensais para 34 entidades.

Quadro 3 - Quadro geral do PAA em Crissiumal

Ano	Valor (R\$)	Nº de produtores	Nº de entidades beneficiadas
2005	R\$ 85.600,00	67	17 + 03 creches e 11 escolas municipais
2006/2007	R\$ 187.000,00	116	29 entidades
2008	R\$ 200.874,05	122	23 + 11 escolas municipais e estaduais de ensino fundamental

Fonte: Banco de dados da COOPER FONTE NOVA (2008).

O objetivo do projeto é proporcionar um canal de comercialização para a agricultura familiar e garantir a oferta de uma alimentação saudável às entidades consumidoras. Conforme consta na proposta de participação enviada para a CONAB em 2007, o objetivo geral é

Promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional das entidades sociais locais, hospital e escolas da rede municipal e estadual de ensino fundamental no município de Crissiumal (COOPER FONTE NOVA, 2007, p. 16).

Para os beneficiários fornecedores, o projeto tem como objetivos específicos: garantir a compra e o escoamento de produtos da agricultura familiar; capacitar os beneficiários do projeto para a gestão empreendedora de negócios em caráter associativo e cooperativo; fortalecer as economias locais com a geração de trabalho e aumento da renda na agroindústria familiar; buscar o envolvimento e o engajamento da população na implantação do projeto.

Já do lado dos beneficiários consumidores dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, os objetivos do projeto são: garantir o direito à alimentação com o respeito aos hábitos culturais locais para a população atingida pelo projeto; promover ações de educação voltadas à segurança alimentar nutricional, preservação e resgate da cultura gastronômica, combate ao desperdício e promoção da saúde, envolvendo os beneficiários consumidores do projeto; potencializar os atendimentos das entidades sociais locais, das creches municipais e das escolas municipais e estaduais de ensino fundamental; articular o projeto com os demais programas sociais da Rede Sócio Assistencial do município de Crissiumal; desenvolver junto aos beneficiários consumidores, das escolas da rede municipal e estadual, concurso de textos, frases, desenhos sobre a importância de uma alimentação saudável, com dicas e informações a serem selecionadas para confecção de um folder.

O conselho geral do projeto, que tem a função de coordenar e avaliar as ações do Programa, contempla a Cooper Fonte Nova, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal da Merenda Escolar, o Conselho Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o Conselho de Representação Popular, a Emater, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Circulo de Pais e Mestres das escolas municipais do projeto. No quadro 3, identificam-se as organizações parceiras do projeto e suas respectivas funções.

Quadro 3 - Organizações parceiras e funções no projeto

Organização	Função no projeto
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável	Monitoramento, acompanhamento e fiscalização sobre o processo de operacionalização, de acordo com as diretrizes da política de segurança alimentar e nutricional sustentável.
Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal da Merenda Escolar, Conselho Municipal da Agricultura e Meio Ambiente	Monitoramento e acompanhamento das atividades.
Secretaria Municipal de Saúde	Assessoria técnica no planejamento, elaboração e acompanhamento das atividades contempladas no projeto, como órgão responsável pelas ações de educação em saúde.
Secretária Municipal de Assistência Social	Assessoria técnica no planejamento, elaboração e acompanhamento das atividades contempladas no projeto, como responsável pelas ações de organização das atividades educativas e sociais que serão desenvolvidas pelo projeto.
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Assessoria técnica no planejamento, elaboração e acompanhamento das atividades contempladas no projeto, como apoio as escolas no processo de operacionalização do mesmo.
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Assessoria técnica no planejamento, elaboração e acompanhamento das atividades contempladas no projeto, como apoio aos produtores da agricultura familiar, a capacitação e fomento para o desenvolvimento da agricultura familiar em nosso município.
Conselho de Representação Popular	Responsável pelo pela mobilização dos agricultores locais para o desenvolvimento da agricultura familiar.
Emater/RS-Ascar	Responsável pelo apoio técnico e capacitação aos produtores da agricultura familiar.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Motivador e incentivador do desenvolvimento da produção.
Circulo de pais e mestres das escolas municipais do projeto	Acompanhamento do projeto e participação na organização das escolas para o processo de operacionalização do projeto.

Fonte: COOPER FONTE NOVA - Proposta CAEAF, 2007.

A execução e operacionalização do projeto são realizadas pela Cooper Fonte Nova, o PAA é uma dentre outras ações que a Cooperativa operacionaliza. O PAA é uma das ações do Pacto Fonte Nova e, em função disso, não tem uma organização específica para o acompanhamento dos agricultores familiares; os beneficiários fornecedores são acompanhados pelas instituições que compõem o Conselho Técnico do Pacto Fonte Nova, conforme descritas no Quadro 2.

Os preços pagos, bem como os 32 produtos vendidos pelos agricultores familiares podem ser visualizados na Tabela 4. Observa-se que grande parte da produção vendida para o programa são produtos de autoconsumo e tidos como *típicos* da agricultura familiar, gerando assim uma valorização da produção de alimentos dos agricultores familiares fornecedores do Programa. Outro ponto a destacar refere-se aos preços pagos pelos produtos comprados pela CONAB, que geralmente fica 10 % acima do praticado nos mercados regionais.

Tabela 4- Principais produtos vendidos ao PAA e os seus respectivos preços com base nos valores da CONAB

Produtos vendidos no Programa	Valor pago pela CONAB (R\$)	Quant. de referência
Ovos Vermelhos	1,85	dúzia
Cuca	3,10	Kg
Bolacha	4,95	Kg
Farinha Integral	1,02	Kg
Farinha de Milho	0,90	Kg
Beterraba	0,73	Kg
Batata Inglesa	0,82	Kg
Alho	4,17	Kg
Mel	7,00	Kg
Repolho	0,36	Kg
Alface	1,15	Unidade
Cenoura	0,95	Kg
Tomate	1,35	Kg
Batata Doce	0,69	Kg
Macarrão	4,00	Kg
Farinha Integral	1,02	Kg
Açúcar Mascavo	2,80	Kg
Polpa Frutas	4,85	Kg
Abacaxi	0,92	Kg
Queijo	7,50	Kg
Leite Tipo C	0,90	Litro
Banana	0,95	Kg
Melado	2,70	Kg
Bebida Láctea	1,27	Kg
Feijão	1,45	Kg

Aipim	0,43	Kg
Bergamota	0,70	Kg
Pêssego	2,12	Kg
Carne de Peixe	4,00	Kg
Cenoura	0,95	Kg
Laranja	0,68	Kg
Moranga	0,61	Kg
Carne Frango	3,52	Kg
Carne Bovina	5,75	Kg

Fonte: Adaptado do Projeto CAEAF (2007).

Na Tabela 5, é possível observar os produtos adquiridos até setembro de 2009, com as suas respectivas quantidades. Pode-se observar que o principal produto adquirido em termos de quantidades pelo Programa é o leite, com um total de 11.238 litros, representando um custo de R\$ 10.114,20. No que se refere aos demais produtos comprados, destacam-se os agroindustrializados, como 4.694 litros de bebida láctea, 2809 Kg de cuca, 2077 Kg de bolacha. Essa preferência pela compra de quantidades maiores de produtos agroindustrializados está relacionado com a opção feita pelo Pacto Fonte Nova de incentivo à constituição de agroindústrias familiares.

Tabela 5- Quantidades de produtos adquiridos pelo PAA no município de Crissiumal, até setembro de 2008.

Produto	Quant. produtos	Quant. de referência
Ovos Vermelhos	1942	dúzia
Cuca	2809	Kg
Bolacha	2077	Kg
Farinha Integral	335	Kg
Farinha de Milho	426	Kg
Beterraba	40	Kg
Batata Inglesa	255	Kg
Alho	178	Kg
Mel	343	Kg
Repolho	316	Kg
Alface	444	Unidade
Cenoura	194	Kg
Tomate	843	Kg
Batata Doce	787	Kg
Macarrão	1389	Kg
Farinha Integral	335	Kg
Açúcar Mascavo	235	Kg
Polpa Frutas	932	Kg
Abacaxi	174	Kg

Queijo	602	Kg
Leite Tipo C	11238	Litro
Banana	1811	Kg
Melado	561	Kg
Bebida Láctea	4694	Kg
Feijão*	00	Kg
Aipim	234	Kg
Bergamota	1334	Kg
Pêssego	493	Kg
Carne de Peixe	839	Kg
Cenoura	194	Kg
Laranja	602	Kg
Moranga	116	Kg
Carne Frango	234	Kg
Carne Bovina	708	Kg

Fonte: Adaptado do Projeto CAEAF (2007)- Dado não disponível.

* Até essa data a Cooperativa não tinha fornecedor desse produto, mas estava prevista a sua aquisição até o término do Programa.

A atuação da Cooper Fonte Nova no PAA e na articulação de outros canais de comercialização contribui para contornar o isolamento e a individualização dessas agroindústrias. Apesar de ter sido incentivada a organização associativa dos agricultores para a constituição das agroindústrias, a grande maioria é de somente uma família, e em alguns casos, de pessoas que residem na cidade e tem alguma relação com atividades comerciais.

5.1.2 A experiência da Cooperfamiliar

No final da década de 1990, novos debates acerca da cooperação e organização Cooperativas são desencadeados. Este debate da formação de um “novo cooperativismo”²¹ para a agricultura familiar se concretiza na região devido à necessidade de garantir a comercialização dos produtos agrícolas considerados alternativos, ou seja, aqueles que não se encontram entre as “grandes *commodities* agrícolas” (soja, milho, carnes). Também, segundo os entrevistados, porque a atividade leiteira começou a ganhar visibilidade entre os agricultores familiares e as organizações do campo. A atividade passou a ser considerada viável, a produção dos agricultores familiares se ampliava e era adotada como sinônimo de atividade econômica sustentável, pois garantia renda e a produção baseava-se na integração com outras atividades econômicas da propriedade.

²¹Essa discussão de um “novo cooperativismo” é uma crítica às cooperativas de produção, oriundas da revolução verde, com a função principal de criar a infra-estrutura de recebimento, secagem e armazenagem da produção de trigo e soja.

Neste cenário, organizações dos agricultores familiares incentivaram a idéia da constituição de Cooperativas, atuando com diversos produtos agrícolas considerados alternativos. Com base nessa idéia, constituiu-se, a partir de 2001, a Cooperfamiliar-Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região, com aproximadamente 250 pequenos agricultores, participantes ativos da organização sindical e das discussões da agricultura familiar.

A Cooperfamiliar é fruto, então, de organização dos agricultores e da mobilização dos movimentos sociais locais a partir das várias discussões promovidas pelas organizações sindicais, mais precisamente pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF. A Cooperativa iniciou suas atividades desenvolvendo ações ligadas à produção, comercialização e armazenagem da produção orgânica de soja, comercialização do leite e de produtos da agricultura familiar. Segundo documentos da Cooperativa, ela surgiu com a finalidade de atender três propósitos: construir um novo modelo de gestão participativa, contribuir na organização e fortalecimento da produção agroecológica e na segurança alimentar e construir canais de comercialização para os produtos dos pequenos agricultores familiares e indígenas.

As primeiras experiências de comercialização de produtos orgânicos em Tenente Portela foram desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e movimentos populares. Desde 1987, com a constituição do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares - CETAP²², o sindicato passou a incentivar a produção orgânica. Em 1999, o SINTRAF estabeleceu parceria com a empresa GAMA Comercial Importadora e Exportadora Ltda., abrindo caminhos para a comercialização de soja destinada à alimentação humana para o mercado externo, agregando valor significativo ao produto, através da produção orgânica com certificação. Com a comercialização da soja orgânica garantida e a diferenciação de preços pagos ao produto orgânico, aumentou o número de produtores de soja orgânica.

Nos primeiros anos de comercialização da soja orgânica foi utilizada a estrutura organizacional e jurídica do Sindicato. Mas essa sistemática de comercialização apresentava limitações legais e jurídicas para desenvolver atividades comerciais. A Cooperfamiliar surgiu também para viabilizar esse processo de comercialização, produção e armazenagem da soja orgânica. A produção de orgânicos da Cooperfamiliar era comercializada através de contratos

²²O STR de Tenente Portela juntamente com outros sindicatos e movimentos populares constituíram o CETAP, localizado em área da Fazenda Anoni, hoje município de Pontão, que passou a desenvolver atividades com as comunidades rurais de Tenente Portela e região, com o objetivo de resgatar variedades de sementes de milho, feijão e culturas de subsistência, além da realização de áreas demonstrativas de culturas leguminosas de inverno e verão.

entre a GAMA Comercial Importadora e Exportadora Ltda. e o SINTRAF, estabelecendo as condições de comercialização e os preços dos produtos. Em 2000 eram 22 agricultores familiares produzindo a soja orgânica, na safra 2000/2001 já eram mais de 168 agricultores familiares inscritos para o processo de conversão para lavouras orgânicas. Mas, em virtude de que a diferença entre o preço internacional da soja orgânica e convencional na safra 2003/04 ter sido pequena, e o avanço da soja transgênica, que facilitou a contaminação da soja não-transgênica, praticamente todos os produtores foram deixando a produção orgânica e aderindo à produção convencional ou transgênica. Isso fez com que, em 2005, de acordo com integrantes da Cooperativa, a mesma deixasse de comercializar o produto.

A atuação da Cooperfamiliar na comercialização do leite se deu através da associação da Cooperativa à Cooperativa Central Celeiro Ltda- CCCL²³. A CCCL foi fundada em 2000 com a finalidade de construir uma alternativa de comercialização do leite. A CCCL se associou ao sistema Coorlac²⁴ e conseguiu viabilizar o mercado para o leite produzido pelos seus associados. A Central conseguiu reduzir os custos de comercialização, permitindo elevar o preço recebido pelos produtores, além de garantir a comercialização para os pequenos produtores. Entretanto, essa forma de organização não perdurou por muitos anos, e em 2007 a Central foi desativada em função da crise gerada pela redução do preço pago pelo litro de leite e à pouca transparência administrativa, entre outros fatores. Atualmente, a Cooperfamiliar comercializa a produção de 85 produtores para a empresa Agricoop.

A Cooperfamiliar tem sido um instrumento para o desenvolvimento regional, sendo que sua missão é “desenvolver ações integradas e articuladas localmente através da solidariedade e da cooperação com visão de desenvolvimento regional sustentável”. Tem por objetivos:

- a) Congregar pequenos agricultores familiares e indígenas de sua área de ação respeitando suas diferenças e especificidades;
- b) Promover a organização e empoderamento dos seus associados;
- c) Promover a conversão agroecológica e a construção de estilos de agricultura sustentável;
- d) Aumentar a produção de alimentos limpos e saudáveis e democratizar o acesso aos mesmos;

²³ A CCCL era formada por seis pequenas cooperativas dos municípios de Bom Progresso, Esperança do Sul, Três Passos, Tiradentes do Sul e Tenente Portela.

²⁴ A CCCL conseguiu o empréstimo e cedência de equipamentos para resfriamento e armazenagem de leite, ociosos em algumas unidades da Coorlac, para montagem de um posto de resfriamento próprio em Três Passos-RS.

- e) Construir alternativas de comercialização para os produtos dos agricultores familiares e indígenas através da economia solidária;
- f) Resgatar o papel da mulher e do jovem rural e indígena e fortalecer a participação dos mesmos nas atividades e na tomada de decisão.

Dentre as principais experiências da Cooperativa, e que tem proporcionado um debate a nível regional de desenvolvimento, está o PAA da Agricultura Familiar, objeto desse estudo. Nos últimos cinco anos, a Cooperfamiliar conseguiu comercializar diversos produtos através do Programa, o que lhe garantiu um grande impulso e permitiu o fortalecimento e a expansão da Cooperativa.

O PAA iniciou, na Região Celeiro, em meados de 2004, com a criação do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional em Tenente Portela. A criação desse comitê foi uma proposta da Cooperfamiliar, que já vinha discutindo com seu quadro de associados a criação de alternativas que contemplassem a organização da produção, formas de comercialização e a questão da segurança e soberania alimentar, aliada a avanços econômicos e sociais. Um dos passos iniciais do Comitê foi promover uma visita de troca de experiências entre os agricultores familiares de Tenente Portela e de Constantina-RS, onde, nesse último, existia um trabalho concretizado de organização dos produtores e da produção.

A partir dessa troca de experiências e de parcerias estabelecidas com entidades e organizações de diversos setores da sociedade, o Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, juntamente com a Cooperfamiliar, realizaram, no interior do município, reuniões com os agricultores familiares para a discussão da elaboração de um projeto de compra de alimentos da agricultura familiar.

Após essa discussão com os agricultores familiares e com os beneficiários urbanos, a Cooperfamiliar elaborou e encaminhou a CONAB, em dezembro de 2004, um projeto para aquisição de produtos da agricultura familiar com distribuição simultânea às famílias cadastradas pelo Programa Fome Zero. Nesse mesmo mês foi aprovado o referido projeto, no valor de R\$ 208.156,02, destinados à aquisição de 140 toneladas de alimentos de vinte produtos provenientes de 180 agricultores familiares, para distribuição simultânea através de cestas mensais a 206 famílias em situação de vulnerabilidade social e uma cesta especial para a Associação de Literatura e Beneficência Hospital Santo Antônio (entidade filantrópica).

No primeiro trimestre de 2005, várias ações foram desencadeadas para dar início à execução do Programa, sendo a primeira a constituição de um conselho gestor do projeto, o qual tem a função de coordenar e avaliar as ações do Programa e contempla a participação de organizações da sociedade civil e de governo. Essa “estrutura de governança” criada para a

operacionalização do PAA é constituída pela Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região, Cooperativa de Crédito com Interação Solidária - Cresol, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Região - Sintraf, Coletivo de Mulheres da Agricultura Familiar, Associação de Moradores do Bairro São Francisco, Associação de Moradores do Bairro Verzeri, Mitra Diocesana de Frederico Westphalen - (Paróquia Nossa Senhora Aparecida - Pastoral da Criança), Sociedade Literatura e Beneficência Hospital Santo Antônio, Conselho de Missão entre Índios (COMIM), Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde e Gabinete do Prefeito Municipal. Segundo um entrevistado, percebe-se o poder decisório das entidades locais,

Todas as decisões passam pelo Conselho Gestor. Então, vimos que quando a comunidade quer ela transforma. Temos a participação elogiável também do governo municipal. Nos outros programas era o contrário, as decisões eram do governo e muitas vezes fugindo da questão real. Nós fizemos o contrário, a comunidade decidindo e os órgãos de governo fazendo a sua parte (entrevista 03, extensionista rural, Tenente Portela).

A Cooperativa descentralizou a tomada de decisões e a gestão do Programa, criando várias instâncias e procedimentos de controle social. No Conselho Gestor surgiram três grupos temáticos (Figura 05), a partir das necessidades e demandas da organização da produção, produtores e beneficiários, da própria logística do Programa e de acordo com as especificidades de cada instituição. São eles:

- a) Grupo temático de Organização da Produção, responsável por organizar as produções junto aos agricultores familiares fornecedores dos alimentos, e que é constituído por entidades ligadas ao meio rural. Entidades participantes: Cooperfamiliar, Secretaria da Agricultura, Emater, Comim, Cresol e Sintraf.
- b) Grupo temático de Organização dos Beneficiários, responsável por cadastrar, avaliar e acompanhar as famílias beneficiárias, constituído por entidades ligadas à promoção social: Secretaria da Assistência Social, Pastoral da Criança, Hospital Santo Antônio, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde e Cooperfamiliar.
- c) Grupo temático de Apoio Logístico: responsável pela infra-estrutura de embalamento, armazenagem, composição das cestas e distribuição, formado

pela Cooperfamiliar, Emater, Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura e Gabinete do Prefeito.

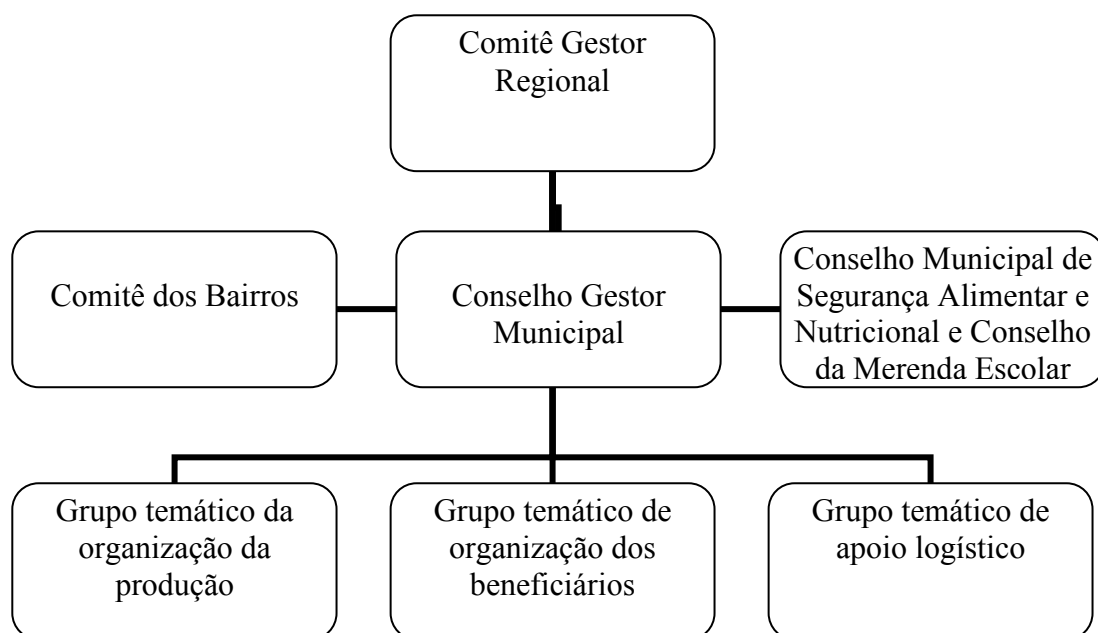
Os grupos temáticos possuem uma dinâmica de organização própria, cada um se organiza em função das atividades realizadas no âmbito do Programa. O grupo temático de organização da produção reúne-se periodicamente com os agricultores familiares para discutir as “normas de transação”: a produção de alimentos nas propriedades, as regras de acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos, a produção orgânica, agroindustrialização, participação em cursos de capacitação, etc. Os agricultores familiares fornecedores do programa são associados da Cooperfamiliar e se organizam para o fornecimento dos alimentos através de núcleos de produção ou associações. Esse fator é importante, pois reforça o cooperativismo e a capacidade de auto-gestão dessas organizações.

Segundo Pandolfo (2008), essa sistemática de organização do Conselho Gestor favoreceu a discussão do processo de desenvolvimento regional e a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Tenente Portela.

Essa estrutura favoreceu a promoção do debate sobre segurança alimentar e nutricional e culminou na criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Tenente Portela. Também estimulou o debate relacionado a alternativas para o desenvolvimento regional equânime por meio da criação de uma rede solidária de comercialização e de trocas de saberes, conhecimentos e experiências (Pandolfo, 2008, p. 16).

Constata-se que essa iniciativa não ficou restrita ao município de Tenente Portela, tendo sido ampliada, no mês de outubro de 2006, para outros municípios da Região Celeiro: Vista Gaúcha, Derrubadas, Miraguaí, Coronel Bicaco e Tiradentes do Sul, ganhando, assim, um caráter regional, o que indica que os seus efeitos foram percebidos como benéficos tanto para os agricultores familiares como para os beneficiários consumidores.

Essa sistemática de organização do Conselho Gestor é reproduzida para os municípios integrantes do Programa. Cria-se, a partir da expansão do Programa, um comitê gestor regional, que é composto por dois representantes de cada Conselho Gestor municipal e tem a função de socializar problemas e soluções encontrados em cada município, discutir assuntos de ordem geral que dizem respeito ao Programa. Também tem a função de promover, em nível regional, a discussão de propostas para o desenvolvimento regional. A estrutura de funcionamento do Programa em nível municipal e regional pode ser visualizada na Figura 5, estrutura essa que precisa estar sempre articulada para a operacionalização do programa.



Fonte: elaborado pela autora, com base na pesquisa realizada.

Figura 4- Gestão Social e funcionamento do PAA em Tenente Portela-RS

O PAA, sob a gestão da Cooperfamiliar, abrangia até o final de 2007 seis municípios da Região Celeiro: Tenente Portela, Vista Gaúcha, Miraguaí, Derrubadas, Coronel Bicaco e Tiradentes do Sul. O Programa abrange atualmente, além de Tenente Portela, mais três municípios (Vista Gaúcha, Miraguaí, Derrubadas), e já destinou um montante de mais de R\$ 1.500.000,00 à compra de mais de 40 produtos da agricultura familiar que integram as cestas básicas. Os preços pagos, bem como os 34 produtos vendidos pelos agricultores familiares, podem ser visualizados na Tabela 6. Observa-se, também, como em Crissiumal, que a grande parte da produção vendida para o Programa é de produtos de autoconsumo e tidos como *típicos* da agricultura familiar, gerando, assim, uma valorização da produção de alimentos dos agricultores familiares fornecedores do Programa.

Tabela 6- Principais produtos vendidos ao PAA e os seus respectivos preços com base nos valores da CONAB

Produtos vendidos no Programa	Valor pago pela CONAB (R\$)	Unidade de medida
Aipim orgânico com casca	0,55	Kg
Bebida láctea	1,29	Litro
Leite tipo C	0,90	Litro
Leite in natura	0,58	Litro
Laranja orgânica	0,69	Kg
Carne de frango caipira orgânica	3,52	Kg
Macarrão colonial	4,00	Kg
Bolacha caseira	4,95	Kg
Schimier de frutas	3,90	Kg
Beterraba orgânica	0,95	Kg
Espinafre orgânico	1,76	Unidade
Brócolis orgânico	1,90	Kg
Cenoura orgânica	1,10	Kg
Agrião orgânico	1,90	Kg
Tangerina orgânica	0,53	Kg
Repolho orgânico	0,46	Kg
Carne bovina	5,50	Kg
Melado orgânico	2,70	Kg
Batata doce orgânica	0,89	Kg
Banha suína orgânica	2,90	Kg
Mel de abelha	7,00	Kg
Carne de gado mista	5,50	Kg
Ovos de galinha caipira orgânico	1,57	Dúzia
Carne suína	5,50	Kg
Canjica de milho orgânica	1,60	Kg
Farinha de milho orgânica	1,17	Kg
Farinha de trigo especial	1,20	Kg
Farinha de trigo integral	1,20	Kg
Moranga orgânica	0,79	Kg
Cuca caseira	3,80	Kg
Suco de laranja orgânico	1,80	Kg
Feijão preto Tipo 1 orgânico	2,73	Kg
Queijo colonial	7,00	Kg
Açúcar mascavo	2,80	Kg

Fonte: Adaptado do Projeto CAEAF (2008).

Na Tabela 7, é possível observar os produtos adquiridos até junho de 2009, com as suas respectivas quantidades. Pode-se observar que o principal produto adquirido pelo Programa, em termos de quantidades individuais, é o leite, com 62.702 litros, representando um custo de R\$ 56.431,80. No que se refere ao grupo de produtos, o das carnes se destaca em

termos de quantidade, e valores monetários, seguido dos produtos derivados do leite. Só de carnes (incluindo carne suína, carne de frango, bovina, mista) foram comprados mais de 34.800 Kg, com valores aproximados de R\$ 166.530,76.

Tabela 7- Produtos, quantidades de produtos do PAA, no município de Tenente Portela, até junho de 2009.

Produto	Quant. produtos	Unidade de medida
Aipim orgânico com casca	17810	Kg
Bebida láctea	26776	Litro
Leite tipo C	62702	Litro
Leite in natura	55680	Litro
Laranja orgânica	15315	Kg
Carne de frango caipira orgânica	12638	Kg
Macarrão colonial	2660	Kg
Bolacha caseira	4536	Kg
Schmier de frutas	963	Kg
Beterraba orgânica	5536	Kg
Espinafre orgânico	1253	Unidade
Brócolis orgânico	2430	Kg
Cenoura orgânica	6051	Kg
Agrião orgânico	1490	Kg
Tangerina orgânica	2731	Kg
Repolho orgânico	3902	Kg
Carne bovina	10497	Kg
Melado orgânico	8345	Kg
Batata doce orgânica	8900	Kg
Banha suína orgânica	8507	Kg
Mel de abelha	2202	Kg
Carne de gado mista	3376	Kg
Ovos de galinha caipira orgânico	10549	Dúzia
Carne suína orgânica	8347	Kg
Canjica de milho orgânica	2560	Kg
Farinha de milho orgânica	8758	Kg
Farinha de trigo especial	17416	Kg
Farinha de trigo integral	848	Kg
Moranga orgânica	1370	Kg
Cuca caseira	805,20	Kg
Suco de laranja orgânico	5271	Kg
Feijão preto Tipo 1 orgânico	14196	Kg
Queijo colonial	5723	Kg
Açúcar mascavo	3653	Kg

Fonte: Adaptado do Projeto CAEAF (2008).

O objetivo geral do projeto do PAA visa fortalecer as ações de combate à fome, ao desemprego, melhorar as condições de vida dos agricultores familiares, dos beneficiários que estão em estado de vulnerabilidade (COOPERFAMILIAR, 2008).

Para os beneficiários fornecedores, o projeto tem como objetivos específicos: promover, fortalecer e revitalizar a organização dos agricultores familiares e indígenas, respeitando as condições sócio-culturais e ambientais em que a etnia está inserida; diversificar os produtos da Agricultura Familiar; viabilizar a comercialização dos produtos dos agricultores familiares e agroindústrias; incentivar os agricultores à produção de alimentos (núcleos de produção); promover e fortalecer a produção orgânica e suas organizações; socializar e massificar o acesso a produtos agroecológicos; fortalecer a organização das entidades da agricultura familiar; formar redes solidárias de produção e consumo; criar mecanismos que garantam uma relação recíproca entre campo e cidade, promovendo a ética de produção e consumo; promover a reeducação alimentar e de relação com o meio ambiente.

Já do lado dos beneficiários consumidores dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, os objetivos do projeto são: beneficiar famílias que estão em estado de risco e subemprego; criar mecanismos de inclusão social, auto-estima e participação na sociedade; através da distribuição de alimentos, criar condições para que as famílias possam participar de programas municipais de geração de renda; fortalecer a organização no recebimento através de associações ou cooperativas de beneficiários (COOPERFAMILIAR, 2008).

5.1.3 As entidades beneficiadas

Os beneficiários consumidores são as instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvem trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações e às famílias em situação de vulnerabilidade social. A Cooper Fonte Nova distribui os alimentos somente para entidades beneficiadas, diferentemente da Cooperfamiliar, que tem entidades beneficiadas e famílias em situação de vulnerabilidade social, o que exige uma sistemática diferente de operacionalização.

A Cooper Fonte Nova faz a distribuição simultânea para os beneficiários consumidores, que são as entidades sociais: ABEMEC – Associação do Bem Estar do Menor de Crissiumal, SBAIC – Sociedade Benficiente de Amparo ao Idoso de Crissiumal, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, as Creches Municipais (Rottermund e Reichert) e Escolas Estaduais e Municipais de Ensino Fundamental do Município de Crissiumal, totalizando vinte e cinco beneficiários consumidores, que abrangem um público

alvo de crianças e adolescentes, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais com um número de 3.219 pessoas.

O Programa, em Crissiumal, não exigia contrapartida das entidades beneficiadas, já que a grande maioria desenvolvia ações com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Um exemplo é a ABEMEC, entidade filantrópica que possui como objetivo proporcionar o desenvolvimento e proteção integral da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, garantindo seus direitos fundamentais. A entidade realiza um atendimento integrado através da Creche da Escola de Educação Infantil Miriam Gonçalves de Souza, que atende a crianças na faixa etária dos 0 aos 06 anos de idade, e dos atendimentos em turno inverso ao escolar destinados a crianças e adolescentes na faixa etária dos 07 aos 17 anos de idade, que são desenvolvidos na sede da entidade e num centro de atendimento localizado em uma vila situada na periferia da cidade, onde são oferecidas oficinas de telaria, marcenaria, artes domésticas, arte culinária, ensino básico de música, ensino fundamental de informática, plantio e cultivo de verduras, atividades esportivas, e assistência odontológica, psicológica e médica.

Em ambas as experiências não acontece somente uma simples distribuição de alimentos, o Programa prevê ações de inclusão social, geração de empregos e renda.

A experiência da Cooperfamiliar ilustra bem essa inovação do Programa, a partir da ação e participação social: além da distribuição de alimentos, as famílias participam de cursos, oficinas, formações, dentre outras atividades. Assim, o Programa constitui-se em uma inovação nas políticas de segurança alimentar praticadas até então, pois não se propõe medidas paliativas e de curto prazo somente, mas transformações de cunho estrutural, de inclusão social e geração de renda. Isso se deve, em grande medida, ao Programa ter como princípio a participação dos beneficiários e da comunidade local e da forma como ele está sendo gerenciado e operacionalizado.

O Programa, pela sua forma de concepção e execução em Tenente Portela, proporciona o rompimento com as políticas assistencialistas de combate à fome e à insegurança alimentar que eram praticadas no passado. Procura distribuir as cestas de alimentos às famílias beneficiadas e incluí-las em atividades de capacitação e ações relativas à organização da comunidade. Essas atividades fazem parte das contrapartidas dos beneficiários, que são os trabalhos desenvolvidos durante e após o recebimento dos alimentos.

Isso é evidenciado no depoimento do integrante da Associação do Bairro São Francisco²⁵, que faz parte do Comitê Gestor do Programa e auxilia no recebimento, acompanhamento e fiscalização da distribuição dos alimentos:

A gente faz um trabalho de contrapartida que é de duas horas por semana. Até tem pessoas que se colocam a disposição de trabalhar até um dia inteiro. Foi feita uma limpeza na sanga [...] têm as aulas, o artesanato e tem também a limpeza de rua, além de cada um cuidar do seu lote e das casas (Entrevista 06, beneficiário consumidor, Tenente Portela).

Em nível nacional, não há previsão de qualquer regra ou normas que abordem a contrapartida dos beneficiários no PAA. Essa “exigência” de contrapartida, segundo os atores locais, visa criar compromissos sociais, capacitação profissional e ampliação de oportunidades de emprego e renda, é uma referência às “concepções de controle social” aludidas por Fligstein.

Outra ação desenvolvida de participação e controle social é a criação do comitê gestor do Programa no bairro, que integra o grupo temático de organização dos beneficiários. Esse comitê é formado por sete pessoas da comunidade, incluindo escola, igreja, associação de bairros, clube de mães, etc., e tem a função de selecionar as famílias do bairro que serão beneficiadas com o Programa e repassar essa relação ao Comitê Gestor do município, além de controlar a questão da contrapartida dos beneficiários, que é demonstrada no trecho da entrevista com o integrante de uma associação beneficiada:

Nós pegamos um dia, um grupo de famílias e vamos, por exemplo, limpar o cemitério da comunidade. Reunimos as famílias e vamos para lá. Quando tem que limpar a Igreja, reunimos mais três ou quatro famílias e vamos. Eu tenho que apresentar lá em cima (Comitê Gestor) onde eles deram a contrapartida. Alguns não quiseram ajudar, mas agora estão começando a ajudar de novo, porque se não ajudam, perdem a cesta. Isso é justo, temos que colaborar (entrevista 06, beneficiário consumidor, Tenente Portela).

As famílias beneficiárias têm algumas atribuições, que são: manter os filhos na escola, manter a vacinação em dia, cuidar do terreno e ruas do bairro, recolher o lixo, participar de oficinas e das atividades realizadas pela Pastoral da Criança, além de participar em cursos de capacitação da mão-de-obra.

²⁵ É um dos Bairros de maior risco e vulnerabilidade social. Neste Bairro existe um grande número de analfabetos, de pessoas desempregadas, alto índice de alcoolismo.

Fotografia 1- Reunião do comitê do bairro



Fonte: Banco de dados da Cooperfamiliar, 2008.

Cabe destacar que são desenvolvidas orientações de grupo sobre educação popular, relações interpessoais, valorização e auto-estima, educação sanitária e ambiental, além de oficinas de corte/costura e culinária. Mas, segundo alguns integrantes do Conselho Gestor, em alguns casos não há como esperar a contrapartida inicial.

Há casos que não tem como esperar contrapartida. Avalia-se caso a caso. Têm os que não têm a mínima condição. Pede-se que participe das palestras, na hora da entrega da cesta. É uma ajuda para as pessoas crescerem, não só pensando no acesso aos produtos alimentícios, mas como pessoas, como cidadãos. Eles precisam crescer na sua auto-estima [...] (Entrevista 02, integrante do Conselho Gestor e representante religioso, Tenente Portela).

Outra ação que merece destaque é a reciclagem de embalagens e a utilização do artesanato indígena na confecção dos “balaio de alimentos”. Cada beneficiário consumidor recebeu um balaio confeccionado pela comunidade indígena.

Fotografia 2- Beneficiários recebendo os alimentos no "balaio"



Fonte: Banco de dados da Cooperfamiliar, 2008.

Percebe-se que a inclusão de atividades de capacitação e ações relativas à organização da comunidade é uma prática constante do Programa.

6 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS NA REGIÃO CELEIRO

Este capítulo analisará as contribuições da inserção dos agricultores familiares no Mercado institucional de alimentos - MIA para o fortalecimento da agricultura familiar. Estudamos a construção social do mercado institucional de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA com base no estudo dos atores que dela participam, técnicos, cooperativas e agricultores dos municípios pesquisados.

Com a implantação do PAA, os mercados institucionais de alimentos passaram a constituir uma nova alternativa para os agricultores familiares acessarem os mercados de alimentos. Para desenvolver esse capítulo será retomada a problemática desta dissertação expressa na seguinte questão: como se dá a inserção dos agricultores familiares nos mercados institucionais, tendo por base as políticas públicas de aquisição de alimentos, constitui uma estratégia sustentável para o fortalecimento da agricultura familiar?

Na primeira parte desse capítulo, tratar-se-á da identificação das principais estratégias utilizadas pelos agricultores familiares fornecedores do PAA na Região Celeiro para sua inserção no processo de comercialização: o mercado da venda a domicílio, a comercialização em feiras, o mercado regional e o MIA. Essa caracterização das estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares fornecedores do PAA faz-se necessária para identificar o grau de dependência dos mesmos em relação ao Programa.

Verificou-se que a inserção dos agricultores no MIA fortaleceu outros canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares. E essas estratégias adotadas pelos agricultores familiares não se restringem somente à comercialização de seus produtos, mas incluem a construção de uma nova relação com os consumidores, pautada pela valorização da diversidade e pelo fortalecimento dos vínculos com o território.

Contatou-se que esse mercado é fruto de uma construção social e é constituído a partir de um conjunto de relações sociais desencadeadas por diferentes agentes, segundo o entendimento proposto pela Nova Sociologia Econômica (NSE). Identificam-se, na segunda parte desse capítulo, os atores envolvidos nessa construção social de mercado e os efeitos desta para a diversificação das economias locais, o fortalecimento da organização social, a dinamização local e a segurança alimentar e nutricional das populações e do território.

6.1 A construção de circuitos locais e regionais de abastecimento e o fortalecimento dos canais de comercialização

As experiências dos agricultores familiares com a comercialização de seus produtos, encontradas na etapa de campo da pesquisa, referendam as considerações que seguem. Cabe destacar que as estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares, não são adotadas em todas as propriedades pesquisadas. Sendo assim, será discutido aqui a respeito das principais estratégias de comercialização adotadas por uma ou mais unidades familiares pesquisadas nesse estudo.

Observa-se que os agricultores familiares estão buscando estratégias de comercialização diferenciadas para obter uma melhor remuneração de seus produtos, principalmente para a sua reprodução material, mas também social, cultural e ideológica, além da viabilização de formas de organização coletiva, que procuram superar as dificuldades do cooperativismo tradicional.

Para compreender a noção de estratégia utilizada neste trabalho, recorrer-se-á ao sentido dado por Bordieu (1990, p. 81 apud KIYOTA, 1999, p. 82), quando este afirma:

Pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um Programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. A estratégia é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais (...). O bom jogador faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas.

Então, a estratégia não é como um ato de livre escolha do indivíduo, mas como um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem. Dentro desta perspectiva, a estratégia não é dotada de uma racionalidade esquemática de decisão e ação, ela aceita o “faro” do ator no palco da dinâmica social.

Garcia Jr. (1989) relata que tanto as estratégias dos agricultores familiares no processo de produção quanto as de comercialização são a combinação entre as suas vontades subjetivas e as regras sociais. Isto é, os agricultores familiares “calculam” e decidem a partir dos elementos dados pelo universo social que têm a sua disposição, pela interpretação que fazem deste universo e pelos interesses próprios despertados. Tanto as especificidades do ambiente como as de seus interesses na manutenção e reprodução familiar são contempladas em suas

estratégias. Mas estas não são generalizantes, elas são calculadas a partir dos elementos que cada família tem a sua disposição naquele determinado momento.

Segundo Maluf (2004), essas novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares requerem uma ótica de construção de mercados, adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte (MALUF; WILKINSON, 1999).

[...] ao se considerarem os mercados como resultado de construção social, ganham relevância elementos tais como os processos que levam à construção do próprio valor dos produtos, as relações (muitas vezes personalizadas) que se estabelecem entre os agentes econômicos (produtivos, comerciais e financeiros) e a instituição de formas associativas unindo produtores e demais envolvidos na produção e na distribuição dos respectivos produtos (Maluf, 2004, p. 305).

A experiência de comercialização de alimentos, através do PAA, da Cooper Fonte Nova e da Cooperfamiliar evidencia a valorização dos circuitos locais e regionais de comercialização. Para Maluf (2004), esses circuitos regionais formam-se no âmbito das regiões no interior do País ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensões, e são integrados por agricultores, cooperativas ou associações de pequenos produtores e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, distribuição e consumo de produtos alimentares. Estão incluídos a pequena indústria alimentar, os pequenos supermercados, o varejo tradicional, o comércio especializado de alimentos e de refeições prontas (armazéns, padarias, açougues, entre outros) equipamentos de abastecimento (feiras livres, varejões, etc). Também está incluída nos circuitos regionais a venda direta aos consumidores realizada pelos agricultores.

Segundo o autor, o critério inicial para delimitar os circuitos regionais é geográfico, mas ele destaca que o desenvolvimento desses circuitos é resultante de processos sociais.

Apesar de o critério para delimitar os circuitos regionais ser, em primeira instância, geográfico, pois ele se baseia na proximidade física entre os agentes, o desenvolvimento de tais circuitos é uma resultante de processos socioespaciais. A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Essas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais (Maluf, 2004, p. 308).

Esse elemento estruturante de valorização dos circuitos locais/regionais de comercialização (ver diagrama 1), com absorção de uma grande diversidade de produtos, estimulou e fortaleceu a Feira do Produtor (em Tenente Portela), a comercialização para o

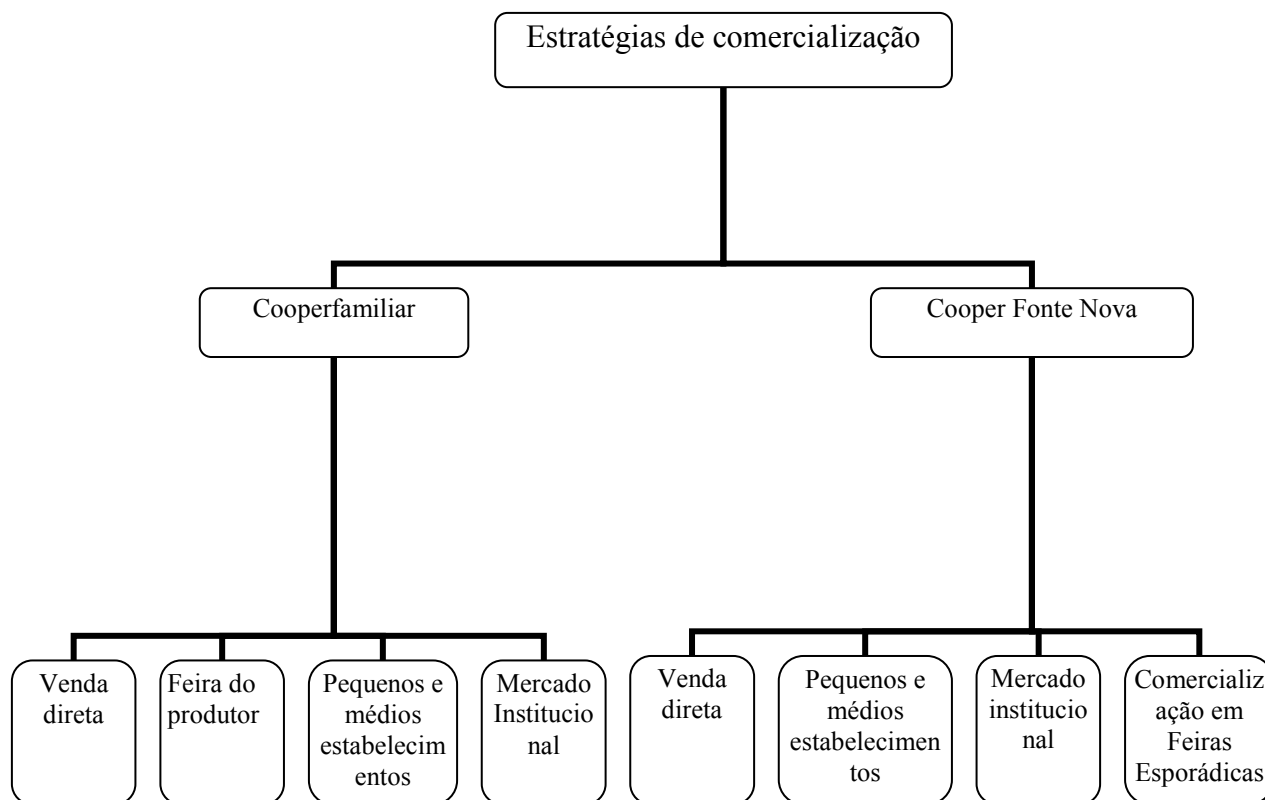
mercado regional, a criação de alternativas de comercialização como o Mercado da Agricultura Familiar²⁶ em Tenente Portela e o “Entrepasto de Ovos”²⁷ em Crissiumal, e fortaleceu outros canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares. Segundo Pandolfo (2008), os feirantes perceberam um aumento na demanda de seus produtos depois da inserção no PAA.

Após o início da operação do PAA no município, em 2005, os feirantes perceberam o aumento da demanda por seus produtos. Como a maioria deles também fornece para mercados intermediados pelo PAA, seus produtos tornaram-se mais conhecidos e valorizados por um segmento significativo de cidadãos e instituições que passaram a receber as cestas (Pandolfo, 2008, p. 17).

Entre as vinte e cinco unidades familiares estudadas, as alternativas de comercialização encontradas foram: a) venda direta (a domicílio, na propriedade), b) comercialização em feiras (feiras periódicas e feira do produtor), c) pequenos e médios estabelecimentos comerciais, d) MIA.

²⁶ Segundo Pandolfo (2008), o Mercado da Agricultura Familiar é uma estrutura que está sendo construída para comercialização dos produtos dos agricultores familiares e indígenas. Voltado também à cultura e gastronomia, dedica um espaço para venda e degustação de pratos típicos da região e da cultura local oriundos da produção agroecológica.

²⁷ A entrega e a comercialização de ovos são centralizadas pela Cooperativa, o que facilita o trabalho no dia-a-dia e acaba com o problema da falta de inspeção, que impedia a comercialização de pequenas granjas. São cerca de cinco mil dúzias por mês vendidas para o comércio local.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Figura 5- Diagrama das estratégias de comercialização utilizadas pelos agricultores familiares de Crissiumal e Tenente Portela fornecedores do PAA

6.1.1 Venda direta

Entre as vinte e cinco unidades estudadas, a comercialização pela venda direta é uma estratégia utilizada por 25 agricultores familiares. Para os agricultores ligados a Cooperfamiliar, essa é uma das principais formas de comercialização, juntamente com o mercado institucional de alimentos. Embora essa não seja a principal forma de comercializar os produtos para os agricultores familiares de Crissiumal, se analisa em termos monetários e de volume de vendas comparativamente com as demais formas de comercialização, os agricultores acreditam que é importante mantê-la como uma estratégia complementar de renda e comercialização. Em Crissiumal os agricultores que mais utilizam essa estratégia de comercialização são os produtores de hortigranjeiros e algumas agroindústrias. No caso dos agricultores ligados a Cooperfamiliar, os feirantes utilizam-se com frequência dessa estratégia, os mesmos mantêm essa venda após a realização da feira, que funciona duas vezes por semana.

Eu vendo pros meus clientes fixos porque sei até a quantia que eles comem. Levo os produtos, mesmo que não seja muita quantidade, eles compram de mim desde que iniciou a feira. Não tem como não levar, né? (Entrevista 20, agricultor familiar, Tenente Portela).

Segundos os agricultores, com o tempo, é possível saber os gostos e preferências do consumidor. Eles destacam que existem diferenças de vendas ao longo do mês, no início do mês as vendas são maiores, devido ao recebimento de rendimentos dos consumidores. Essa constatação contribui para o planejamento da produção. Percebe-se um sentimento de reciprocidade entre os envolvidos e essa relação garante a manutenção da comercialização nesse espaço.

Sabourin (2005) analisou em seus trabalhos as relações entre reciprocidade e comercialização dos produtos de sociedades rurais camponesas. Segundo o autor, as feiras e mercados de proximidade são mercados socialmente controlados, onde existe a oferta da produção aliada a uma forte construção de laços sociais, devido a relação direta entre produtor e consumidor.

Temple (2004 apud SABOURIN, 2006, p. 13), a partir da análise dos mercados africanos e andinos, propõe a noção de mercado de reciprocidade²⁸, onde as relações entre consumidores e produtores não são estabelecidas pela lei da oferta e demanda, mas sim por uma necessidade mútua. Estas relações são medidas por equivalências (geralmente de volume ou quantidade), e podem ou não ser traduzidas monetariamente. Nessa estrutura de reciprocidade generalizada, prevalece a geração do valor de responsabilidade e do valor de justiça.

Trata-se de uma estrutura elementar na qual o compartilhamento dá lugar à reciprocidade generalizada, cada um dando a alguns parceiros aliados e recebendo de outros... Como o que se deve e pode ser dado a cada um varia de uma comunidade a outra, as equivalências de reciprocidade variam também, mas as comunidades tendem a estabelecer a reciprocidade entre elas. Os equivalentes de reciprocidade mais comuns se tornam logo referências: são as moedas de reciprocidade: búzios e nozes de cola na África, moedas rituais na Oceania (Temple, 2004 apud SABOURIN, 2006, p. 13).

Para Temple (1997 apud SABOURIN, 2006, p. 05), as estruturas de reciprocidade (ajuda mútua, compartilhamento de recursos) produzem obviamente valores materiais de uso,

²⁸ O autor define a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação - entre outras de uma dádiva - como forma de reconhecimento do outro e de pertencimento a uma coletividade humana. Temple (2004 apud SABOURIN, 2006, p. 06) distingue o intercâmbio (a troca) da reciprocidade: "A operação de intercâmbio corresponde a uma permutação de objetos, enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos".

mas, também, valores humanos: a amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a confiança nos modos de redistribuição.

Na venda a domicílio e na comercialização em feiras (próximo item a ser analisado), são percebidas estruturas de reciprocidade bilateral²⁹ e até simétricas, produzindo amizade e confiança. Sabourin (2005) salienta que:

A teoria da reciprocidade permite interpretar o sentido social e a lógica econômica construídas pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de prestações que, de maneira às vezes imperceptível, passaram a ser naturalizadas como relações de troca, justificadas pela racionalidade do intercâmbio capitalista. Porém, o capitalismo não se interessa muito pelos valores humanos ou por um projeto mais justo para a humanidade (Sabourin, 2005, p. 07).

Pode-se dizer que a venda direta como canal de comercialização, embora seja reduzida em termos de volume comercializado, ultrapassa a racionalidade econômica, criando laços sociais, relações de proximidade. Segundo Wilkinson (2002), relações de parentesco, vizinhança, conhecimentos pessoais e transações repetidas entre os mesmos atores confirmam reputação e consolidam lealdades. A maioria dos mercados conquistados pela agricultura familiar é conquistada por distintos processos de fidelização, e pode-se analisar a existência desses mercados como prolongamento de laços pessoais e relações de parentesco.

[...] A partir dessa ótica de Granovetter, podemos analisar a existência desses mercados não como um simples reflexo da pobreza ou da baixa conscientização do consumidor, embora ambos os elementos existam. Pelo contrário, esses mercados podem ser vistos, fundamentalmente, como o prolongamento de relações familiares, ou, diretamente, como consumidores ou como canais de comercialização (Wilkinson, 2002, p. 814).

Além da venda direta ser realizada através de roteiros de entrega nas residências e espaços comerciais, há a venda via correio/transportadora. Os agricultores da Cooper Fonte utilizam-se bastante dessa estratégia, em função dos contatos realizados nas participações em feiras (o que será destacado no próximo item).

A venda na própria agroindústria constitui uma alternativa muito utilizada pelos agricultores de Crissiumal. Com a implantação da rota turística “Mundo Colonial”, o fluxo de visitantes nas agroindústrias aumentou. Essa estratégia é utilizada principalmente nas agroindústrias de rapaduras, pães, tortas e derivados da carne. Existem agroindústrias que construíram um espaço só para receber os turistas.

²⁹ A reciprocidade bilateral é usada quando se trata de uma relação regular entre duas famílias, entre vizinhos ou amigos.

A comercialização na agroindústria se conforma como um excelente canal de comercialização, pois otimiza a força de trabalho, baixa os custos de transporte e propicia a interação com o consumidor. No entanto, nas agroindústrias pesquisadas a comercialização só foi viabilizada pela facilidade de acesso à propriedade, pelo atendimento e produto diferenciado.

[...] quando tem excursão (quinta e sábado) eu fico só para receber os visitantes e vender os produtos. O pessoal vem aqui pra comprar mesmo. Pra nós isso é bom, porque não temos que gastar com transporte e divulgação (entrevista 14, agricultor familiar, Crissiumal).

6.1.2 Comercialização em feiras

A comercialização em feiras, historicamente, sempre teve uma grande importância no abastecimento alimentar, e, hoje, continua sendo uma opção utilizada pelos agricultores para viabilizar a comercialização direta de seus produtos, e pelos consumidores para adquiri-los. Dentre os agricultores entrevistados, observa-se que a utilização do dispositivo da feira do produtor é somente feita por 04 agricultores entrevistados ligados à Cooperfamiliar. Os agricultores da Cooper Fonte Nova comercializam seus produtos em feiras periódicas (Expointer, Exposol, Feira Nacional da Agricultura Familiar, Economia Solidária, feiras regionais, entre outras).

Nós participamos de quase todas as feiras... se não vamos, o nosso produto está lá, o pessoal da Cooperativa leva. É importante a participação, divulgamos nossos produtos e muitas vezes vendemos para outras cidades, já fiz um monte de venda depois da feira, além da venda o Pacto Fonte Nova fica mais conhecido. (entrevista 08, agricultor familiar, Crissiumal).

Os agricultores optaram por não fortalecer a feira do produtor, devido a um pedido feito pelos comerciantes no início do Programa Pacto Fonte Nova. Os agricultores deixaram de comercializar na feira e inseriram os seus produtos nos mercados locais. Segundo a percepção deles, se investissem na feira, eles estariam entrando em concorrência com seus próprios produtos.

Os agricultores familiares vinculados à Cooper Fonte Nova, principalmente aqueles que desenvolvem alguma atividade agroindustrial, tinham a disposição, até junho de 2009, um ônibus/feira para participação e exposição dos produtos em viagens e participação em feiras e eventos. A participação em feira é uma estratégia utilizada pelos agricultores para divulgação de seus produtos e para o estabelecimento de contatos para futuras negociações comerciais.

Um exemplo é o da agroindústria de polpa de frutas, que tem na venda em feiras uma parcela significativa de sua renda, em torno de 40 %.

Nosso Programa agora já está bem conhecido porque sempre vamos a feiras expor os produtos, anos atrás quase ninguém conhecia Crissiumal. Fizemos bastantes amizades, somos reconhecidos pela “terra das agroindústrias” (entrevista 06, agricultor familiar, Crissiumal).

Essa participação em feiras é viabilizada pela Cooperativa, com o apoio do poder público, a fim de divulgar e comercializar os produtos da marca Fonte Nova, marca esta que já tem um reconhecimento social de qualidade nas principais feiras do Estado. Para Raupp (2005), é ilustrativa a importância que assume o reconhecimento social da marca Fonte Nova no contexto extra local.

Para algumas agroindústrias que já vinham produzindo e comercializando seus produtos localmente e em espaços já consolidados a sua utilização teve impactos menos perceptíveis, a não ser sob o ponto de vista do respaldo legal que esses produtos vieram a ter. Para outras que necessitaram buscar espaços em novos mercados, particularmente extralocais, a ampla divulgação do selo [...] representou um respaldo qualitativo institucionalizado adicional à identidade individual de cada agroindústria (Raupp, 2005, p. 143).

Embora o foco sejam os circuitos locais/regionais de produção, distribuição e consumo, evitando disputar mercado com as grandes empresas do setor agroalimentar (Maluf, 2004), com a implantação de agroindústrias familiares, principalmente em Crissiumal, houve a necessidade de aumentar a escala de produção para além da capacidade do mercado local (Silveira; Heinz, 2005). Essa necessidade relaciona-se com os custos operacionais e encargos que passam a onerar o empreendimento após a legalização. Esse tema será mais bem detalhado no item sobre o fortalecimento e ampliação das atividades de agroindústrias familiares.

Não se pode negar a importância do processo mercantil, mas a participação em feiras também possibilita a construção de relações pautadas pela confiança e reciprocidade entre agricultores e consumidores. Nas feiras locais/estaduais os agricultores expressam também seu papel de consumidor, adquirindo produtos de outros agricultores e efetuando troca de produtos entre si. Para Wilkinson (2000), na perspectiva da construção social de mercados, é preciso transformar processos e produtos locais que criam mercados em desdobramentos das redes sociais locais. Essas redes são baseadas em relações de proximidade, em produtos que, mesmo em face de consumidores desconhecidos, mantenham suas características específicas. Segundo o autor, essa prolongação das redes sociais, e conseqüentemente do alcance dos

mercados, passa pela padronização da qualidade dos produtos e pelo reconhecimento de uma qualidade específica através da certificação.

No caso de Crissiumal, a marca Fonte Nova ilustra essa importância que assume o conteúdo social e artesanal do produto. De acordo com Wilkinson (1999), para os autores da teoria das convenções torna-se prioritário o trabalho sobre marcas e rotulagens.

A diferenciação via marcas e rótulos introduz um estágio novo crítico na organização do mercado. Ela é com frequência interpretada como uma simples estratégia de concorrência pelo mercado (como é, de fato, na análise do Label Rouge, no volume do INRA), mas Thévenot afirma que, ao deslocar a concorrência para fatores extrapreço, outros elementos de coordenação são acionados (Wilkinson, 1999, p. 75-76).

No caso do Brasil, o autor acredita que o mais importante seria a publicidade da marca situar-se nos valores da tradição e na noção de produtos, na associação de alimentos saudáveis e artesanais, com conteúdos sociais e ambientais.

Vian e Sacco dos Anjos (2007, p. 14) ressaltam que as feiras são “espaços socialmente construídos, os quais oportunizam aos atores envolvidos um campo de interlocução e troca de saberes”. Para os autores, essa dinâmica das feiras opõem-se com a dinâmica em que operam os super e hipermercados, pois a relação é marcada pelo distanciamento.

Estes atributos opõem-se frontalmente com a dinâmica em que opera o funcionamento de super e hipermercados, marcada pela impessoalidade, frieza e distanciamento entre os agentes envolvidos (Vian e Sacco dos Anjos (2007, p.14).

6.1.2.1 Feira do Produtor

A comercialização na feira do produtor é um caso específico dos agricultores de Tenente Portela. Dos feirantes, a grande maioria é fornecedor do PAA. A feira funciona duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. A feira do produtor iniciou em Tenente Portela na década de 1980 e até 2005 funcionava ao ar livre, sendo que há 04 anos funciona em uma estrutura (tipo pavilhão) construída pela Prefeitura Municipal em parceria com o Governo Federal.

A feira possui 09 pontos de venda (boxes) e é administrada pelo conselho de feirantes, constituído por agricultores que comercializam no local e destinado a regulamentar e operacionalizar as normas gerais que regem o funcionamento da feira. O processo de comercialização é individualista, tanto na ocupação de espaços como na venda dos produtos. Embora os agricultores sejam ligados a duas associações, a dos agricultores ecológicos e da comunidade indígena, cada família vende apenas os seus próprios produtos.

Verifica-se que, em relação ao aspecto do planejamento da produção, os agricultores reconhecem que para entrar e permanecer na feira é necessário um bom planejamento, e os produtos têm que ser diferentes daqueles encontrados nos pomares e hortas domésticas existentes em muitas casas da cidade. Isto porque as relações entre a população urbana e rural na cidade são muito estreitas, pois todos que moram na cidade têm parentes ou conhecidos na área rural, fazendo com que o trânsito de frutas e verduras da época seja muito intenso.

6.1.3 Comercialização em pequenos e médios estabelecimentos comerciais

O processo de comercialização em pequenos e médios estabelecimentos comerciais do município e da região é realizado por dezessete unidades familiares pesquisadas. No entanto, a relevância desse espaço de comercialização é bastante diferente entre as unidades pesquisadas.

Os agricultores de Crissiumal utilizam-se dessa estratégia de comercialização em função da priorização, pelo Programa Pacto Fonte Nova, da inserção dos produtos no mercado local. Com a adequação das agroindústrias e a não valorização da feira do produtor, os agricultores fortaleceram essa forma de comercialização. A realidade vivenciada, principalmente pelas agroindústrias de Crissiumal, vem ao encontro da reflexão feita por Mior (2003):

Se as opções de feira e da venda direta não existem, ou se elas são insuficientes para o escoamento de toda a produção da agroindústria, torna-se necessário dar mais um passo, qual seja, o de buscar um ponto de venda através da rede formal de comercialização. (MIOR, 2003, p. 187 apud SANTOS, 2006, p. 112)

A inserção dessa estratégia de comercialização, principalmente em Crissiumal, foi viabilizada pela mobilização iniciada pelo Programa Pacto Fonte Nova. No início do Programa foi promovido um encontro com cerca de 100 empresários. Os empresários locais foram “chamados” para propor alternativas que viabilizassem tanto a produção como a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores familiares. Do grupo de empresários surgiram várias preocupações em relação a aspectos relacionados com as condições de produção, volume, qualidade, preço e fidelidade nos acordos, entre outros. Embora nem todas as preocupações e dúvidas dos empresários tenham sido sanadas, o Programa conseguiu o apoio desse segmento.

Essa inserção na rede formal de comercialização em Crissiumal, esse "dar mais um passo" que se refere Mior (2003), implicou em uma série de rompimento de barreiras que antes eram impostas pelos estabelecimentos comerciais. No entanto, segundo os entrevistados,

ainda há uma resistência de parte de alguns comerciantes em adquirir produtos das agroindústrias familiares.

Huppes (2008), ao estudar a utilização das potencialidades da contabilidade gerencial segundo a percepção dos empresários da agroindústria do Pacto Fonte Nova, enfatiza que é comum encontrar os produtos do Pacto Fonte Nova no comércio local.

Ao percorrer o comércio de alimentos da cidade, é comum encontrar os produtos produzidos pelas agroindústrias que fazem parte do Pacto. A inserção dos produtos no município, assim como a distribuição no Estado e também exportação, aponta para uma boa sinergia entre as expectativas de consumidores, comerciantes e produtores rurais (Huppes, 2008, p. 83).

Para a autora, a possibilidade de comercialização no próprio município é uma característica relevante, pois movimenta a riqueza local; constatou-se no trabalho que 84% dos produtos comercializados são consumidos na região.

Os resultados obtidos em relação ao destino da produção revelam que 50% são consumidos no próprio Município, 34% na região e 10% no Estado. Quanto às vendas para fora do Estado e do País, correspondem a 5% e 1%, respectivamente (Op. Cit. p. 94).

Também no presente trabalho, foi constatado que esse percentual de comercialização no município e na região não se alterou muito. Em torno de 60% dos produtos são comercializados no município, 30% na região, 7 % no Estado e 3 % em vendas para fora do Estado. Nas agroindústrias pesquisadas, nenhuma comercialização para fora do País foi registrada.

O aumento da produção devido a expansão do mercado, e dos custos operacionais e encargos após a legalização, são pontos destacados pelos agricultores para a inserção nesse canal de comercialização.

A gente tem uma despesa fixa com inspeção do produto, com matéria prima de primeira qualidade, temos um custo elevado para produzir dentro das normas legais, embalagem, rótulo. Então tem que buscar outras formas de comercialização, temos que nos manter no mercado, e só se mantém quem tem vários compradores (entrevista 10, agricultor familiar, Crissiumal).

Já no caso da experiência de Tenente Portela, os agricultores utilizam-se dessa estratégia de comercialização como forma complementar de comercialização. Isso deve-se ao fato de existirem poucas agroindústrias familiares legalizadas no município e também pela priorização de outros canais de comercialização com relação mais direta com o consumidor.

Eu vendo para os mercados pequenos. Não tenho selo ainda, consegui financiar a construção da minha agroindústria pela Cresol. Tem que ir aos poucos (entrevista 24, agricultor familiar, Tenente Portela).

6.1.4 Mercado Institucional de Alimentos - MIA

A inserção dos agricultores familiares no MIA é fato recente na história do País, e a experiência que se analisa procura evidenciar suas características, condicionantes e dificuldades.

Maluf (1999) destaca que, em geral, o MIA tem sido um mecanismo importante de acesso aos alimentos no caso da população infantil com acesso à escola, e tem sido gerido de modo a favorecer a participação de médios e grandes fornecedores capazes de preencher as condições requeridas nos processos licitatórios e de concorrência, embora algumas iniciativas de descentralização de programas públicos possibilitem o acesso a pequenos fornecedores.

Segundo o autor, esse mercado torna-se mais acessível quando o poder público assume como estratégia de desenvolvimento a inclusão de agricultores familiares como fornecedores de alimentos aos órgãos públicos. Foi o que aconteceu em Crissiumal a partir de 2001, quando a Prefeitura Municipal de Crissiumal começou a priorizar a aquisição de alimentos das agroindústrias vinculadas ao Pacto Fonte Nova. Esta prática foi viabilizada através de um instrumento legal, chamado “dispensa de licitação”. Segundo essa lei³⁰, a prefeitura tem autonomia para adquirir até R\$ 8.000,00 em produtos das iniciativas produtivas vinculadas ao Pacto Fonte Nova que podem ser aproveitados na merenda escolar da rede municipal de ensino. São adquiridos para a merenda escolar produtos como, leite pasteurizado tipo C, bebida láctea, suco concentrado de frutas, polpa de fruta congelada, entre outros.

A Cooperativa participa do fornecimento da merenda escolar para os municípios de Crissiumal, Humaitá e Horizontina. É uma diversidade muito grande de produtos que temos para oferecer, não é qualquer município que tem essa produção de alimentos estruturada. (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal).

³⁰Lei federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes as obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Segundo esta lei, artigo 24, inciso II, são dispensáveis de licitação outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior (cujo valor total previsto, 100%, corresponde a R\$ 80.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Essa priorização da compra de produtos oriundos da agricultura familiar pode ser verificada na fala do ator social:

Em 2001 o prefeito comprava a merenda escolar direto do produtor com o bloco Modelo 15. Ainda não existia a cooperativa, mas o que ele estava industrializando tipo bebida láctea, leite tipo C, queijo colonial, salame, rapadura, melado (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Embora seja recente, o PAA também é incluído como integrante do MIA, embora outras políticas esporádicas, como aquelas efetuadas por Estados e municípios não o sejam. O PAA é apenas um segmento do MIA, que está sendo analisado nesse trabalho.

Na Região Ceiloro, o PAA iniciou em meados de 2004 em Tenente Portela e Crissiumal, com a discussão do Programa com os atores locais. Tanto a Cooperfamiliar quanto a Cooper Fonte Nova já vinham discutindo alternativas de comercialização que contemplassem a diversidade de produtos da agricultura familiar.

O PAA em Tenente Portela consiste na principal fonte de comercialização para o MIA. Antes do Programa, os agricultores familiares não tinham inserção no MIA.

Já em Crissiumal, os agricultores tinham a experiência de comercialização para o MIA, através da comercialização para o município, e de alguns produtos para Humaitá e Horizontina. Mas cabe destacar que a grande maioria dos fornecedores do PAA não participou desse processo de comercialização. Há também a experiência de duas agroindústrias que fornecem para o MIA de outros municípios próximos.

A inserção no MIA é uma experiência recente. Consta-se, pelos depoimentos dos agricultores e dos atores sociais, que o PAA é mais uma alternativa de comercialização, mas não há única.

[...] Está ocorrendo a inserção de vários agricultores no mercado, despertando a importância da produção de alimentos. O importante do Programa é que ele não se reduz ao acesso ao mercado, mas ele engloba uma série de outras ações, como a promoção da segurança alimentar, a criação de redes de produção e comercialização. (entrevista 05, membro do Conselho Gestor, Tenente Portela)

O Programa, ao propiciar acesso para o escoamento da produção de alimentos da agricultura familiar, contribui para minimizar os problemas de comercialização deste tipo de produção, pois em municípios essencialmente agrícolas e pequenos, como é caso dos municípios analisados, a comercialização é um grande entrave ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

[...] Eu agora posso escolher pra quem vender: PAA, venda direta, atravessadores. Então a relação é outra. Tem que negociar. Tu sabe, se não pagam o preço justo eu não vendo (entrevista 13, agricultor familiar, Crissiumal).

Essa suplementação da merenda escolar ajuda o poder público. Ajuda os agricultores familiares com R\$ 3.500,00 a mais por DAP, enfim ajuda a desenvolver o município, a fortalecer a agricultura familiar (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Para a realização das compras no exercício de 2008, a Cooper Fonte Nova recebeu um montante de R\$ 200.874,05. Este recurso foi destinado à aquisição de alimentos produzidos por 112 agricultores familiares que foram repassados às instituições sociais, atendendo às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais do município.

Já a Cooperfamiliar operacionalizou no ano de 2008/2009 (do mês de abril de 2008 a junho de 2009) um montante de R\$ 570.430,80 para o município de Tenente Portela. Este recurso foi destinado à aquisição de alimentos produzidos por 255 agricultores familiares que foram repassados às instituições sociais.

Do total de vinte e cinco agricultores entrevistados, a maioria (60%) pertence aos grupos C ou A/C do PRONAF³¹, e a outra parcela (40%) pertence ao grupo D. A grande maioria dos agricultores enquadrados no grupo D tem a atividade agroindustrial como principal geradora de renda. O PAA é direcionado para os agricultores familiares, além de pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Para ser fornecedor do Programa, o agricultor precisa apresentar a declaração de carta de aptidão ao PRONAF (DAP³²) e ser enquadrado em uma das categorias citadas acima.

Essa exclusividade em relação ao público fornecedor, bem como de quem será o público beneficiário, trata-se do que Fligstein (2007) chama de “direitos de propriedade”. Não se trata de definir quem tem direito sobre os lucros, mas define-se quem tem direito de participar do Programa e ter assegurada a comercialização de sua produção com preços mínimos definidos previamente, e também quem tem o direito de ser beneficiado com o recebimento dos alimentos.

³¹ Os grupos do Pronaf são utilizados para classificar os agricultores familiares de acordo com a renda. Para enquadramento nos grupos A e A/C, a renda bruta anual deve ser R\$ 2 mil a R\$ 14 mil e o D às famílias com RBA de R\$ 14 mil a R\$ 40 mil.

³² A Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP - é o instrumento que identifica a família como beneficiária do PRONAF, diz a que grupo essa família pertence e constitui-se em documento obrigatório para acessar o crédito PRONAF. Além disso, também habilita a família a interagir com outras ações da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF – como a compra direta, a comercialização de matéria prima do biodiesel entre outras.

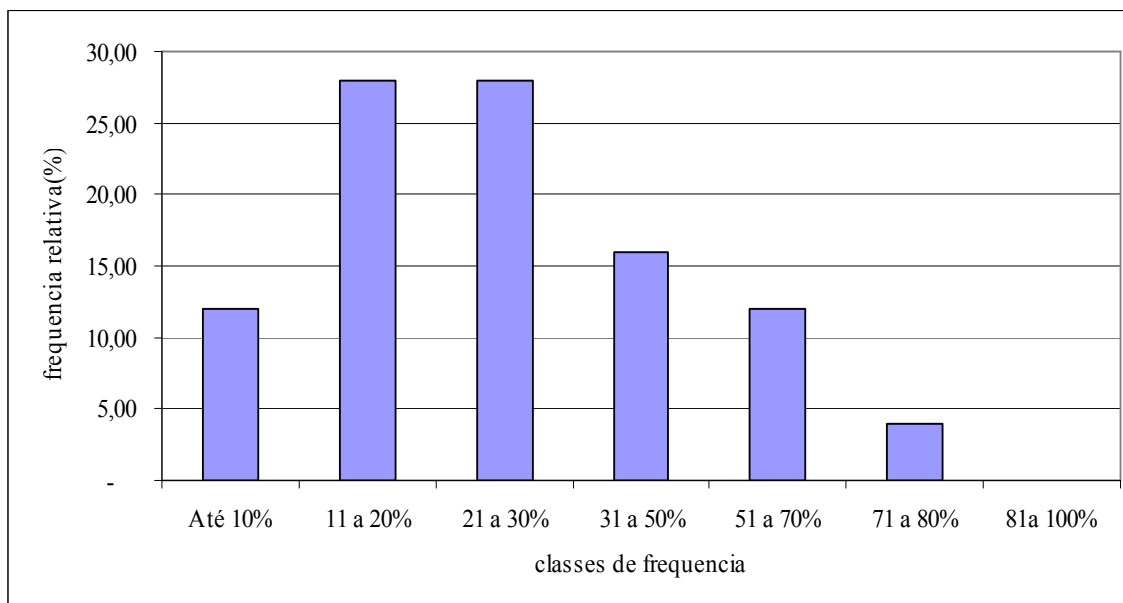
Além dos critérios já definidos em nível nacional para a participação dos agricultores familiares no PAA, em nível local as famílias precisam ser associadas às Cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova. Além disso, especificamente em Tenente Portela, os agricultores estão organizando-se em núcleos de produção. Os componentes desses “núcleos” são definidos por vocação e afinidade com a produção de determinados tipos de produtos; não formam uma rede de vizinhança propriamente dita, pois em geral moram em comunidades diferentes, algumas mais próximas, outras mais distantes. A criação de laços afetivos em grande medida se deu a partir da necessidade prática de discussão da produção e da organização para a comercialização dos produtos.

O que a gente está propondo é que se formem grupos afins, o grupo da mandioca, o grupo do leite, o da batata doce, etc. Eles vão vir de vários locais e discutir e trocar experiência nesse processo. O técnico é meramente mediador (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Dentre os agricultores familiares que integram o PAA, 12% dependem quase exclusivamente de uma única atividade e os demais (88%) apresentam uma produção para comercialização bastante diversificada, fator este que pode contribuir positivamente para o enfrentamento de situações de crise.

Os agricultores utilizam de forma intensiva a mão-de-obra familiar. Mesmo assim, existe a contratação de empregados temporários. A mão-de-obra temporária, quando contratada, na maioria das vezes atua em atividades que necessitam de menor conhecimento técnico (no caso das agroindústrias de Crissiumal). Esse fato pode ser atribuído ao temor relativo aos eventuais encargos decorrentes da legislação trabalhista.

Já em relação ao grau de dependência de comercialização para o PAA, constatou-se que os agricultores têm estratégias de comercialização bem diversificadas. Dos agricultores entrevistados, só 16% vendem mais de 51% de sua produção para o Programa, ou seja, quatro agricultores. A maioria fica entre 11 a 30% da renda obtida com a venda para o PAA, ou seja, catorze agricultores.

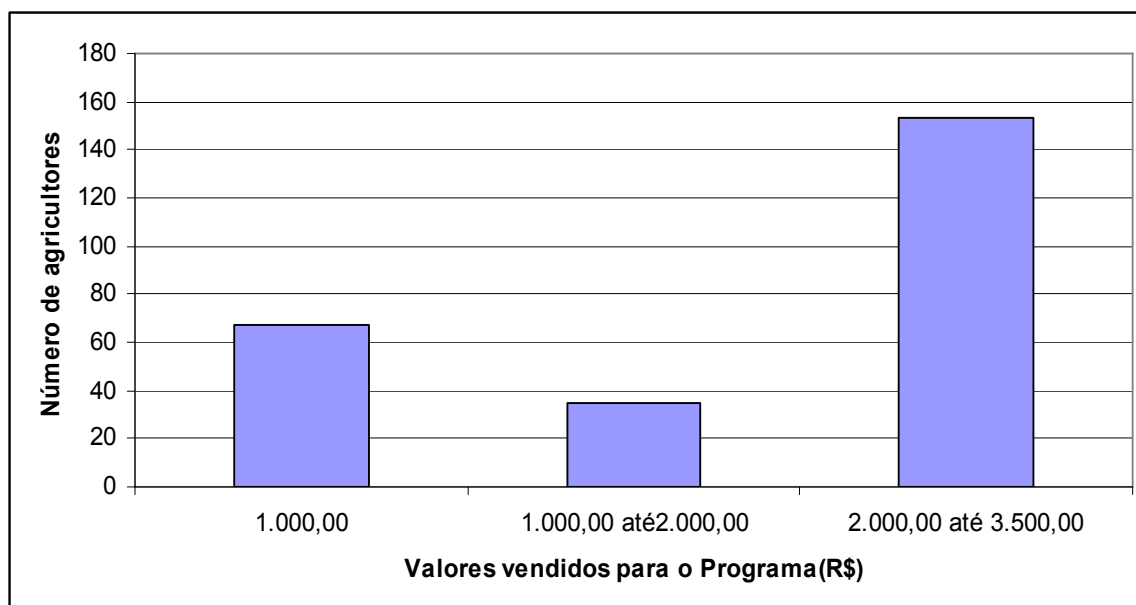


Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Figura 6- Proporção da renda oriunda do PAA entre os entrevistados

Quanto aos valores relativos à comercialização para o PAA, no município de Tenente Portela a maior parte dos agricultores (em torno de 150) vendem de R\$ 2.000,00 a R\$3.500,00 por ano para o PAA. A faixa de venda até R\$1.000,00 inclui a participação de 67 agricultores e mais da metade desses comercializam leite para o PAA. Segundo dados da Cooperativa, atualmente são 85 produtores que comercializam leite via Cooperativa, destes, 72% vendem até 1000 litros/mês, 16% de 1000 a 2000 litros/mês e 9% de 2.000 a 5.000 litros de mês e 3% acima de 5000 litros de mês. Constatase que a Cooperativa, através do PAA, está intermediando a venda do leite dos agricultores excluídos do processo de comercialização pelas grandes empresas.

Mais de 26% dos agricultores comercializam somente o excedente, os quais não têm a produção de alimentos como foco principal de suas atividades.



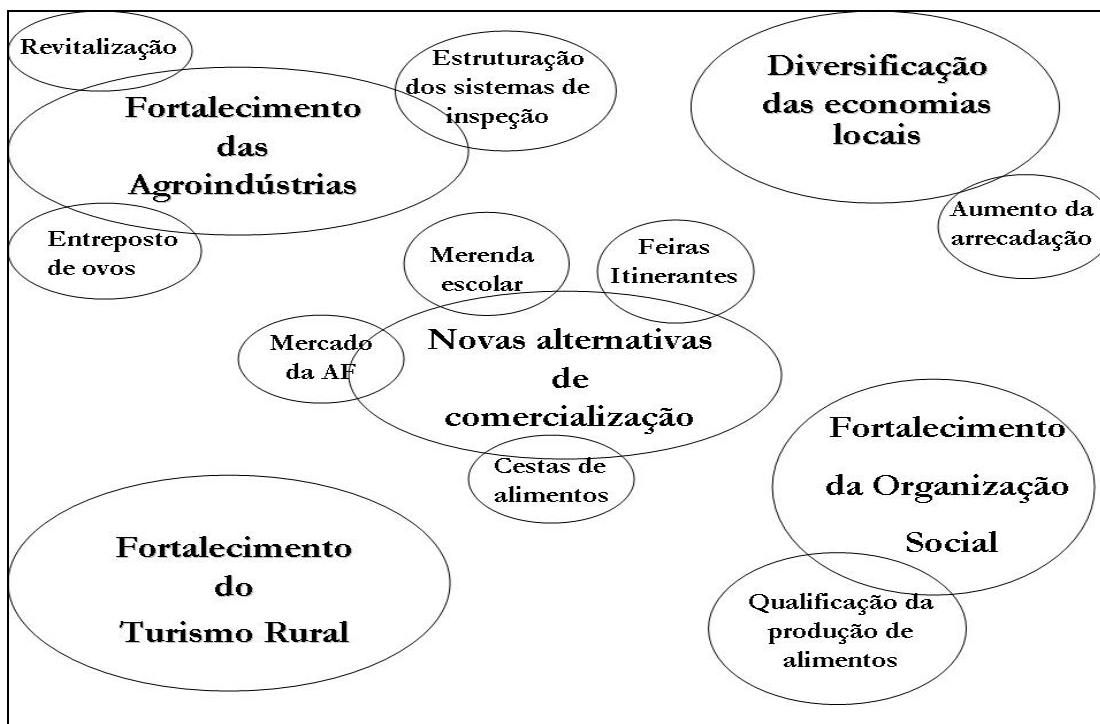
Fonte: Banco de dados da Cooperfamiliar, junho de 2009.

Figura 7- Valores de venda e número de agricultores familiares fornecedores do PAA - Tenente Portela

Quanto aos valores relativos à comercialização para o PAA, no município de Crissiumal não foram obtidos na sua totalidade, o que comprometeu a organização dos dados³³.

Nas próximas seções, serão identificados os atores envolvidos na construção social do mercado institucional de alimentos do PAA e os efeitos desta para a diversificação das economias locais, para o fortalecimento da organização social, para a dinamização local, o fortalecimento das agroindústrias e a segurança alimentar e nutricional das populações e do território. Esses efeitos da inserção no mercado institucional de alimentos através do PAA podem ser visualizados na figura 8.

³³ Durante a elaboração final da dissertação, houve mudanças de gerência na cooperativa e alguns dados não foram possíveis de serem obtidos.



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo.

Figura 8- Efeitos da Inserção no Mercado Institucional de Alimentos na Região Celeiro-RS.

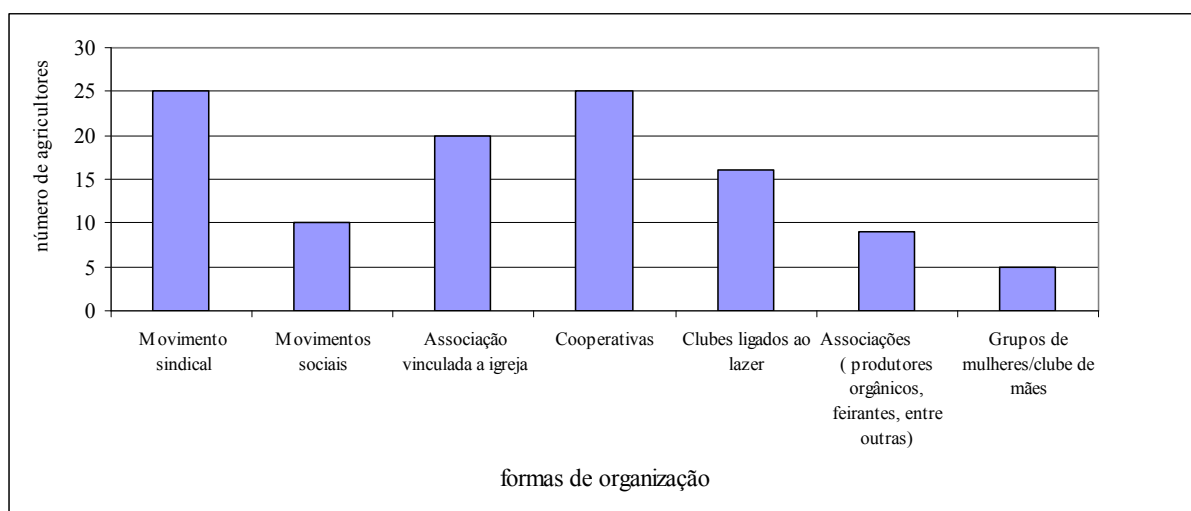
6.2 Fortalecimento da Organização Social

Neste item, adentramos na discussão sobre o fortalecimento da organização social e política dos agricultores familiares fornecedores do PAA. No que se refere à participação dos agricultores familiares em associações comunitárias, em sindicatos e cooperativas, instituições sociais como igreja, escola e lazer, constatou-se que 100% dos agricultores fornecedores participam em mais de dois espaços de organização social. Essas instituições dão suporte aos agricultores familiares no sentido de sua reprodução sócio-cultural e política, bem como contribuem para a viabilização de políticas públicas voltadas aos interesses comuns desses agricultores. Permitem também que os agricultores participem de duas esferas de poder: uma regulamentada pelo poder societário, como os sindicatos, associações, cooperativas e partidos políticos, e outra em que as relações de poder não extrapolam o âmbito das comunidades, como as instituições religiosas, escolares e de lazer.

A participação dos agricultores nessas instituições pode representar as formas de integração social e encurtamento das distâncias sociais entre grupos, assim como podem

revelar formas de envolvimento dos agricultores com os mercados. Isso foi evidenciado na fala de um agricultor familiar de Tenente Portela,

Uma vez isso não existia as mobilizações no sindicato, a gente não ficava sabendo de nada se tinha um projeto, um dinheiro disponível, ou qualquer coisa. Só que quando tu vai ajudar conquistar coisas, buscar alternativas para a colônia ou para o município que tu vê a importância da participação. Se o sindicato vai ou a Cooper, seja lá quem for eu participo. Por que eu vi vantagem nisso, porque muitas coisas foram resolvidas, nós ganhamos muita ajuda com isso (entrevista 20, agricultor familiar, Tenente Portela).



Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa de campo, 2009.

Figura 9- Formas de organização e participação social dos agricultores familiares

Conforme consta na Figura 09, mais de 60% participam de três ou mais entidades de classe, sejam sindicatos, cooperativas ou associações. Neste aspecto, pode-se destacar que os agricultores que acessaram o PAA são organizados socialmente e participam ativamente do movimento sindical. Aqui aparece a força dos laços fracos de Granovetter, quanto maior a participação dos agricultores em organizações sociais, maior será a sua capacidade de envolvimento e construção do mercado.

As experiências de comercialização na Região Ceilero nos mostram que foi necessário formar uma complexa rede social³⁴ para a inserção no MIA de alimentos. Segundo Mior (2008), os agricultores operacionalizam uma série de mecanismos para constituir mercado

³⁴ No campo de estudos das ciências sociais, o termo “rede” designa um conjunto de pessoas ou organizações interligadas direta ou indiretamente (Marcon & Moinet, 2000, apud BALESTRIN et al., 2004, p. 205)

para seus produtos, tais como a mobilização das redes de parentesco, de amigos e sociais mais amplas.

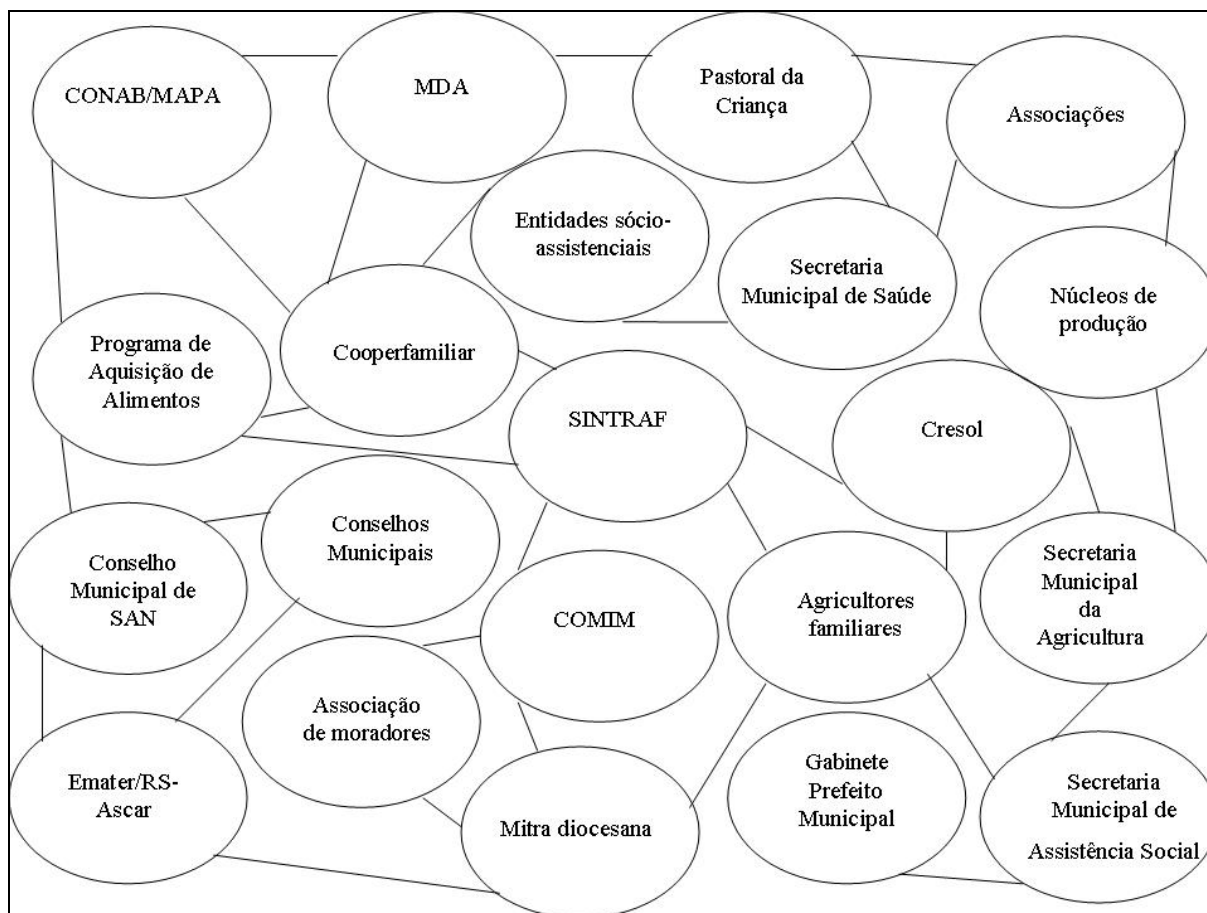
As cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova, através de uma densa estrutura de organizações sociais existente no seu entorno, conseguiram constituir-se, hoje, como um novo canal de comercialização, participação e de representação.

Percebe-se que as Cooperativas estão inseridas em redes sociais bem articuladas. Uma rede de relações mútuas e de amizade entre atores constitui um real ou potencial recurso que pode ser mobilizado pelo ator para atingir seus objetivos (STEINER, 2006). Fazem parte de uma rede, que pode ser uma cooperativa, os cooperados e também os diversos outros atores que relacionam-se com ela em busca da realização dos seus objetivos.

Essa formação da rede, com a participação de vários atores locais, fortalece o que Granovetter chama de ‘laços fracos’’: os atores são obrigados a atuar num universo cognitivo diferente daquele ao qual estão habituados, o que os obriga a colocar suas visões de mundo permanentemente em questão. Segundo Abramovay (2007), esta flexibilidade cognitiva, esta ampliação do círculo de relações entre atores sociais pertencentes a universos diferentes aumenta as chances de aparição de iniciativas inovadoras. Para o autor, é uma das funções do setor público promover a articulação destes interesses.

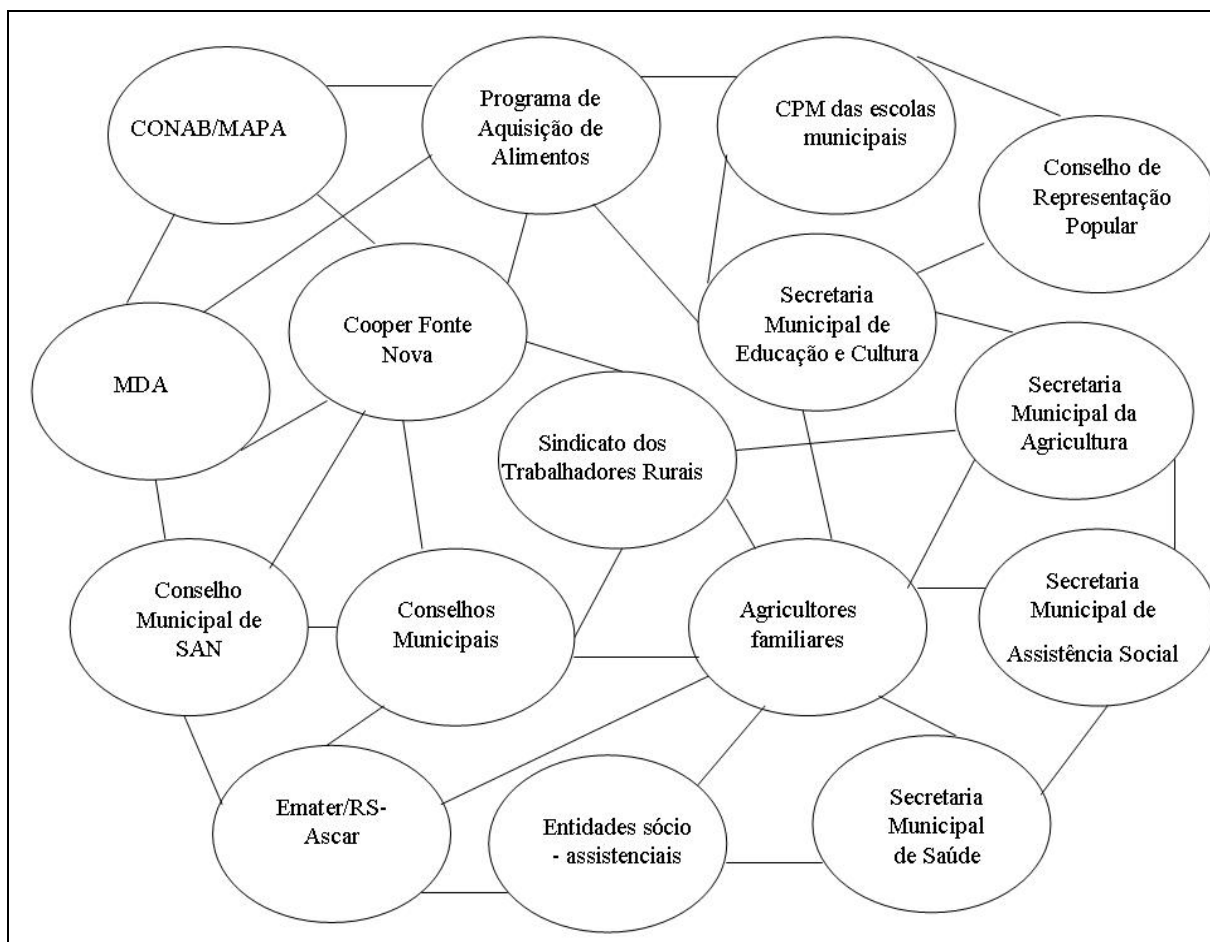
Justamente, uma das funções do setor público é promover a convergência destes interesses em torno de elementos, de bens públicos que promovam a valorização daquilo que as regiões têm de melhor: suas capacidades, suas tradições, seus recursos naturais e paisagísticos, as habilidades sociais de suas lideranças e as instituições que conseguem construir (Idid, p. 13).

A atuação das cooperativas no desenvolvimento do PAA envolve a família rural e sua unidade de produção (recursos humanos, produtivos e financeiros), as famílias de agricultores de várias comunidades, e também de vários municípios, como é o caso da Cooperfamiliar, que tem cooperados de Tenente Portela, Barra do Guarita, Miraguaí, Derrubadas e Vista Gaúcha. Também a participação de outras instituições locais, nas quais os próprios agricultores estão inseridos, como por exemplo: os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os Conselhos Municipais, a Mitra Diocesana, a Pastoral da Criança, as Associações, etc. A estrutura organizacional dessa rede social envolve uma imensa rede de atores estatais e da sociedade civil (conforme descritas no capítulo V dessa dissertação) e que pode ser visualizada nas Figuras 10 e 11.



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Figura 10 - Rede social do PAA em Crissiumal



Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa.

Figura 11- Rede social do PAA em Tenente Portela

As cooperativas vêm exercendo um destacado papel na organização e na inserção dos agricultores familiares nos mercados locais. Estes espaços criados não se restringem somente à comercialização dos produtos da agricultura familiar, mas incluem a construção de uma nova relação com os consumidores, pautada pela valorização da diversidade e pelo fortalecimento dos vínculos com o território e das relações humanas e sociais.

Hoje a Cooperativa está passando por um processo de construção de indivíduos. Nesse processo você mexe com energia, canaliza muita energia que você não sabe de onde vem, quando menos espera aparece uma proposta nova como é o caso dos projetos de pesquisa que vocês estão trabalhando. Quando eu imaginava que de repente estivesse conversando com você, conversando com agricultores excluídos que nunca iam ter acesso a troca de informações? (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Para Sabourin (2006), é preciso procurar alternativas a partir do homem como ponto de partida e chegada, reinventando uma economia mais humana, trabalhando com soluções

enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos repartido: os valores humanos e o seu potencial em produzir laços sociais.

[...] A gente sente que este processo alterou a relação interpessoal dentro da própria família e, em nível de município, a conjuntura até regional nesta questão alimento, a gente não sabe o que isso vai ser daqui a quatro ou cinco anos, na merenda escolar, por exemplo. Nunca se pensava que pelo PAA chegaríamos a tanto (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

As experiências analisadas evidenciam que a atuação das Cooperativas acontece de forma integrada com os atores locais, articulada com os anseios dos agricultores cooperados e com os projetos de desenvolvimento do território. Neste sentido, as experiências das cooperativas na Região Ceileiro caminham para a constituição do que Murdoch (2000) chama de rede de cooperação horizontal.

Mior (2005), citando Murdoch, aborda o termo redes horizontais de desenvolvimento rural, as quais se referem à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas.

Segundo Murdoch, nesse caso as estratégias de desenvolvimento rural são pensadas a partir do fortalecimento das atividades agrícolas e também das não agrícolas. A hipótese que norteia essas análises é a de que as regiões que têm uma história de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico (Mior, 2005, p. 18).

Segundo Murdoch (2000 apud MIOR, 2005, p. 15-21), a abordagem de redes é útil porque ela possibilita integrar as questões do desenvolvimento, internas às áreas rurais, com problemas e oportunidades, que são externas. O termo rede permite ainda manter o interno e o externo juntos numa mesma estrutura de referência. Segundo o autor, teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento.

As redes existem como processos, operam de forma descentralizada, possibilitando o desenvolvimento pessoal e a ação coletiva, oferecendo apoio e enriquecimento mútuo. Representam uma estratégia de luta e cooperação dos grupos sociais que podem conformar a sociedade fragmentada para transformá-la. Mesmo não utilizando o termo "capital social", Granovetter explicita o potencial que essas redes sociais têm para resolver o dilema da ação coletiva e promover a confiança. Ele ressalta que no "*embeddedness*", a confiança e a

organização econômica devem ser analisadas através da observação das redes sociais (Granovetter, 1985).

A Cooperfamiliar e a Cooper Fonte Nova conseguiram, em grande parte por causa do PAA, consolidar-se como organizações sociais referenciais na comercialização de produtos da agricultura familiar e organização social. A participação ativa dos atores locais faz diferença na operacionalização do PAA. Müller et al. (2007b) ao analisarem a experiência de quatro municípios no RS (São Lourenço do Sul, Pelotas, Tapes e Caxias) com o PAA, indicam que a participação dos atores sociais é um fator de significativa importância para o sucesso do Programa.

Pelo estudo dos casos, foi possível perceber que a presença de cooperativas, associações, organizações não-governamentais e demais entidades sociais é um sinal de comprometimento com o Programa, o que potencializa seus resultados e aumenta sua importância na realidade na qual intervêm (Müller et al., 2007, p. 69).

Rocha et al. (2007), ao analisarem o PAA no Estado da Bahia, destacam que, embora os mecanismos de controle social existam na concepção do Programa, são, na prática muito incipientes. Dos municípios analisados na Bahia, em nenhum “foram identificados os mecanismos de controle social, ou mesmo as instâncias onde esse se daria.” (Rocha, 2007, p.162)

O conceito proposto por Fligstein (2007) e que contribui para a compreensão dessa experiência é o de “habilidade social dos atores”. Essa habilidade de mobilização desenvolvida deve-se, em grande parte, à capacidade de articulação dos integrantes das cooperativas, das instituições públicas, das instituições sociais e das famílias beneficiárias em torno do PAA.

Esse processo de articulação de atores locais na gestão social do PAA, em curso na Região Celeiro, é fruto de uma mobilização social iniciada no final dos anos 90. Toda essa rede de mobilização de atores locais em torno da construção de propostas para o desenvolvimento regional tem como marco inicial, em Crissiumal, a criação do Programa Pacto Fonte Nova, e sua consolidação com a constituição da Cooper Fonte Nova e a inserção no PAA. Já em Tenente Portela, essa mobilização iniciou com a discussão da necessidade de mudança da matriz produtiva, da criação da Cooperativa Cooperfamiliar e se consolidou com a inserção no PAA. A origem do Programa em Tenente Portela é relatada por um membro do Comitê Gestor:

O Projeto foi discutido em 2004. Mas, ele tem elementos que antecedem isso, que é a própria discussão que os movimentos sociais já vinham fazendo, em relação à necessidade de mudar a matriz produtiva que estava baseada na produção de grãos e voltar essas pequenas propriedades para a produção de alimentos. Então, em 2004, começa a mobilização das entidades, a discussão e a visita a outros projetos pilotos (entrevista 03, extensionista rural, Tenente Portela).

Cabe ressaltar que as cooperativas participam de espaços de discussões e “lutas” junto com outras entidades, por se tratar de demandas similares àquelas que elas travam. Um exemplo é o da Cooperfamiliar, que participa da rede de comercialização do leite Dalacto³⁵.

Destaca-se, também, a contribuição do Programa para o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, na medida em que valoriza o cooperativismo como forma legítima de organização e estimula o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão das cooperativas. O planejamento e a descentralização na gestão de cooperativas podem ser percebidos em Tenente Portela. A Cooperativa Cooperfamiliar implementou um processo de gestão baseado na participação e controle dos associados. Não existe mais a figura do Presidente, a Cooperativa criou um “Conselho de Administração”, no qual participam a diretoria e os coordenadores de cada setor da Cooperativa: Ater, Comercialização, Contábil e Administrativo.

Esse conselho administrativo *mudou a concepção de gestão*, não existe mais presidencialismo. Nós alteramos o conselho onde nós temos cada setor, seja de que área for, do Ater, da comercialização, do contábil, do financeiro, todos participam do conselho gestor, inclusive a direção, nós nos sentimos dentro da ação e quebramos como uma hegemonia terrível porque a concepção de gestão era impositiva, ditatorial. Ainda têm uns deslizos, quando se diz: eu sou o coordenador geral. Parece que isso o torna menor diante do conselho, mas aos poucos o quadro social vai sentido que deve fazer parte do processo e ser mais útil (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Para os integrantes das cooperativas, o PAA proporcionou colocar em prática os princípios da gestão social. Eles enfatizam que o mais importante é essa articulação e mobilização social que foi gerada com o Programa.

³⁵ A Rede Dalacto, ligada a Associação Gaúcha de Empreendimentos Lácteos – AGEL, é formada por 15 cooperativas e/ou associações do setor lácteo, pertencentes a 12 municípios da região, assim distribuídas: Ijuí (Cooperlei); Santo Ângelo (Coopasa); Santo Cristo (Coopasc); Panambi (Copec); Pejuçara (Cooperlatte); Vista Gaúcha (Coopervista); Catuípe (Coopertrês e Aderca); Jóia (Coopermis); São Martinho (Comprol); Tenente Portela (Cooperfamiliar e Coopertenpo); São Valério (Coopervalério); Inhacorá (Coopercorá); e São Miguel das Missões (Coopaf). Fazem parte da Rede mais de 3.500 produtores (agricultura familiar) produzindo anualmente, mais de 48 milhões de litros de leite, correspondendo a um faturamento anual acima de R\$ 33 milhões.

A grande jogada é que se perpetue é a metodologia, as pessoas têm que se reciclar, mas a metodologia tem que permanecer igual. [...] Todos têm que estar a fim de se desafiarem. O Programa propicia fazer esta discussão do repensar a prática (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

A inserção no PAA para as cooperativas garantiu um grande impulso e permitiu o fortalecimento e a expansão das mesmas. No início do Programa a Cooper Fonte Nova tinha 24 sócios, hoje já são mais de 174 agricultores sócios da cooperativa.

Em 2005 nós já éramos parceiros do governo para compra de merenda (via CONAB) e o nosso quadro pulou de um dia para o outro de 24 sócios para 80 ou 90 sócios (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Percebe-se que as cooperativas atuam com uma estrutura física limitada, e não possuem máquinas e equipamentos. Em Crissiumal a cooperativa tem sua sede construída em parceria com a Associação Comercial e Industrial-ACI. Ela ocupa uma sala e o auditório no prédio da ACI. Em Tenente Portela, a cooperativa funciona em uma sala ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em um “armazém” cedido em comodato pela Prefeitura Municipal. Essa diferenciação das cooperativas tradicionais (estrutura física, controle social, entre outros) é percebida na fala dos atores sociais.

A nossa (cooperativa) é voltada ao agricultor. O nosso lucro não é para gerar capital físico, construir prédios e enriquecer a cooperativa. A cooperativa tem que dar a oportunidade para o produtor crescer, nós pensamos para o produtor. Quem tem que ter retorno é ele, não a cooperativa (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Essa integração de várias instituições e atores em torno do PAA tem favorecido não só o fortalecimento das cooperativas, mas das organizações e instituições participantes do Programa, além da construção de políticas integradas.

6.2.1 Qualificação da produção de alimentos da agricultura familiar

Esse envolvimento dos diversos segmentos sociais e governamentais permitiu a articulação de políticas integradas. Dentre elas, destaca-se a política de qualificação dos agricultores familiares fornecedores do PAA. Para as cooperativas, é imprescindível a qualificação de todos os setores envolvidos: agricultores familiares, técnicos de extensão

rural, das Secretarias Municipais de Agricultura, serviço de inspeção sanitária e consumidores.

A adoção de um “novo modelo produtivo” exige uma demanda maior de informações e especialidades. Segundo integrantes das cooperativas, a troca de experiências, idéias entre técnicos e associados, implica na construção social do conhecimento, na constituição de um processo contínuo de capacitação. É o que Sabourin (2001) chama de construção de Sistemas Locais de Conhecimento (SLC)³⁶, construídos pelos próprios agricultores familiares em suas relações sociais com outros agricultores (relações de proximidade, de parentesco formal e simbólico, de reciprocidade e de troca mercantil, ou seja, mediada pelo mercado, entre outras). Além disso, outros atores (prestadores de assistência técnica, lideranças locais, etc) também participam ativamente da construção de espaços sociotécnicos locais, em que são intercambiadas informações e práticas acerca da produção agrícola. Esses espaços podem ser de cunhos distintos: cotidiano-produtivos, comerciais ou socioculturais.

Os SLC são redes complexas e sinérgicas de relações sociais, técnicas, comerciais e culturais, de intercâmbios, fluxos de informações e de práticas, mais ou menos densas e estruturadas entre sujeitos locais, suas organizações e demais atores da esfera local e regional (SABOURIN, 2002 apud SANTIN et al., 2009, p. 67).

Para Santin (2005), a composição dos SLC não é dada *a priori*, depende da configuração do leque de atores. Segundo a autora, não se pode definir antecipadamente que extensionistas, pesquisadores ou religiosos formam parte de um dado SLC, pois em alguns contextos as lideranças locais, e em outros o setor empresarial ou o setor governamental, acabam desempenhando um papel decisivo.

As experiências analisadas configuram-se como uma rede complexa de intercâmbios, fluxos de informações e de práticas. As relações no interior dessa rede são estruturadas por interesses e estratégias de fortalecimento da produção de alimentos no espaço local e regional.

Assim, o estudo evidencia que essas experiências aparentam estar “caminhando” para o que Sabourin (2001) denomina de “sistema local de conhecimento”. Constata-se a existência de intercâmbio de conhecimentos entre agricultores, técnicos e instituições sociais, dentro e fora dos municípios. Esta articulação da rede social forma ambientes privilegiados

³⁶ Segundo Santin (2005, p. 66-67), esse enfoque de sistema de conhecimento local (Agricultural Knowledge and Information System – AKIS) vem sendo desenvolvido principalmente por Niels Röling e seus colaboradores na Universidade de Wageningen, na Holanda, desde início dos anos 1990, no âmbito do Programa de Pesquisa de Sistemas de Conhecimento. No Brasil, este enfoque está sendo utilizado por pesquisadores vinculados ao convênio Embrapa-Cirad e por ONGs como a AS-PTA, na Região Nordeste, com a finalidade de caracterizar as fontes de conhecimento e fluxos de informação de inovações - voltadas para gestão do conhecimento.

de viabilização de processos educativos, onde são mobilizados distintos atores, assumindo funções que não são especificamente técnicas nem produtivas.

Na medida em que se busca desenvolver um novo modelo produtivo, baseado na produção e comercialização de alimentos, há a necessidade da discussão das características da construção de mercados locais, das questões legais e sanitárias, da qualidade dos alimentos, ética, entre outros. A compra de alimentos pelo PAA não desobriga os agricultores familiares fornecedores do cumprimento das regras de acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos. Os agricultores fornecedores do PAA são orientados pelas instituições locais que gerenciam o Programa, a produzir da mesma forma que produzem a produção para o consumo (que geralmente é feita de forma orgânica ou agroecológica), e por sua vez, serão os mesmos produtos vendidos ao Programa.

Nós temos buscado trazer produtos de qualidade (Comitê Gestor). Para isso quem produz tem que saber qual processo de produção ou transformação, embalagem, está adotando e procurar dar o máximo de qualidade. Produtos de origem animal seguem a legislação vigente, todos os outros produtos vêm inspecionados com qualidade garantida, nós temos buscado (através da qualificação) que eles obedeçam às normas e os padrões mínimos exigidos pela produção (entrevista 03, extensionista rural, Tenente Portela).

Em Crissiumal, desde o início do Pacto Fonte Nova, foi adotada a estratégia de trabalho de oferecer à comunidade cursos, reuniões, excursões, seminários e visitas, de forma que o envolvimento das pessoas nas atividades facilitasse sua articulação e organização. Os agricultores e técnicos tinham a preocupação com a qualidade dos produtos, com o atendimento das determinações imposta pelo Programa em função da criação da marca Fonte Nova.

Para aderir ao Pacto Fonte Nova, o agricultor chegava e dizia: eu quero fazer parte do Pacto Fonte Nova. Daí o técnico ia lá e via as instalações dele, se estavam adequadas ou teriam que construir uma sala adequada. Segundo passo eles assinavam um termo de compromisso onde eles aderem o Pacto Fonte Nova e comprometem-se a receber a visita do técnico, e também fazer um curso por ano na área de produção e gerenciamento da agroindústria (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Outro aspecto a ser destacado em relação à qualificação dos agricultores e técnicos em Crissiumal, diz respeito ao ineditismo da orientação dada no início do programa para a agroindustrialização. Algumas atividades agroindustriais implementadas com o Programa, não faziam parte do cotidiano das atividades assistidas pelos técnicos. Esse fator implicou em uma busca de informações e aprendizagem coletiva dos técnicos e agricultores.

Segundo os agricultores entrevistados, a participação em cursos, reuniões, feiras, excursões, visitas técnicas é algo necessário tanto para o fortalecimento do programa como para eles, uma vez que neste espaço eles se vêem como parte integrante de um processo coletivo de aprendizagem. É importante destacar que, embora haja o condicionamento dos agricultores para que participem de cursos de capacitação/formação, há a preocupação de se valorizar os saberes por eles acumulados.

Às vezes eles (os agricultores) acham que a forma que eles fazem está errada, a gente mostra que não, falamos que eles têm que mostrar a cultura deles e não modificar e fazer como os restaurantes, as indústrias fazem, têm que trabalhar melhor só os aspectos de higiene e sanitário (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal).

Este estabelecimento de parcerias com instituições, prefeitura, técnicos e agricultores proporcionou a consolidação do Programa e o desenvolvimento de várias ações em conjunto e, entre elas, destacam-se: a participação em feiras, a capacitação de técnicos em turismo rural, ações de divulgação dos produtos, dias de campo, projetos de educação ambiental, realização de festas gastronômicas, entre outros.

O acompanhamento dessas ações de qualificação é realizado pela equipe da Cooperativa e pelo Conselho Técnico³⁷ que compõe o Programa Pacto Fonte Nova.

O grupo técnico ligado ao Fonte Nova são vinte e uma pessoas, contando técnicos da Unitec, da Emater, da Secretaria da Agricultura, mais os funcionários da prefeitura que fazem a elaboração dos rótulos. Então, para acompanhar a qualidade desses produtos nós designamos cada técnico desses para uma atividade e fica mais fácil de acompanhar mais de perto (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Ressalta-se que, além do reconhecimento das instituições, dos técnicos e dos agricultores da importância da capacitação, o comércio local vislumbrou uma possibilidade de incremento nas vendas com o fortalecimento da agricultura familiar. Desde o início dessa mobilização social, em 1997, com uma das primeiras iniciativas que contribuiu para a criação do Pacto, o Programa de Fortalecimento da Atividade Leiteira – Via Láctea³⁸, o comércio local tem sido parceiro na viabilização de recursos para a promoção de capacitações.

³⁷ Composto por Engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos em agropecuária, vigilantes sanitários, nutricionista e extensionistas, vinculados à instituições do município. Esses profissionais são responsáveis pela realização de visitas às agroindústrias, pela promoção de reuniões, palestras, cursos, excursões, além de fomentar a pesquisa e fiscalizar a qualidade dos produtos.

³⁸ O programa Via Lácteo foi criado com o objetivo de ampliar a produção de leite, a fim de manter os produtores no campo e aumentar a arrecadação municipal. Com o programa Via Lácteo, em 10 anos Crissiumal

Quando nós começamos trabalhar aqui com o Via Láctea e o Fonte Nova, a primeira coisa que foi esclarecida para eles (o comércio) foi de que, se não desse bem no interior, menos daria na cidade porque o recurso vem todo do interior. Hoje qualquer loja, qualquer empreendimento depende do interior (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Hoje do comércio, temos trinta e poucas lojas que contribuem mensalmente com R\$ 50,00 para os cursos que são promovidos pela Cooperativa e pelo Via lácteo para os agricultores. Esse recurso cobre os custos com a alimentação (entrevista 15, membro da cooperativa, Crissiumal).

Em Tenente Portela, com a articulação dos atores sociais nesse Programa, surgiram também projetos e parcerias, destacando-se os seguintes:

- a) Projeto de Capacitação de Agricultores Familiares da Região Celeiro para produção e comercialização em rede de produtos agroecológicos e Capacitação em Gestão de Cooperativas de produção de leite no Noroeste do Rio Grande do Sul. Este projeto foi desenvolvido pela Cooperfamiliar, Unijuí, Emater/RS-Ascar, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.
- b) Projeto de Formação de Indígenas como Agentes Multiplicadores e de Núcleos Familiares de Produção Agroecológica e Agroindustrial da Terra Indígena do Guarita no município de Tenente Portela, com recursos do PPIGRE. Este projeto objetiva a inclusão dos agricultores indígenas no programa, sendo uma parceria da Unijuí, Cooperfamiliar, Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Comim, Emater/RS-Ascar.
- c) Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (Sistemas de Produção e Agroindustrial) realizado no município de Tenente Portela, parceria entre Unijuí, Cooperfamiliar, Emater/RS-Ascar e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Tenente Portela.

Esses projetos foram desenvolvidos durante o ano de 2007 e 2008, com diferentes agentes do desenvolvimento local/regional e com financiamento do Estado. A política de capacitação e qualificação da produção de alimentos é um dos focos da Cooperfamiliar. No projeto de “Capacitação de Agricultores Familiares da Região Celeiro para produção e comercialização em rede de produtos agroecológicos” e “Capacitação em gestão de

Cooperativas de produção de leite no Noroeste do Rio Grande do Sul”, foram capacitados mais de 129 agricultores familiares distribuídos nos seguintes cursos³⁹: 21 agricultores no curso de Boas Práticas de Fabricação, 22 agricultores no curso de Panificação e Massas, 06 agricultores no curso de Processamento Artesanal de Carne Suínos-Embutidos, 04 agricultores no curso de Processamento Artesanal de Leite-Laticínios, 11 agricultores no curso de Processamento Artesanal do Pescado, 30 agricultores no curso de Produção de alimentos-Base Ecológica e 35 agricultores no curso de gestão de Cooperativas.

Com a inserção no PAA, a Cooperativa começou a discutir um programa de assistência técnica e extensão rural - ATER para a produção de alimentos. O PAA proporcionou para a Cooperativa um espaço de reconhecimento social, e em função disso, ela consegue fazer o processo de articulação regional.

Como nós trabalhamos com cinco municípios e conseguimos agregar esses cinco em função do PAA, independente de cor partidária, religião ou linha de organização política dos agricultores, nós podemos sentar todos em torno de uma mesa para discutir o PAA. Quando nos discutimos o PAA nós direcionamos, canalizamos o foco da Emater, da Prefeitura e do Sindicato pra uma direção (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Em 2008 a Cooperativa conseguiu o credenciamento⁴⁰ no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER para desenvolver atividades de ATER. Segundo a fala dos integrantes da Cooperativa, o PAA foi o “responsável” por esse processo de articulação da ATER.

³⁹Todos os cursos ligados à área de processamento de alimentos foram desenvolvidos no Cetreb - Centro de Treinamento de Agricultores de Bom Progresso, administrado pela EMATER/RS, localizado na microrregião de abrangência do projeto. O Centro possui unidades didáticas e instrutores qualificados e utiliza uma metodologia que mescla atividades teóricas com atividades práticas.

⁴⁰ O credenciamento é o procedimento necessário para todas as entidades e instituições que objetivam firmar parcerias com a SAF/DATER, recebendo recursos financeiros e compondo a rede de serviços de ATER no Brasil, articulados em torno dos eixos definidos na PNATER. As entidades que são credenciadas atendem aos seguintes critérios: ter base de ação definida territorial e geograficamente, infra-estrutura disponível, capacidade operacional e dimensionamento adequado da equipe técnica e de apoio em relação ao trabalho a ser realizado, área de abrangência e número de beneficiários a serem atendidos, equipe técnica qualificada para a execução dos serviços de Ater; dispor de um quadro de profissionais multidisciplinar devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais, quando for o caso; atender às categorias sociais que são públicos da Pnater: agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, assentados pelos programas de reforma agrária, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e outros públicos beneficiários das políticas do MDA; atuar nas questões de gênero, geração de renda, raça e etnia; prestar orientações técnicas com ênfase no uso sustentável dos recursos naturais renováveis, eliminação de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM's), preservação e aumento da biodiversidade; atuar mediante o uso de metodologias participativas e outras temáticas de trabalho desenvolvidas pela SAF; submeter-se aos mecanismos e procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação das atividades contratadas e/ou conveniadas, sendo que, caso constatado o não cumprimento dos serviços contratados, a instituição será descredenciada; renovar o credenciamento a cada 2 anos.

Fizemos uma auto-avaliação de quanto evoluímos de um ano para o outro e este algo a mais é possível verificar. *Começamos o PAA com uma pessoa, hoje estamos em 15 pessoas. É um crescimento muito grande em quatro anos. O PAA desencadeou o Ater, o administrativo, a organização dos cursos de capacitação, de cooperativismo, projetos de pesquisa*, desencadeou um volume que envolve 15 profissionais dentro da Cooperativa (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela - grifos nossos).

Agora a proposta é discutir a ATER de forma conjunta com as outras entidades que participam da PNATER. Uma das ações articuladas de assistência técnica e extensão rural na qual a Cooperativa participa é o Programa Pesquisa-Desenvolvimento em Pecuária de Leite⁴¹ que é desenvolvido na região Noroeste Colonial.

Tem uma ação que é Ater e pesquisa (se referindo ao Programa Pesquisa Desenvolvimento), assistência técnica de campo e ao mesmo tempo estabelecimento de uma relação com a pesquisa, o pesquisador pesquisando na propriedade com uma visão do toda a unidade. Já temos duas unidades e queremos ampliar...

Cruzou muita gente no mesmo trilho. Essa é a idéia em nível de região (criar um sistema de ATER), tem propriedade que tem trilho e tem outras propriedades que nunca foi alguém até lá (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Outro ponto que diz respeito às ações de ATER desenvolvidas pela Cooperativa é o redirecionamento de ações. Desde a sua constituição a Cooperativa mantinha uma agropecuária para vendas de insumos e implementos aos associados. Com a discussão da necessidade de assistência técnica e extensão rural para a produção de alimentos, a Cooperativa começou a discutir a manutenção dessa atividade. Segundo a visão dos integrantes da Cooperativa, manter esse controle sobre a venda de insumos é a reprodução do sistema criticado pela Cooperativa. É continuar impondo para os agricultores os pacotes tecnológicos da “revolução verde”.

Enquanto nós tínhamos a agropecuária era um gargalo nosso. [...] agora nós não temos a obrigação de vender tal medicamento ou levar aquele subproduto dele. Nós temos a obrigação de levar ao conhecimento, de trocar saberes com os agricultores. É ele (agricultor) que deve fazer um trabalho lá na propriedade dele, um biofertilizante, uma calda (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

⁴¹O Programa Pesquisa-Desenvolvimento em Pecuária de Leite é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Governo do Estado do RS, através da Emater/RS-Ascar. Ele tem um caráter inédito e desafiador ao propor a união do capital intelectual de profissionais da extensão rural, da pesquisa, do ensino e das cooperativas. Fazem parte do projeto 52 propriedades rurais da Região Noroeste que recebem sistematicamente acompanhamento técnico.

A Cooperativa também intermedia a compra coletiva de insumos e produtos. É uma estratégia que organiza as famílias para, juntas, comprarem os produtos/insumos que necessitam, e a Cooperativa só viabiliza essa negociação com as empresas.

Hoje, com o processo de compra coletiva de semente de aveia, ela vai fazer com que o agricultor seja beneficiado com tantos centavos a menos se passasse por dentro da Cooperativa e vendesse para o agricultor. Então é só intermediar o processo, nós somos só um mediador, não precisamos fazer a gestão da propriedade (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

6.3 Dinamização das economias locais e a construção social de novas alternativas de comercialização

Pela análise do PAA na Região Celeiro, constata-se que o Programa funciona como um instrumento de dinamização da economia local, com impactos na arrecadação dos municípios e na construção e implantação de políticas públicas integradas. A experiência de comercialização através do PAA contribuiu para o planejamento da produção para novos mercados. Além disso, a inserção no Programa oportunizou a discussão de ações que geram demandas potenciais, como: estruturação de agroindústrias, implementação de redes solidárias, discussão da construção de um mercado permanente da agricultura familiar, organização da produção, conquistas de novos mercados, resgate de saberes socioculturais, desenvolvimento do turismo rural, além da promoção da autonomia/empoderamento dos agricultores através da organização dos mesmos.

O PAA contribuiu para melhorar o sistema de arrecadação municipal, pois uma grande parte dos produtos comercializados não eram vendidos com nota do Bloco do Produtor e passaram a sê-lo após a implantação do Programa.

Quando o prefeito viu os números e o retorno do ICMS, onde só no município de Tenente Portela o Programa deu de retorno R\$ 102.000,00. Isso mexe em todos os ângulos, na concepção da organização da produção, no sistema de Ater, no setor tributário de como tirar uma nota (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

A grande variabilidade de produtos comercializados pelo PAA (são mais de 30 tipos de alimentos) fortalece o território, uma vez que diminui a dependência de mercadorias externas e desacelera a transferência monetária para outras regiões. Essa comercialização de produtos dos agricultores familiares potencializa a dinamização da economia local, pois o capital proporcionado pela venda e a agregação de valor dos produtos não circula somente no

meio rural, mas também no espaço urbano. E essa dinâmica de valorização do consumo de mercadorias de origem local fortalece a economia local.

[...] isso (se referindo à comercialização de produtos) faz o recurso ficar no município e esse dinheiro não vai para fora porque vinham caminhões e caminhões da Ceasa vender os produtos aqui e esse dinheiro ia para fora. Agora esses recursos das vendas como das agroindústrias, esse dinheiro fica aqui, ele não sai do município, isso é bom para o município e bom para o comércio. Dá para fazer uma distinção do como era antes e de como é agora em qualquer comércio aqui. Se tu pegares desde o comércio de roupa, supermercados, a linha de agropecuária, até a médica, aumentou, qualquer linha que você pegar aqui, cresceu tudo em função da agropecuária ter crescido (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal)

6.3.1 Novas alternativas de comercialização

Com o incentivo ao aumento da produção de alimentos nas unidades familiares, a busca e a construção de novos espaços de comercialização tornam-se necessários. O mercado local é tido como espaço preferencial de comercialização dos alimentos, tanto pelos agricultores familiares quanto pelas cooperativas. Estrategicamente, como analisa Maluf (2004), são realmente os circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo que devem ser conquistados pela produção artesanal de alimentos para sua consolidação inicial.

Para Wilkinson (2000), pode-se identificar quatro formas tradicionais de acesso ao mercado: acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria; e compras por parte do poder público. Como essas formas de inserção foram identificadas no início desse capítulo, resta destacar que o MIA, juntamente com o mercado local (formal e informal), com os mercados de produtos orgânicos e/ou agroecológicos (feiras itinerantes, entrepostos, etc.), configuram-se como elementos estratégicos para o fortalecimento da agricultura familiar na região. O grande desafio, segundo o autor, dentro da perspectiva de construção social de mercados, é

transformar processos e produtos locais que criam mercados como extensões e desdobramentos de redes sociais em produtos e processos com capacidade de viajar e de manter as suas características específicas mesmo face a consumidores desconhecidos (Wilkinson, 2000, p. 28).

Para o autor, a ampliação das redes sociais e conseqüentemente do alcance dos mercados, passa pela padronização da qualidade dos produtos e pelo reconhecimento de uma qualidade específica através da certificação, que ancora valores em formas de produção e de vida e não apenas na qualidade impessoal do produto. Desta forma, a associações positivas dos produtos da agricultura familiar com valores da comida caseira, e a combinação do

artesanal com conteúdos sociais e ambientais, torna-se uma estratégia importante para a comercialização de produtos da agricultura familiar. É o que de certa forma vem acontecendo em Crissiumal, com a consolidação da marca Fonte Nova e o resgate de produtos artesanais. Esse resultado pode ser percebido na fala de integrantes da Cooperativa: “Quando falamos de embutidos e defumados, ele resgatou o que se produzia a 40 ou 50 anos atrás...”. (entrevista 07, agricultor familiar, Crissiumal).

Embora o foco sejam os circuitos locais/regionais de produção, distribuição e consumo, evitando disputar mercado com as grandes empresas do setor agroalimentar (MALUF, 2004), com implantação de agroindústrias familiares, principalmente em Crissiumal, a situação leva à necessidade de aumentar a escala de produção para além da capacidade do mercado local (SILVEIRA; HEINZ, 2005). Essa necessidade relaciona-se com os custos operacionais e encargos que passam a onerar o empreendimento após a legalização.

Na busca pelo mercado externo, a Cooperativa procura utilizar estratégias solidárias de comercialização, seja na viabilização da comercialização em feiras esporádicas, ou na discussão de alternativas de comercialização em conjunto com os agricultores familiares e as entidades parceiras do Programa. Com isso, é possível atingir centros urbanos maiores, onde os produtos da agricultura familiar não fazem parte das dinâmicas produtivas praticadas.

Agora já têm 10 ou 12 agroindústrias que vendem para fora. Para isso é importante a Cooperativa, para comprar um caminhão, organizar toda esta produção para poder levar para fora. Em vez de doze vai apenas uma camionete levar esses produtos e o resto deixa de se preocupar e gastar com esse problema (entrevista 07, agricultor familiar, Crissiumal).

Para os agricultores entrevistados ligados à Cooper Fonte Nova, há a necessidade de a Cooperativa articular outros canais de comercialização para além do local. Neste sentido, a cooperativa vem articulando algumas ações, como a intermediação da comercialização com redes de supermercados e a venda de produtos no balcão da Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Ceasa, em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul- Fetag.

A busca de mercado é constante, a gente tem levado produtores a Passo Fundo para colocar melado na rede Zaffari. No início nós ajudamos um produtor e hoje ele não consegue atender uma cooperativa de Panambi porque não tem produto suficiente, nem todos juntos. Abrimos para alguns uma parceria com a Fetag, na Ceasa, onde tem um balcão de vinte metros. Poderíamos colocar mais gente, mas depende do Cispoa ou Suasa e o alvará no caso do açúcar mascavo. É uma constante busca de mercado pela Cooperativa para quem tem produto sobrando (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Apesar de ser uma estratégia adotada pela Cooperativa, a inserção na cadeia longa de comercialização traz algumas dificuldades, como os custos de transação (negociações, cadastramento de produtores, “enxoval”⁴², etc.). Em função disso, uma estratégia da Cooperativa é estabelecer relações diretas com restaurantes, pequenas redes de supermercado, entre outras.

A inserção no MIA tem contribuído para a criação e ampliação dos circuitos regionais de produção e comercialização de alimentos. O PAA proporcionou, em Tenente Portela, o debate de uma nova estratégia de comercialização, articulada através de uma rede de economia solidária: a construção do Mercado da Agricultura Familiar. Segundo Pandolfo (2008), o mercado da agricultura familiar é uma estrutura que está sendo construída para comercialização dos produtos dos agricultores familiares e indígenas, e é voltada à a cultura e a gastronomia.

No início da discussão, a idéia era articular esse mercado para a inserção dos agricultores familiares pertencentes à micro região de Tenente Portela⁴³, mas a discussão ampliou-se e hoje o mercado está sendo projetado para ser um Centro Regional Integrado de Comercialização (Produtos Agroecológicos e Artesanato Indígena), Cultura e Gastronomia do Território Noroeste Colonial⁴⁴. Para os integrantes da Cooperativa, esse canal de comercialização nasce mais “forte” porque ele estabelece a comercialização em rede. Ele vai funcionar como um “balcão de negócios” do território. Com isso, ele vai beneficiar todos os grupos articulados do território.

O mercado fixo e restaurante, ele vai ser a base do território de comercialização de produtos da agricultura familiar, vai estabelecer relação com os outros territórios, vai ser um balcão de negócio. Nessa situação do balcão de negócio o agricultor vai ter mais autonomia para fazer o que entende com seu dinheiro, além de que a Cooperativa auxilia para melhorar a qualidade na oferta do produto com um selo, uma marca, prestar um serviço ao agricultor, com volume, com qualidade, uma certificação, um amparo maior nesse processo (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

⁴² Trata-se de uma doação em produtos solicitada pelas redes de supermercado, quando do cadastramento de produtos. Ela serve para apoiar campanhas de promoção nas lojas que visam a atração da clientela e é justificada, pelo supermercadista, como uma oportunidade de divulgação dos produtos.

⁴³ Incluem os municípios de Tenente Portela, Derrubadas, Vista Gaúcha, Miraguaí, Barra do Guarita.

⁴⁴ O Território da Cidadania Noroeste Colonial - RS abrange uma área de 13.334,30 Km² e é composto por 34 municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha. A população total do território é de 368.704 habitantes, dos quais 105.826 vivem na área rural, o que corresponde a 28,70% do total. Possui 32.238 agricultores familiares, 960 famílias assentadas e 2 terras indígenas.

A Cooperativa atua como motivadora dessa rede e propõe que a gestão desse centro seja realizada por um conselho (que poderia ser o do PAA).

Nós somos apenas um parceiro para motivar e se a rede tiver formada melhor e que a gestão do mercado da rede seja com esse conselho e que a Cooperfamiliar seja um instrumento. O mercado da rede é que o grupo faça a gestão para não criar outras estruturas. O mercado entra em ação neste ano de 2009 (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

A idéia também é fortalecer uma rede que já existe na região, que foi formada de modo natural, que é a do “Produtos da Nossa Terra”⁴⁵. Há mais dez anos é realizada todo ano uma mostra de produtos da agricultura familiar em um município diferente que compõe a micro região de Tenente Portela, trabalho esse é organizado pela Emater/RS-Ascar, Prefeituras Municipais, Igrejas e Movimentos Sociais. A Cooperativa destaca a necessidade de fortalecer essa marca, essa ação permitiria identificar os produtos da região e favoreceria o processo de comercialização junto aos consumidores.

Outra estratégia de comercialização que está sendo construída pela Cooperfamiliar é a implantação de “Feiras Itinerantes”. Embora haja muitas vantagens apontadas pelos produtores em comercializar na feira, esta tem algumas limitações como canal de comercialização, dentre elas, por ocorrer em boxes e tender ao processo individual de comercialização. Em razão deste e outros fatores, que a própria Cooperativa construiu uma proposta alternativa de comercialização em feiras. Segundo pesquisas realizadas pela Cooperfamiliar, há dados que demonstram que os consumidores da feira não moram muito distantes delas. Embora a maior parte dos feirantes sejam fornecedores do PAA e sócios da Cooperativa, eles são resistentes a algumas mudanças propostas por ela, como a flexibilização de horários, aumento do número de produtores na feira, entre outros. Os feirantes criaram um sistema de “autodefesa”, a inserção de novos agricultores na feira é permitida somente se o agricultor produzir um produto diferente do que é comercializado habitualmente. Segundo entrevistados da Cooperativa, embora esse aspecto facilite o consenso grupal, tende a reforçar as barreiras excludentes de acesso ao grupo, é a prevalência de laços fortes.

⁴⁵ Evento que surgiu no ano de 2000, numa iniciativa de vários segmentos da comunidade com objetivo de divulgar e valorizar os produtos produzidos na microrregião, despertando para novas potencialidades. A primeira edição ocorreu no município de Tenente Portela, passando a partir daí a ser um evento itinerante como forma de integrar os cinco municípios participantes; Tenente Portela, Derrubadas, Barra do Guarita, Vista Gaúcha e Miraguaí.

Eles não querem se adequar ao consumidor, horário, não abrem mesmo. Poderia se fazer horário alternativo. Eles se “adonaram” do box. Poderiam entrar outros feirantes, mas eles têm o regimento interno e não mexem (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Em função disso, foi encaminhada para o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA uma proposta de participação para aquisição de barracas e balanças do Programa de Feiras da Agricultura Familiar. A idéia é criar mais um espaço alternativo de comercialização com feiras intinerantes nos bairros da cidade, envolvendo toda a produção dos associados da cooperativa. Para tal, a Cooperativa planeja articular os núcleos de produção, fazer o transporte dos produtos (para quem não tem estrutura própria de transporte) e comercializar coletivamente. Segundo a Cooperativa, em cada local teria um agricultor comercializando a sua produção e dos demais agricultores, com isso ela pretende romper a individualidade no processo de comercialização e tornar a feira mais popular.

O feirante tradicional ele vinha de carretinha, hoje vem de camionete e aquele produtor que tem produto como ovos, verduras e outros, não consegue vender por que não como trazer o produto. Agora a gente vai buscar, pois queremos tornar a feira popular. Quem ganha são os feirantes que constroem uma relação direta com os consumidores... Precisa existir o diálogo do consumidor com o produtor, é uma troca de energia entre o meio rural e a cidade (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Além dessas estratégias, a Cooperativa está discutindo também a venda personalizada, através de cestas de alimentos com produtos da agricultura familiar. Para Darolt (2003 apud Schimdt, 2004, p. 45), a comercialização em cestas e a entrega em domicilio trazem vantagens, como a regularidade no sistema de produção, o conhecimento com antecedência mínima dos produtos a comercializar, a possibilidade de contato entre agricultor e consumidor, maior margem líquida de comercialização e recebimento do dinheiro a vista ou no curto prazo. Esta estratégia de comercialização está sendo construída com os associados porque ela depende de uma diversidade de produtos, da regularidade de produção e de uma logística (as cesta seriam semanais) de organização e transporte.

[...]Aí entra a personalização do produto, ele vai poder optar pelo produto orgânico, por consumir o suco de Frederico Westphalen, com certificação e inspeção, o vinho de Erechim, a fruta de Tenente Portela. Essa é a idéia que tenha várias ações, vamos de encontro ao consumidor para servi-lo do jeito que ele quer. Aí estamos pensando em toda esta logística porque para sobreviver nesse mercado competitivo e desigual nós temos que ser muito profissionais. Da forma como está nós força a entrar num ramo e sermos muito bons. Temos que estar organizados e preparados e buscar as parcerias, profissionais e instituições que tem respaldo para fazer o suporte, porque quem somos nós para entrar num mercado desses, temos que entrar bem “balizados”

(entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela).

No que se refere a contribuições do PAA na construção de novos mercados, percebeu-se, pelos depoimentos dos entrevistados, que houve um aumento de espaço para a comercialização e divulgação dos diversos produtos, representativos da agricultura familiar. Os agricultores encontram-se mais satisfeitos com os retornos, e destacam como principais vantagens do PAA o fortalecimento da cooperativa e o intercâmbio de idéias, experiências que a inserção no programa possibilitou.

Com esse programa ali (se referindo ao PAA), tu pode plantar que tem certeza de que tu vende bem. Porque se tu tens galinha, tem gado... Muitos anos atrás tu tinha as coisa pra vender e não tinha quem comprava. Hoje não, tu tá produzindo, pode ter bastante, aqui tu vende, este mês, no mês que vem. Isso há muito tempo já tinha que ter acontecido. Agora vou aumentar minha produção, porque tem o mercado que vai funcionar (entrevista 17, agricultor familiar, Tenente Portela).

Pode-se dizer que a inserção no PAA possibilitou uma maior integração dos agricultores com o mercado e a aproximação destes com o consumidor, propiciando estruturar sua produção para atender às necessidades particulares, *in loco*, de determinados grupos de consumidores.

As ações da cooperativa funcionam como um guarda-chuva para toda e qualquer inserção dos agricultores no mercado. Na fala dos atores sociais, percebe-se que o PAA atuou como potencializador dos mercados locais e como mais um elemento na comercialização de alimentos, mas não o único. Em Crissiumal, os agricultores já tinham uma inserção maior no mercado, mas eles destacam que o PAA proporcionou a discussão da comercialização solidária, e possibilitou o aprimoramento das formas de organização para a comercialização.

É preciso relatar que as cooperativas têm se esforçado constantemente na busca por novas alternativas de comercialização. Elas têm a clareza de que não podem se tornar dependentes dos recursos do PAA para acessarem o MIA de alimentos, já que esse mercado depende dos programas de governo, e, como tal, estão sujeitos a mudanças radicais, o que poderia comprometer o sistema de comercialização construído pelas cooperativas. Sem dúvida, a visão da construção de várias estratégias de comercialização é uma das conquistas positivas das Cooperativas.

Outro mercado potencial que já estava na pauta das cooperativas era o fornecimento para a merenda escolar, não só como complementação alimentar. A comercialização para a merenda escolar configura-se como um importante mercado para os produtos da agricultura

familiar, principalmente a partir da regulamentação da Lei 11.947/09, que determina a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar. Cabe destacar o papel de organização e inserção social que estas cooperativas tem tido no esforço de inserção nesse mercado.

6.3.2 Estruturação dos sistemas de inspeção dos produtos

Outro efeito positivo da inserção no MIA de alimentos é a discussão e estruturação dos serviços de inspeção. A compra dos alimentos pelo PAA não desobriga os agricultores fornecedores do cumprimento das regras de acondicionamento, sanitárias e de higiene inerentes à comercialização de alimentos.

Em Crissiumal, juntamente com a criação do Pacto Fonte Nova, foi iniciado um processo de discussão para implantação do Sistema de Inspeção Municipal-SIM. Esse processo estendeu-se por dois anos desde a criação da lei municipal e a regulamentação da mesma⁴⁶.

Para Raupp (2005), a criação do SIM em Crissiumal representou uma aproximação maior dos técnicos e dos agricultores que atuam na agroindustrialização.

A criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Crissiumal representou de fato uma maior aproximação entre os encarregados por esse tipo de serviços e os agricultores que atuavam na agroindustrialização e que a partir desse processo começaram a construir conjuntamente soluções para problemas de forma a atender as situações postas para cada um: para os agricultores manter-se produzindo dentro de condições viáveis e para os técnicos do SIM garantir a qualidade dos produtos que estavam chegando aos consumidores (Raupp, 2005, p. 148).

Para a cooperativa, as exigências para o cumprimento de uma legislação sanitária não consideram a especificidade de uma forma de organização social baseada no regime familiar de vida e produção. Essa inflexibilidade da legislação acaba por excluir uma boa parcela dos agricultores familiares. São freqüentes os relatos de experiências sobre instalações construídas que, quando concluídas, foram condenadas pelos técnicos dos serviços de inspeção, em

⁴⁶ A Lei Municipal nº 1.501, de 6 de abril de 1999, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, só foi regulamentada em 2001, através do Decreto nº 024, de 5 de março, definindo a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do município, através do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (DIPOVA), como responsável pelo exercício da inspeção dos produtos de origem animal.

especial quando se buscava a regularização perante o Sistema de Inspeção Estadual (Raupp, 2005). Em função disso, a discussão do SIM permitiu uma maior flexibilização, e reconheceu a produção e comercialização desses produtos, mesmo que produzidos em instalações mais próximas à capacidade produtiva e financeira dos agricultores familiares.

Das agroindústrias vinculadas à a cooperativa Fonte Nova, catorze são de produtos de origem animal. No que diz respeito aos produtos de origem vegetal, o Programa priorizou o registro, junto a Vigilância Sanitária Estadual. O processo de registro é mais simples do que os produtos de origem animal, e com esse registro as agroindústrias conseguem a comercialização em nível estadual. Nessa perspectiva, apesar da cooperativa priorizar a comercialização em nível local, com a adequação das agroindústrias pela legislação estadual, ela vislumbrava a ampliação dessa comercialização para o mercado regional e estadual.

A cooperativa tem abrangência regional, envolvendo agroindústrias e agricultores familiares de outros municípios, e faz-se necessário ter uma legislação específica adequada à agricultura familiar; em função disso, a cooperativa aderiu à discussão do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária-SUASA. No entanto, há relatos da existência do livre fluxo de produtos agroindustrializados entre os municípios próximos⁴⁷.

O SUASA busca a padronização nacional da sanidade de forma a contribuir no sentido de facilitar a comercialização dos agricultores familiares que desenvolvam a produção agroindustrial em seus estabelecimentos rurais. Segundo Brasil (2006, p. 5), para que haja inspeções pelas normas do SUASA, é necessário que municípios e estados adêquem-se às normas de inspeção e fiscalização que foram, a partir de então, objeto de um esforço de uniformização. Trata-se de um esforço no sentido de compatibilizar as três esferas.

A grande dificuldade enfrentada pelos agricultores, além da adequação das normas sanitárias, eram as diferenças existentes entre o Sistema de Inspeção Municipal, Sistema de Inspeção Estadual e Sistema de Inspeção Federal.

Por que só em Crissiumal eu posso vender? O meu produto é de qualidade, mas se vou para Três Passos ele não presta mais... isso não é certo (entrevista 07, agricultor familiar, Crissiumal).

⁴⁷ A existência dessa área de livre mercado entre municípios próximos foi ressaltada pelos entrevistados e já tinha sido identificado no município por Raupp (2005 p. 183): “Essas microrregiões são formadas por municípios vizinhos que estabelecem um entendimento comum entre as partes e permitem o livre fluxo de produtos agroindustrializados. Essa prática, vista sob a perspectiva da atual estrutura de fiscalização municipal e estadual, é ilegal. No entanto, o que ocorre é uma espécie de “fechar de olhos” para certas regras permitindo o trânsito dos produtos”.

O SUASA foi regulamentado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de 2006, visando eliminar barreiras municipais (e por vezes estaduais) para a venda e transporte de produtos das agroindústrias familiares, a partir da adoção de um sistema único de inspeção (Fetra-Sul, 2007). O município de Crissiumal foi o primeiro município do país a aderir ao SUASA, com a adesão de cinco agroindústrias.

O SUASA, num segundo momento, é para atender também os produtos de origem vegetal. O primeiro passo agora é para os produtos de origem animal, dos 14 empreendimentos que temos cinco se adequaram (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Já em Tenente Portela e região, o PAA proporcionou a discussão do serviço de inspeção municipal. Os municípios não têm regulamentado o SIM, e se tem é específico para o abate de animais, não contemplando as atividades agroindustriais. A Cooperfamiliar, juntamente com as instituições que compõem o Conselho Gestor está discutindo a legislação municipal, levando em conta as realidades locais e características culturais.

Após a implantação dos sistemas de inspeção municipal, já existe a possibilidade da efetivação do “consórcio de municípios” para adesão ao SUASA. Para que o “consórcio de municípios” possa aderir ao SUASA, é necessário que o serviço municipal, regional e/ou estadual de inspeção, juntamente com as agroindústrias interessadas, solicitem a aprovação junto ao SUASA (Fetra-Sul, 2007).

Estamos discutindo o SUASA em forma de consórcio entre os cinco municípios. É preciso estar organizado para que essa proposta do Suasa seja regional, a idéia é unir um grupo de prefeituras por proximidade (entrevista 05, agente público e membro do Conselho Gestor, Tenente Portela).

Outra ação que merece destaque e surgiu com a venda para o PAA, é a criação do “Entrepasto de Ovos”⁴⁸ em Crissiumal. A falta de inspeção impedia a comercialização de pequenas granjas e do excedente da produção. Para tentar resolver esse problema de inspeção e comercialização, a cooperativa inovou ao criar o entreposto de ovos coloniais, mais conhecido como “ovódromo”. A produção de ovos é vendida para a cooperativa, o produtor não recebe dinheiro, mas um “vale-ovo”, que é trocado por mercadorias em estabelecimentos da cidade. A inspeção é realizada por técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura.

⁴⁸ Estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos “in natureza”, oriundos de vários fornecedores.

Segundo dados da Cooper Fonte Nova, são inspecionados mais de cinco mil dúzias de ovos coloniais por mês.

Esse processo evita a troca desse produto por outro como vinha acontecendo, ou seja, o produtor ao trazer ovos para os supermercados trocava por outro produto do supermercado. O agricultor tem um vale ovo e vai trocar no comércio por produtos domésticos. O supermercado terá dois ou três dias para retirar os ovos aqui (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Fotografia 3- Fachada do entreposto de ovos em Crissiumal



Fonte: Banco de dados da Cooper Fonte Nova, 2008.

6.4 Diversificação e as Agroindústrias Familiares

Na agricultura familiar as estratégias de produção estão relacionadas às funções desenvolvidas pelos diferentes membros da família no processo de produção e de decisão, e no controle dos meios disponíveis e do acesso aos instrumentos de trabalho, na tentativa de suprir suas necessidades. Para atingir os objetivos de reprodução da família em todos os seus aspectos, os agricultores geralmente utilizam as mais diversas maneiras para se reproduzirem socialmente e assegurarem a sobrevivência da família e o patrimônio para as futuras gerações (WANDERLEY, 1999). A diversificação das atividades é uma estratégia frequentemente adotada pelos agricultores familiares.

Assim, a diversificação foi concebida pelos agricultores como algo essencialmente importante para a manutenção da unidade produtiva, e está vinculada à geração de receitas para as

despesas diárias. De acordo com Bradenburg (1999), as estratégias de reprodução através da diversificação estão relacionadas não somente à segurança econômica, mas também à social e simbólica. Neste sentido, o autor aponta que:

A explicação da diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva, que é operada pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental ou ecológico, significa ainda, assegurar condições de reprodutibilidade social, à medida que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema (Brandenburg, 1999, p. 132, apud SANTOS, 2005, p. 73).

Quando se fala em diversificação, é preciso compreender a diferença existente entre diversificação agrícola e diversificação rural. A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais atividades agrícolas ou pecuárias em uma propriedade rural. Se o agricultor possuir apenas uma cultura anual como principal fonte de renda, corre risco de perder sua produção devido a agentes externos, como clima, pragas e doenças, e está sujeito às condições de mercado. Se possuir outras atividades, como horticultura, fruticultura e criações, seja para a comercialização ou para o consumo de sua família, terá alternativa de renda mensal e subsistência. Mas é importante ressaltar, conforme defende Silva (2001, p. 15), que “não resolve diversificar apenas a produção agropecuária de uma dada região porque isso traz poucas melhorias na renda das famílias agrícolas mais pobres que dependem dos mercados locais de trabalho”.

A gente sabe que é bom diversificar, mesmo quem tem pouca terra. Só assim, com várias culturas que a gente consegue se sustentar na hora do “apuro” (entrevista 11, agricultor familiar, Crissiumal).

O esforço pela diversificação da produção objetiva não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas também garantir o autoconsumo (Wanderley, 1997). A questão da compra de produtos dos agricultores familiares potencializou a diversificação das atividades nas unidades de produção.

Quando eu vim para cá, faz doze anos, eu via uma realidade. Eu via aquele agricultor entristecido, onde as mulheres trocavam ovos por pão cacetinho. Os caras dos supermercados pegavam as Kombis e iam para o interior recolher ovos, leite, nata, banha, tudo em troca de cacetinho (um tipo de pão), de repolho, de batatinha, etc. *Isso mudou muito, hoje eles têm lá seu pomar, a maioria têm sua horta, mesmo os que não vendem para o programa, mas eles vêm que outro está fazendo.* O exemplo que um passa pro outro é bem interessante, onde o vizinho no início não acredita, mas depois ele vê que aquilo está dando certo, então não é só na venda do produto e na renda que está trazendo para a família da agricultura familiar, mas sim

exemplo para aqueles que não estão no processo (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal- grifos nossos).

Entre os agricultores familiares entrevistados, a prática de cultivar alimentos destinados ao consumo familiar é expressiva. Das vinte e cinco unidades de produção pesquisadas, mais de 75% produzem boa parte dos alimentos consumidos pela família. Os alimentos produzidos para autoconsumo mais citados foram: carnes (bovina, suína e de frango), leite, ovos, feijão, frutas, hortaliças, raízes, tubérculos.

Olha, nós começamos a plantar mais coisas, vimos que isso ia ajudar na nossa alimentação e que poderíamos vender a sobra. Temos feijão, mandioca, batata doce, a horta, as frutas, carne a gente não compra. Isso tudo ajuda na renda e na qualidade da nossa alimentação (entrevista 11, agricultor familiar, Crissiumal).

Constatou-se que a produção diversificada, tanto destinada ao autoconsumo quanto à comercialização, é um importante componente na reprodução social das famílias e na segurança alimentar das mesmas.

Em Tenente Portela, está sendo desenvolvido um projeto que busca resgatar a biodiversidade existente na região, além de valorizar os saberes e culturas locais. O Projeto “Mutirão pelo Resgate e Valorização da Vida”, é desenvolvido em parceria com a Emater/RS-Ascar, Cooperfamiliar, Comim e Secretaria Municipal da Agricultura. Um dos agricultores entrevistados relatou a importância do projeto para a propriedade, na medida em que ele conseguiu resgatar sementes de milho crioulo.

A garantia de comercialização oferecida pelo PAA estimulou a diversificação nas propriedades. No relato dos entrevistados, esse efeito ficou evidente: os agricultores retomaram culturas que até então não tinham um valor comercial ou que não eram valorizadas na unidade de produção.

[...] Comecei processando a farinha da propriedade já que tinha a estrutura do moinho, agora compro milho de outros agricultores e ainda presto serviço, os agricultores trazem o milho e eu faço a farinha. O bom disso é que tenho a comercialização garantida, nem preciso sair de casa (entrevista 22, agricultor familiar, Tenente Portela).

Este efeito estruturante de estímulo para o aumento e sustentação da produção já foi identificado por vários autores em diferentes estudos, como Gazolla (2004), Delgado et al.. (2005), Mattei (2007), Doretto et al.. (2007) e Martins et al.. (2007).

O Programa é bom, porque nós que somos pequenos, onde a cultura de soja não é viável, o Programa incentivou o plantio de alimentos para o consumo garantindo também comércio (entrevista 11, agricultor familiar, Crissiumal).

Além da diversificação da produção agrícola, torna-se importante também o desenvolvimento da diversificação rural, que se refere à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.). A estratégia da diversificação rural, através da agroindustrialização, foi encontrada em onze unidades de produção pesquisadas.

A diversificação rural pode, então, ser caracterizada como pluriatividade que, de acordo Alentejano (2001), é tida como

A diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias de produção dos agricultores, incluindo o recurso a outras formas de atividades, seja assalariamento urbano, transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural (Alentejano, 2001, p. 157).

Para Schneider (2006), a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico e se identificam como uma família.

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida (Schneider, 2006, p. 04).

O autor destaca que a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta, que é do mercado de trabalho. Esse processo aprofunda a inserção mercantil do agricultor familiar.

Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos, bens e serviços ou em outros onde a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar aos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as

características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente da venda da força de trabalho (ibid., p. 05).

O autor entende que a pluriatividade é um fenômeno tanto decorrente de processos sociais e econômicos externos às unidades familiares, como da ação e reação direta dos agricultores familiares, que participam de forma efetiva para sua afirmação. Ele propõe uma classificação e tipificação das formas de pluriatividade que podem ser encontradas, já que são vários os fatores que afetam o surgimento da pluriatividade, como: a modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização agrícola; a queda das rendas agrícolas; as políticas de estímulo às atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações; as mudanças nos mercados de trabalho; e o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural.

Na intenção de ampliar as possibilidades de entendimento deste conceito, Schneider (2006) propõe cinco tipos de pluriatividade. A primeira é chamada de *Pluriatividade Intersetorial*, que decorre da articulação do setor agrícola e não-agrícola com a indústria, comércio e serviço, e é fruto das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho gerando novas relações. Exemplos desse tipo são encontrados no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e no Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha. Geralmente os jovens e as mulheres trabalham parte de seu tempo na propriedade rural e tem uma segunda jornada de trabalho nas indústrias.

O segundo tipo é chamada de *Pluriatividade de Base Agrária*, e ocorre dentro do setor agrícola, sendo decorrente da terceirização de fases do processo de produção. São exemplos, o aluguel de máquinas e equipamentos e a contratação de serviços de terceiros dentro da agropecuária. O terceiro tipo de pluriatividade é chamado de *Trabalho Informal ou Sazonal*, e trata-se da venda de mão-de-obra em trabalhos temporários ou esporádicos. Seu traço fundamental é a informalidade e precariedade da venda da força de trabalho que decorre, em larga medida, da sazonalidade dos processos de produção na agricultura.

O quarto tipo de pluriatividade é chamado de *Para-Agrícola*, sendo resultado do beneficiamento ou transformação de produtos vegetais, animais ou bebidas com o objetivo de venda. Exemplos desse tipo são as agroindústrias familiares. O quinto e último tipo de pluriatividade proposto é a *Tradicional ou Camponesa*, formada pelas antigas atividades que sempre existiram dentro da propriedade camponesa, em uma tentativa de ter-se baixa dependência externa; essas não visam inserções mercantis.

Nesse trabalho, se irá detalhar o quarto tipo de pluriatividade. Das vinte e cinco unidades familiares pesquisadas, onze caracterizam-se como Para-agrícola. A estratégia de agroindustrialização, priorizada pelo Pacto Fonte Nova no início do seu desenvolvimento,

facilitou o escoamento e comercialização dos produtos, e incentivou a diversificação na microrregião. Segundo Schimanoski (2008), esse

Programa passa a ser um “agente” promotor de mudanças no meio rural, seja por aumento de determinada produção que não apresentava importância econômica para a unidade, ou devido à implantação de um novo sistema produtivo com menor impacto ambiental e social, apresentando viabilidade econômica maior em relação às práticas de cultivo anteriormente estabelecidas entre o sistema produtivo e consumidor (Schimanoski, 2008, p. 70).

Mior (2007, p. 10), definiu a agroindústria familiar rural como uma “forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Já a atividade de processamento de alimentos e matérias-primas objetivaria prioritariamente o autoconsumo, ou seja, a produção de valor de uso. Mior (2005) entende que a

Origem e evolução das agroindústrias familiares podem ser vistas como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interagem quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias (Mior, 2005, p. 203, apud STADUTO et al., 2008, p. 03).

As agroindústrias familiares na Região Celeiro têm contribuído para a construção social de novos mercados. Elas se articulam com os espaços locais, constroem relações cooperativas e fortalecem as relações de reciprocidade, à medida que se apóiam nelas e mobilizam diversos atores para sua inserção mercantil.

Wilkinson (1999) tem reforçado o papel da agricultura familiar nos processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo, o autor ainda reforça a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercados de nicho – produtos orgânicos e de qualidade diferenciada. Como demonstra Mior (2007),

O surgimento desta miríade de formas de agroindustrialização evidencia a existência de um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e socioeconômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa. Esta situação corrobora com a idéia de uma evolução rumo à constituição de redes horizontais de desenvolvimento rural (Mior, 2007, p. 13).

Para o autor, de uma maneira geral, uma análise da agroindústria rural evidencia a existência de trajetórias singulares de evolução diferentes da percorrida pelas agroindústrias convencionais. Ele destaca a forma de produção da matéria-prima processada (própria, natural ou ecológica), os insumos utilizados (naturais ou químicos), os tipos de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança, reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da rede de produção e comercialização. Esse conjunto de características das agroindústrias familiares pode ser percebido na fala dos agricultores familiares.

Tenho uma irmã que mora em Ijuí. Quando ela vem passear aqui em casa, leva os nossos produtos para lá. Tem até uma lista de encomendas da vizinhança. Eles não conseguem comprar lá um produto como o nosso, natural, sem veneno (entrevista 08, agricultor familiar, Crissiumal).

Pelo relato de alguns entrevistados, percebe-se a valorização do “saber fazer”, o processamento dos alimentos se dá por técnicas muitas vezes passadas por gerações mais antigas, mostrando a importância da permanência de hábitos e costumes.

O salame que fazemos é receita dos meus avós [...] estamos resgatando essa característica colonial da copa, dos embutidos. É o nosso diferencial, tem até gente do Mato Grosso que pede para nós enviar o nosso produto, porque não tem lá (entrevista 07, agricultor familiar, Crissiumal).

Conforme Marsden (1999 Apud WESZ JUNIOR, 2006, p. 08), é importante ressaltar que os recursos até então “menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber local, agora começam a serem vistos como cruciais para a emergência de um novo modelo de produção e de consumo alimentar”.

Outro aspecto que merece destaque é a participação das mulheres no processo produtivo e na comercialização de produtos da agroindústria familiar. Nas agroindústrias pesquisadas, as mulheres têm participação efetiva na constituição das mesmas.

Eu que fui atrás das informações. Primeiro me informei de tudo... aí comecei fazendo um pouco de pão, cuca. E quando vi, já tinha uma agroindústria. Aí todo mundo se envolveu (se referindo à família) (entrevista 25, agricultor familiar, Crissiumal).

Como observa Moura apud Kiyota (1999), nas unidades produtivas onde a transformação do produto está inserida nos sistemas produtivos, as mulheres estão assumindo gradualmente maiores responsabilidades nas atividades voltadas ao comércio.

Muitas mulheres antes de conversarem com os próprios maridos vinham aqui pra ver o que agente achava ou, então, lá na reunião do grupo do lar saíam essas perguntas: Dá pra vender? Não dá? Podemos entrar podemos? Então estas instruções a gente começou a dar. Quando elas já estão inseridas, os homens começam a aparecer, a “entrar em cena” (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal)

6.5 Fortalecimento do Turismo Rural

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontram-se as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro, e que tem sido estudadas, dentre outros por Silva et al. (1998), Almeida e Riedl (2000), Schneider e Fialho (2000), Mattei (2004), e Schneider (2006). De acordo com Fialho (2000), o turismo rural

pode trazer uma nova dinâmica para os agricultores familiares, como para a população que vive no campo de modo geral. Essa revitalização econômica do meio rural deve-se ao potencial que o turismo possui em gerar emprego e renda (Fialho, 2000, p. 143).

Diversos autores defendem que o turismo rural deve ser entendido como uma atividade complementar, ou seja, no contexto da pluriatividade no meio rural. Sendo assim, essa atividade não se configura como a “*salvação da lavoura*”, devendo-se levar em conta a sazonalidade da produção e as variações climáticas.

Tendo em vista a sazonalidade na atividade agrícola, e dependendo da estação do ano, o fluxo de turistas pode sofrer variações devido às características climáticas de cada região. Desta forma, há a necessidade de administrar as duas atividades, prevenindo a frustração de expectativas que não possam ser alcançadas com o turismo rural (Schneider e Fialho, 2000, p. 34).

A partir da divulgação do Programa Pacto Fonte Nova em feiras, e da comercialização do produto em nível local e regional, o município foi alvo do interesse de muitas pessoas, instituições e organizações sociais, as quais queriam conhecer as agroindústrias, e a experiência da cooperativa na comercialização para o MIA.

A valorização dos aspectos multifuncionais da agricultura⁴⁹, da produção de alimentos, das formas tradicionais de produção, e da paisagem rural suscita o surgimento de novas atividades não-agrícolas nos espaços rurais.

Com a consolidação do Programa Pacto Fonte Nova e a criação da cooperativa Cooper Fonte Nova, o fluxo de pessoas e instituições interessadas em conhecer a realidade das agroindústrias, tecnologias, metodologia de trabalho e políticas públicas implementadas no município aumentou consideravelmente. Para organizar esse fluxo, a partir de 2005 foi criado o circuito turístico “Mundo Colonial”⁵⁰. Segundo dados fornecidos pela cooperativa, o município, só no ano de 2008, recebeu mais de 43 excursões, totalizando mais de 1.000 visitantes- turistas originadas de diversos municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados. Essa evolução do programa pode ser percebida no depoimento da Extensionista da Emater/RS-Ascar, uma das entidades que compõe o Pacto.

Em 1998 iniciou o processo com o surgimento de 14 agroindústrias, em 1999 já havia 19, em 2000, 23 agroindústrias, e foram aumentando sucessivamente até chegar ao número significativo de 44 agroindústrias produzindo 114 tipos de produtos coloniais [...]. (CERVI, 2006, p.2, apud MAIA, 2008, p. 66)

O desenvolvimento do turismo rural tem proporcionado para o conjunto das iniciativas produtivas vinculadas ao programa a possibilidade de divulgação de seus produtos, de complementação de renda e o estabelecimento de contatos para futuras comercializações. Segundo Maia (2008), os objetivos da ação de turismo rural eram a geração de emprego e renda, a diminuição do êxodo rural, o resgate da autoestima, a valorização da cultura, da gastronomia e dos atrativos naturais e culturais do município, entre outros.

Os agricultores familiares são remunerados pelas visitas, eles recebem o valor de R\$ 3,00 por cada turista que os visitam. Como foi relatado no item 6.1.1, as agroindústrias aproveitam esse espaço para comercializarem seus produtos, e já existem agroindústrias que construíram um espaço só para receber os turistas.

⁴⁹Maluf et al. (2003) destaca quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura familiar: a) garante a reprodução socioeconômica das famílias rurais: com a inclusão de todas as unidades familiares, dando destaque àquelas que praticam atividade agrícola em condições precárias e que, em muitos casos, conforma uma fonte de renda secundária; b) promove a segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade: função que ganhou destaque pelas ações governamentais de erradicação da fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional c) mantém o tecido social e cultural: consideração que merece investimentos em (infra-estrutura e ampliação) da oferta de serviços nas comunidades rurais e d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: estimulado pelas abordagens do desenvolvimento sustentável, dá-se ênfase à preservação da biodiversidade genética, sendo possível, no Brasil, em muitos casos, associar biodiversidade e diversidade cultural.

⁵⁰ Segundo Maia (2008), a experiência do turismo rural no município de Crissiumal, iniciada em meados de 2005, objetivou organizar as ações e o fluxo de turistas que visitavam o interior do município para conhecer a realidade das agroindústrias, tecnologias, metodologia de trabalho e políticas públicas, sem interferir nos aspectos culturais da população.

Eu já comecei a adequar toda aquela peça lá... estamos melhorando essa parte da propriedade. Vamos aumentar a produção e o lugar para a degustação e recepção das visitas (entrevista 06, agricultor familiar, Crissiumal).

Mas cabe destacar que a comercialização na agroindústria só foi viabilizada pela facilidade de acesso à propriedade, pelo atendimento e produto diferenciado.

Agora são remunerados pelas visitas (no início não eram) e eles fazem questão de receber. Nós fomos buscar várias experiências em outros municípios, como Pato Branco no Paraná e outros municípios. Então, porque não viabilizar a visita de outros municípios? (entrevista 16, membro da cooperativa, Crissiumal).

Baseado em vários autores, Schneider e Fialho (2000) destacam que a comunidade local, em geral, é beneficiada com a realização de obras de melhoria na infra-estrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos (estradas, saneamento básico, entre outros).

Outra ação desenvolvida pela cooperativa é o “turismo educativo”, em que são realizadas visitas periódicas pelos alunos das escolas nas agroindústrias e propriedades ligadas à cooperativa.

Outra coisa que a gente aprendeu é que antes, há dez anos, chegava numa escola e pedia como se tirava leite, uma fabricação de bolacha no interior, nenhum aluno sabia. Hoje, com as visitas que eles fazem, todo o ano é feito um roteiro de visitas eles fazem. Quem entra na escola já está conhecendo, fazem as visitas junto com as merendeiras e professores para conhecer, com visitas nas agroindústrias, fábricas de melado, conhecem o processo de como se faz garapa, bolacha, rapadura, isso faz parte do processo cultural (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal)

Para o desenvolvimento do turismo rural, várias ações foram desencadeadas e executadas pela Cooper Fonte Nova, em parceria com a Emater/RS-Ascar, Prefeitura Municipal, entre elas destacam-se: a capacitação de técnicos em turismo rural, realização de trabalho de campo para orientar quanto à recepção e paisagismo das propriedades, elaboração de folder com atrativos do município, projeto de educação ambiental em áreas de turismo rural⁵¹, curso de paisagismo, e criação do comitê de turismo-

⁵¹ Este projeto foi elaborado pela Emater/RS- Ascar em parceria com o MDA. Tinha como objetivo promover o turismo rural sustentável inserido no contexto da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, visando o desenvolvimento rural sustentável. Na primeira etapa, ele foi desenvolvido em dois municípios: Crissiumal e Porto Mauá. Ele tinha como metas capacitar técnicos da Emater/RS e parcerias sobre os ecossistemas de sua região e desenvolvimento humano (formação e evolução, flora, fauna, cursos d'água e ocupação humana), educação ambiental e turismo rural; a qualificação das comunidades em educação ambiental e no processo de desenvolvimento do turismo rural local e regional sustentável; o reconhecimento e mapeamento da flora, fauna, cursos d'água e ocupação humana, predominantes na região e elaboração de catálogos fotográficos e mapas; e a

Segundo Schneider (2006), a capacitação das populações rurais para o exercício das atividades não-agrícolas, notadamente a prestação de serviços em empreendimentos de turismo rural, torna-se necessária.

A capacitação tem um papel decisivo tanto para os agricultores e populações rurais que passam a lidar com estas novas atividades como para os mediadores e os agentes de desenvolvimento rural, como os técnicos e extensionistas, dos quais se espera uma postura menos etnocêntrica e participacionista, tal como já ressaltado (ibid, p. 10).

Outro aspecto a ser ressaltado e que Schneider (2006) evidencia refere-se à promoção da participação social e o incremento dos processos de envolvimento e responsabilização das populações rurais. Na experiência de turismo rural desenvolvida em Crissiumal, percebe-se o envolvimento da comunidade desde o seu início. Estimulou-se o envolvimento da Cooper Fonte Nova, dos agricultores familiares, dos extensionistas, das lideranças locais, dos professores, entre outros atores locais. Para o autor é, “preciso envolver todos os atores interessados nas atividades ligadas ao turismo rural e, sobretudo, criar mecanismos de responsabilização social e de institucionalização” (ibid, p. 09).

O desenvolvimento do turismo no município contribuiu para a revitalização da economia local e para incrementar a renda das famílias.

São quatro ou cinco ônibus por semana que vêm. *Quando um turista chega aqui em crissiumal e deixa cem ou cento e cinqüenta reais*, porque eles não deixam de comprar a bolacha, cachaça, o ônibus abastece aqui, a alimentação do dia, tudo isso *gira dinheiro e o pessoal daqui está entendendo isso* (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal - grifos nossos).

Outro ponto a destacar, é que os outros municípios da região estão “percebendo” o impulso que a atividade turística desempenhou na revitalização da economia local.

Os municípios da volta daqui estão começando a olhar com bons olhos esta situação porque pode dar condições desses municípios venderem também seus produtos. Até agora os ônibus só passam pelos municípios e vão consumir em Crissiumal (entrevista 15, extensionista rural, Crissiumal).

Segundo relatos dos entrevistados, com a inserção no PAA, a Cooperativa passou a ter “algo a mais” ara relatar aos turistas, o que tornava a visita mais qualificada. É grande a

profissionalização de jovens rurais como monitores ambientais e guias de turismo, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho local.

demanda por informações relativas ao funcionamento do Programa, normativas para inserção no MIA e convites para apresentação da experiência.

Fomos com alguns agricultores até Brasília para apresentar o Programa para povo de todo o país. [...]Vários municípios vieram aqui para conversar conosco sobre merenda escolar e outras coisas (entrevista 16, membro da cooperativa Crissiumal).

Eu fui pra Brasília, junto com o pessoal da Cooperativa para apresentar a nossa experiência. Tu não sabe a emoção que eu senti... quando que eu ia ter a oportunidade de sair de Crissiumal? Isso não tem dinheiro que pague... (entrevista 18, agricultor familiar, Crissiumal).

Mas é importante destacar que esse processo não é desenvolvido em todas as propriedades ligadas à cooperativa, nem todas as famílias dispõem de condições para ingressar na atividade turística. Mas, de certa forma, a grande maioria das propriedades está sendo beneficiada (principalmente aquelas que desenvolvem atividades agroindustriais), pois os turistas compram seus produtos na cooperativa e nos mercados locais. Outras atividades acabam se associando naturalmente ao processo, como a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas, o artesanato e as atividades de lazer. Essas ações impulsionam a economia local.

O turismo rural desenvolvido no município de Crissiumal, ainda recente, está relacionado com a agricultura familiar, permitindo uma complementação de renda, principalmente nas unidades de produção onde existe a agroindustrialização da produção.

Cabe destacar que na experiência de Tenente Portela, até o momento, não há nenhuma atividade evidente de potencialização do turismo rural. Há, no entanto, algumas discussões da Cooperfamiliar para integração dessa atividade com a produção de alimentos e o artesanato, principalmente na Reserva Indígena do Guarita.

6.6 Limites e problemas da inserção no MIA na ótica dos agricultores familiares

A pesquisa também procurou levantar as percepções dos agricultores familiares quanto aos fatores limitantes encontrados para a inserção no MIA, através do PAA. Durante o desenvolvimento do trabalho, vários fatores limitantes foram apontados pelos agricultores familiares e atores sociais.

Dentre os limites/problemas mais citados, destacam-se: a necessidade de maior agilidade no pagamento pela CONAB, o limite baixo da cota de venda, a necessidade de redução da burocracia, preços abaixo do mercado de alguns produtos, carga tributária elevada,

incertezas sobre a continuidade do Programa, e dificuldades de certificação (produção orgânica).

Segundo os agricultores entrevistados, deveria haver uma maior agilidade no pagamento dos produtos, pois, em geral, os agricultores recebem após trinta dias da entrega da produção, o que induz a que utilizem-se prioritariamente de outras estratégias de comercialização.

O limite baixo da cota foi enfatizado pela grande maioria dos agricultores familiares. Eles alegam que, com o aumento da produção de alimentos, o valor de R\$ 3.500,00 anuais tem se mostrado muito baixo, o que pode levar o agricultor a utilizar o bloco de produtor de parentes e amigos (o que, oficialmente, não é “legalmente aceito”). Recentemente, foi aprovado um novo limite de venda (em torno de R\$ 4.500,00), mas, mesmo assim, pelo depoimento dos agricultores, ele ainda é baixo. Entretanto, esse limitante do Programa favoreceu a discussão de outras estratégias de comercialização, o que se destaca como um ponto positivo das experiências analisadas.

Outro limitante é a carga tributária. Segundo relatos das cooperativas, do total da cota anual que cada agricultor pode entregar para o PAA (R\$ 3.500,00), somente cerca de R\$ 2.700,00 é recebido por ele, analisando a comercialização do melado, pois o restante do valor corresponde à carga tributária arcada por ele no ato da venda. Assim, ressalta-se a necessidade de uma articulação com os governos estaduais para a redução ou isenção do pagamento do ICMS dos produtos vendidos para o PAA. Segundo as cooperativas, há a necessidade de que se apóie financeiramente essa ação realizada, para que elas continuem a elaborar os projetos, fornecer o acompanhamento técnico e realizar essa articulação com os demais atores sociais.

A estrutura do programa tem uma concepção de que o governo se beneficia e que os movimentos sociais são os obreiros. Nós botamos esta discussão a nível estadual porque nós levantamos os números, nós fizemos a logística, porque se não tivermos a logística por produto nós absorvemos um prejuízo muito grande. Nós não cobramos taxa de manutenção nem nada, o que entrou a gente repassa (entrevista 24, membro da cooperativa e integrante do Conselho Gestor, Tenente Portela - grifos nossos).

Segundo o documento de avaliação do PAA do Deser (2008), é preciso viabilizar as condições para fortalecer essa logística de apoio às organizações, sem que elas tenham prejuízo por estarem contribuindo com a implementação do Programa ao destinarem parte de sua estrutura para essa finalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou as políticas públicas de aquisição de alimentos e suas relações com o fortalecimento da agricultura familiar, com o objetivo de entender como se dá a inserção dos agricultores familiares no MIA. Para isto, caracterizou-se e estudou-se a construção social do MIA através do estudo da inserção dos agricultores familiares no PAA nos municípios de Tenente Portela e Crissiumal- RS.

Analisou-se a construção social do MIA na Região Celeiro com base no estudo dos atores que dela participam: técnicos, cooperativas e agricultores familiares dos municípios pesquisados. As conclusões aqui apresentadas restringem-se ao estudo da experiências da Cooperfamiliar e da Cooper Fonte Nova, pois, como apresentado no capítulo da metodologia, os resultados dos estudos de casos não são universalmente generalizáveis, mas apenas para casos semelhantes e para proposições teóricas.

O presente trabalho constatou que os agricultores familiares estão buscando estratégias de comercialização diferenciadas para obter uma melhor remuneração de seus produtos, principalmente para a sua reprodução material, mas também social, cultural e ideológica, além da viabilização de formas de organização coletivas que procuram superar as dificuldades do cooperativismo tradicional.

As principais estratégias utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados, que são fornecedores do PAA na Região Celeiro, são: mercado da venda a domicilio, comercialização em feiras (feiras esporádicas e feira do produtor), mercado regional e o MIA de alimentos.

As experiências de comercialização de alimentos, através do PAA, da Cooper Fonte Nova e da Cooperfamiliar evidenciam a valorização dos circuitos locais e regionais de comercialização. Essa estratégia de fortalecimento da comercialização em nível local e regional representa uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que extrapola questões ligadas à geração de renda e à comercialização dos produtos, e incluem a construção de uma nova relação com os consumidores, pautada pela valorização da diversidade e pelo fortalecimento dos vínculos com o território.

As cooperativas Cooperfamiliar e Cooper Fonte Nova, através de uma densa estrutura de organizações sociais existente no seu entorno, conseguiram constituir-se como um novo canal de comercialização, participação e de representação. O fortalecimento das cooperativas estimulou o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e gestão das cooperativas, contribuiu para a ampliação da rede de relações sociais de cooperação.

Pode-se perceber a importância da participação das organizações na gestão social do PAA. Esse processo de valorização dos atores locais possibilita a participação, bem como garante a transparência dessa política pública. As experiências de comercialização na Região Celeiro mostram que foi necessário formar uma complexa rede social. Constatou-se que as alternativas de comercialização desenvolvidas na região estão imersas na estrutura social local, o que determina, de forma central, a estrutura e o próprio comportamento desse mercado.

Essa integração de várias instituições e atores em torno do PAA tem favorecido não só o fortalecimento das cooperativas, mas também das organizações e instituições participantes do Programa, além de proporcionar a construção de políticas integradas. Cabe destacar que a construção social do MIA deve-se, em grande parte, à “habilidade social” dos atores sociais das cooperativas, das instituições públicas e das instituições sociais.

Dentre as ações integradas desenvolvidas, destacam-se a política de qualificação dos agricultores familiares fornecedores do PAA. Em Crissiumal, destacam-se as ações de viabilização da participação em feiras, de capacitação de técnicos em turismo rural, ações de divulgação dos produtos, dias de campo, projetos de educação ambiental, realização de festas gastronômicas, entre outras. Já em Tenente Portela, destacam-se o projeto de Capacitação de Agricultores Familiares da Região Celeiro para produção e comercialização em rede de produtos agroecológicos e a Capacitação em Gestão de cooperativas de produção de leite no Noroeste do Rio Grande do Sul. O credenciamento da cooperativa no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER para desenvolver atividades de ATER também merece destaque; a partir da inserção no PAA a cooperativa passou a ter maior visibilidade e a desenvolver novas atividades e programas.

Além disso, a inserção no Programa oportunizou a discussão de ações que geram demandas potenciais, como a estruturação de agroindústrias e dos sistemas de inspeção municipais, a implementação de redes solidárias, a discussão da construção de novos mercados para os produtos da agricultura familiar, a organização da produção, a conquistas de novos mercados, o resgate de saberes socioculturais e o desenvolvimento do turismo rural.

No que se refere a contribuições do PAA na construção de novos mercados, de acordo com o depoimento dos entrevistados, houve um aumento de espaço para a comercialização e divulgação dos diversos produtos, representativos da agricultura familiar. Os agricultores encontram-se mais satisfeitos com os retornos, com a garantia de renda mínima mensal, e destacam como principais vantagens do PAA o fortalecimento da cooperativa e o intercâmbio

de idéias, experiências que a inserção no Programa possibilitou além do incentivo à diversificação.

Constatou-se que as cooperativas têm se esforçado constantemente na busca por novas alternativas de comercialização. Elas têm a clareza de que não podem se tornar dependentes dos recursos do PAA para acessarem o MIA, já que esse mercado depende dos programas de governo, e, como tal, estão sujeitos a mudanças radicais, o que poderia comprometer o sistema de comercialização construído pelas cooperativas. Sem dúvida, a visão da construção de várias estratégias de comercialização é uma das conquistas positivas das cooperativas. As ações das cooperativas funcionam como um “guarda-chuva” para toda e qualquer inserção dos agricultores no mercado, e o PAA atuou como potencializador dos mercados locais e como mais um elemento na comercialização de alimentos, mas não o único. O PAA reacende o debate dos papéis do Estado na comercialização de alimentos e da necessidade de organização da sociedade civil para articulação e operacionalização dessas iniciativas.

Neste sentido, a compra de alimentos para a merenda escolar, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, constitui-se uma importante estratégia de comercialização a ser viabilizada pelas cooperativas. Através da publicação da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar ou suas organizações.

Mas seus efeitos vão além da geração de renda para os agricultores beneficiários, e da potencialização de novas alternativas de comercialização. O Programa está gerando segurança alimentar para uma parte da população local, que é beneficiada pela distribuição dos alimentos. Pode-se afirmar, através da análise das experiências, que a produção de alimentos da agricultura familiar tem gerado segurança alimentar e nutricional à população beneficiária no que se refere: ao acesso e à disponibilidade dos alimentos, através do fornecimento das quantidades suficientes e permanentes destes; à qualidade, do ponto de vista biológico e nutricional, que compõe cada um dos tipos de produtos; à aceitabilidade, por ser uma produção culturalmente aceita e adequada aos costumes locais; e à diversidade de alimentos oferecidos.

As experiências das cooperativas evidenciam a promoção da participação social: além da distribuição de alimentos, as famílias participam de cursos, oficinas, formações, dentre outras atividades. Essa prática deve-se, em grande medida, ao estímulo das cooperativas à participação dos beneficiários e da comunidade local, bem como da forma como ele está sendo gerido e operacionalizado na região.

No entanto, muitos desafios ainda estão postos do ponto de vista da agricultura familiar, como: a continuidade das entregas pelos agricultores quando o preço do mercado supera o preço de referência fixado no contrato; a maior agilidade nos pagamentos aos produtores; o baixo limite de vendas; a ampliação do número de agricultores fornecedores; a necessidade da redução da burocracia; preços abaixo do mercado de alguns produtos; carga tributária elevada; incertezas sobre a continuidade do Programa; dificuldades de certificação (produção orgânica); entre outros.

O PAA é um programa relativamente novo, e como ponto positivo destaca-se a sua adaptabilidade na operacionalização e execução. Em função dessa característica, algumas recomendações/considerações serão destacadas a partir do que foi observado na pesquisa:

- ✓ Em relação aos atrasos nos pagamentos, relatados pelos agricultores familiares, uma forma de solucionar essa situação seria realizar metade do pagamento no ato da entrega do produto e a outra metade após a conferência pela CONAB da prestação de contas enviada pela cooperativa.
- ✓ A experiência de capacitação desenvolvida pelas cooperativas envolveu diversos segmentos sociais e permitiu a construção integrada de ações de capacitação. Destaca-se a necessidade da construção de uma política de qualificação direcionada para os agricultores familiares, técnicos da extensão rural, das Secretarias Municipais de Agricultura e do Serviço de Inspeção Sanitária. Há a necessidade de capacitações nas mais diversas áreas, desde a produção até técnicas de venda, padrões de classificação, qualidade sanidade exigidos pela legislação, entre outros.
- ✓ As cooperativas não são remuneradas para a elaboração dos projetos, o acompanhamento técnico e a articulação com os demais atores sociais. Uma das alternativas seria apoiar financeiramente essas ações, destinando um percentual do valor do projeto.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de comercialização dos agricultores familiares e suas organizações, bem como estimular outros estudos mais aprofundados sobre esse tema. Seria importante dar continuidade a esta pesquisa para a obtenção de informações mais aprofundadas sobre os resultados, tanto das estratégias dos agricultores de inserção nos circuitos curto e longo de comercialização, como das de mercado local que estão iniciando na Região, como é o caso da comercialização para a merenda escolar. Um conjunto de temáticas se abre para posteriores estudos, como a análise das relações de gênero no interior do núcleo familiar, as relações de

poder e hierarquia do grupo doméstico, os hábitos de consumo dos agricultores familiares, e as contribuições do PAA para a população urbana beneficiada com a distribuição de alimentos.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 16(2): 35-64,2004.

_____. **Uma nova extensão para a agricultura familiar.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília: PNUD, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Estudos Rurais. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Para uma teoria dos estudos territoriais.** In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Alínea editora. Campinas, 2007.

_____. (Coord.). et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios.** Brasília: Unesco/Fao/Incra/Epagri, 1998. 101 p.

ALENTEJANO, Paulo R. **Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?** In: TEDESCO, J.C. (organizador). Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas. 2º Edição. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Perspectivas da agroecologia na produção de soja em pequena propriedade na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.** Revista espaço acadêmico. Número 69- fevereiro de 2007- mensal, ano VI. Disponível em <www.espacoacademico.com.br/069/69andrioli.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2009.

ARAÚJO, Iara Maria. **Os novos espaços produtivos - relações sociais e vida econômica.** In: 30º Encontro anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30º ANPOCS 2006.

BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia M. **A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências.** Revista de Administração Contemporânea, v. 8, edição especial, p. 203-227, 2004.

BALSADI, Otávio Valentim. **O PAA da Agricultura Familiar - os primeiros resultados obtidos em 2003.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, 2004.

BOTELHO, Flávio Borges; CARVALHO, Amauri Daros (coordenadores). **Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos locais nas regiões Nordeste e Sul do Brasil.** Revista Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, nº 5, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

BONI, Valdete; Quaresmo. Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.** Revista eletrônica dos pós graduandos em sociologia política da ufsc vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em <www.emteseufsc.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2008.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. **O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade**. In: Leite, Sérgio. (Org) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: ED. da Universidade, 2001.

BITTENCOURT, Gilson. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 2003. (dissertação de mestrado). Disponível em <www.deser.org.br/biblioteca> Acesso em 24 de fevereiro de 2008.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências**. Disponível em: www.PRONAF.gov.br. Acesso em 24 fev. 2008.

BRASIL. Decreto 5.741, de 31 de Julho de 2006, dispõe sobre o Sistema de Atenção a Saúde Agropecuária. DOU de 31/07/2006, nº 145, p.4 Brasília, 2006.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 ed- Ijuí: Ed Unijuí, 1999-571 p.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F. Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Jose R. (orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MORAD, 1999. p.325-344.

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento. **Resultado das Ações da CONAB em 2007**. Brasília. 2008. Acesso em 03 de fevereiro de 2009.

COOPER FONTE NOVA. Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais Pacto Fonte Nova Ltda. **Estatuto Social**. Crissiumal, RS, dez. 2002.

COOPER FONTE NOVA. **Projeto Compra Local Dos Produtos Da Agricultura Familiar- PROPOSTA CAEAF- 2007**

COOPERFAMILIAR. **Projeto Compra Local Dos Produtos Da Agricultura Familiar- PROPOSTA CAEAF- 2008**.

DELGADO Nelson Giordano et al.. **Avaliação do PAA da Agricultura Familiar**. Brasília, IPEA, 2005. (Texto para Discussão, 1145).

DELGADO, Guilherme Costa; **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: São Paulo. Ed. Ícone/ Ed. da UNICAMP, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO Jr., José Celso; **Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. In: Leite, Sérgio (Org). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: ED. da Universidade, 2001.

DEPONTI, Cidonea. Machado. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate**. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. CD ROM XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

DESER (RODRÍGUES, J. G. B.). Acordos da OMC ameaçam o programa destinado à agricultura familiar, in: FTN/Inesc, **Compras governamentais: o programa brasileiro de aquisição de alimentos**, Brasília, 2005.

DEVENS, Johnny Oli. **Agricultura familiar e Pluriatividade- Atividade rural e Domicílio Urbano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste- Campus de Toledo.

DORETTO, Moacyr; MICHELLON, Ednaldo. **Avaliação dos Impactos Econômicos, Sociais e Culturais do PAA no Paraná**. 2007. In: Flávio Borges Botelho Filho / Amauri Daros de Carvalho. (Org.). Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. 27 ed. Brasília: UnB / CEAM / NER, 2007, v. 7, p. 107-138.

EMATER-RS, ASCAR. **Estudo da situação**. Escritório Municipal de Tenente Portela, 2008.

EMATER-RS, ASCAR. **Estudo da situação**. Escritório Municipal de Crissiumal, 2008.

FERRO, Jolcemar. **Influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural: um estudo de caso no município de Concórdia/SC**– Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Florianópolis, 2006. 158 f.

FETRAF-SUL/CUT. **Cartilha de Esclarecimento e Procedimentos do novo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária –SUASA**. Graffoluz, 2007. 30p.

FIALHO, Marco Antonio V. **Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS**. (Dissertação de mestrado em Economia Rural) Porto Alegre, UFRGS, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA- FEE. **População dos municípios de Tenente Portela e Crissiumal**. Porto Alegre, 2008.

FUBRA/UNB. **Relatório consolidado sobre o PAA (PAA)**. Brasília, 2005, 236 pg.

FLIGSTEIN, N. **The sociology of markets**. *Annual review of sociology*. n.33, 2007a, p. 105-128.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo : Marco Zero, Brasília DF : Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GARNICA, Leonardo Augusto et al.l. **Políticas Públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso**. *Informações Econômicas*, SP, v.36, n.10, out. 2006. Disponível em < www.iea.sp.gov.br > Acesso em 01 de março de 2008.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. **Pronaf Dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** XLIV Congresso SOBER. Fortaleza Julho de 2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas S. A.: São Paulo, 5ª Edição, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José; **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 Ed. rev. - Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998.

GRANOVETTER, M. **The impacto f social structure on economic outcomes.** *Journal of economic perspectives.* V. 19, n.1, 2005. p. 33-50.

HUPPES, Cristiane Mallmann. **A Contabilidade Gerencial E O Desenvolvimento Local Endógeno: Diagnóstico da Utilização e das Potencialidades da Contabilidade Gerencial Segundo a Percepção dos Empresários da Agroindústria do Pacto Fonte Nova.** Programa de Mestrado em Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2008.

KIYOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de capanema - região sudoeste do paraná.** Lavras:UFL, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração Rural), Universidade Federal de Lavras, 1999.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues. **As Lógicas Produtivas. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). Agricultura Familiar: Comparação Internacional – Do mito à realidade.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, v. 2, p. 61-88. (Tradução: Frédéric Bazin).

LEITE, Marinês Tambara; CAPPELLARI, Viviane T.; SONEGO, Joseila. **Mudou, mudou tudo na minha vida: experiências de idosos em grupos de convivência no município de Ijuí/RS.** Revista Eletrônica de Enfermagem (on-line), v. 4, n. 1, p. 18 – 25, 2002. Disponível em < <http://www.fen.ufgr>>. Acesso em 19 de junho de 2007.

MAIA, Cláudio Machado. **A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul. Dissertação de mestrado – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008, p 102.

MACIEL, Lucas Ramalho. **MIA de Alimentos: Potencialidades e Limites para a Agricultura Familiar.** Brasília. Dissertação de Mestrado -Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Universidade de Brasília, 2008, p 115.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004.

_____. **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar.** Polis Papers 4. Instituto Pólis, São Paulo, 1999.

MARTINS, Sérgio Paganini; CAVALCANTIL, Lita Isabel;. **Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte**. In: BOTELHO, F. B. F. Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007.

MARTES, Ana Cristina Braga et al.. **FÓRUM – SOCIOLOGIA ECONÔMICA**. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, Art. 4, jan./jun. 2007. Disponível em < <http://www.rae.com.br> >. Acesso em 15 de janeiro de 2009.

MATTEI, Lauro. **PAA da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa**. Cadernos do CEAM (UnB), v. 07, 2007a.

_____. **PAA da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Anais do Congresso, Londrina, 2007b.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, Abrangência e Limites observados**. Artigo apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (PA). 19 a 23/03/01.

_____. **Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas**. In: NEAD, 2004. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=20> Acesso em: 02 out. 2008.

MAZZOTTI, Alda J. A. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129.set./dez. 2006.Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

MAZON, Márcia. **A construção social do mercado olerícola na ótica da Nova Sociologia Econômica. Estudo de caso em Urubici – Santa Catarina**. Dissertação de mestrado-Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2005.

MINAYO, Maria de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 edição revista e atualizada. Petrópolis Vozes, RJ: 2007.

MIOR, Luiz Carlos. **Desenvolvimento Rural: a contribuição da teoria das redes**. I Colóquio sobre agricultura familiar e Desenvolvimento Rural”. Porto Alegre, Novembro de 2005. Disponível em <www.cifers.t5.com.br/L.C.Mior_contribuicao_teorias_redes.pdf>. Acesso em 05 de março de 2009.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. 2007. Disponível em www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf. Acesso em março de 2008.

Müller, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil : o caso do PAA**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007a,128 f.

MULLER, Ana Luiza; FIALHO, Marco Verardi.; SCHNEIDER, Sérgio. **A inovação institucional e a Atuação dos Atores locais na implementação do PAA no Rio Grande do**

Sul. In: BOTELHO, F. B. F. Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos. Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI. v. 7, n. 27, 2007b.

MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL. **Regulamento Interno Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova**. Crissiumal, RS: Prefeitura Municipal, nov. 2000.

MDS. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programas e ações do Fome Zero**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em 06. Junho, 2007.

PACTO FONTE NOVA. Disponível em: <<http://www.pactofontenova.com.br/sobre.php>>. Acesso em 28 ago. 2008.

_____. **Regulamento Interno- Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova**, 2000. Trabalho não publicado.

PAULA, Ana Mônica Hughes de et al., **Descentralização e os governos locais: uma análise dos municípios rurais do Nordeste**. BAHIA ANÁLISE & DADOS Salvador, v. 14, n. 3, p. 577-592, dez. 2004. Disponível em <www.sei.ba.gov.br/> Acesso em 10 de fevereiro de 2008.

PANDOLFO, Marcos. **O PAA como instrumento revitalizador dos mercados regionais**. Agriculturas, v.5, n.2, jun./2008. P.14-17.

PESSOA, Zoraide Souza. **Agricultura familiar entre a realidade e a possibilidade de geração de emprego e renda**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003. 147p.

PONTE, João Pedro da. (2006). **O estudo de caso na investigação em educação matemática**. Bolema 25, 105-132. Disponível em <[www.educ.fc.ul.pt/docentes/.../94-Quadrante \(Estudo%20caso\).doc](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/.../94-Quadrante%20caso.doc)>. Acesso em 15 de agosto de 2009.

POLANYI, Karl. 2000. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 349 p.

PORTO NETO, Arlindo. **A Política Agrícola e a Globalização**. Revista de Política Agrícola, Ano V, n. 04 , p 05-11, Out - Nov , Dez 1996.

RAUPP, André. **Políticas públicas e agroindústria de pequeno porte da agricultura familiar** – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAUD-MATTEDI, Cecília. **Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação**. Política e Sociedade. Florianópolis. v.6, p. 59-82, 2005.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto et al.. **Um panorama do PAA no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista**. In: Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos- Flávio Filho e Amauri Carvalho(organizadores)- Brasília: Universidade de Brasília, CEAM, v. 7, n. 27, 2007, 228 p.

REGINATO, Luiz. F. **O capital social e as redes de cooperação: a influência dos fatores sociais nas redes de cooperação de serviço no RS.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SACOMANO NETO, Mario et al. . **Sociologia econômica e governança: visão sociológica da ação nos mercados.** In: I Seminário Temático - Centralidade e Fronteiras das Empresas no Século XXI, 2007, São Carlos. Centralidade e Fronteiras das Empresas no Século XXI. São Carlos : UFSCAR, 2007. v. 1. p. 1-10.

SABOURIN, Eric. **Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade.** In: VII Congresso da Alasru, 2006, Quito. VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Mexico : Alasru, 2006. v. 1. p. 09.

_____. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos.** In: I Colóquio da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. PGDR-UFRGS. 2005.

_____. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 37-61, 2001.

SANTIN, Laci. ADRIANO, Juliana. **Os sistemas locais de conhecimento agroecológico – SLCA – e o desenvolvimento territorial sustentável no litoral centro-sul do estado de santa catarina, Brasil.** Revista Discente Expressões Geográficas, nº 05, ano V, p. 61- 80. Florianópolis, maio de 2009. www.geograficas.cfh.ufsc.br

_____. **O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: Estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS, Fábio Fraga. **Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural.** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANTOS, Jaqueline. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização.** Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS. Hétel Leepkahn dos; **Construção Social De Mercado Orgânico: O Caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal De Santa Catarina, 2006.

SERVA, Mauricio; ANDION, Carolina. **Teoria das Organizações e a Nova Sociologia Econômica: Perspectivas de um Diálogo Interdisciplinar.** RAE- VOL. 46. Nº2ABR./JUN. 2006.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da.; HEINZ, C. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos.** Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** São Luis Gonzaga: UERGS, 2005. CD-ROOM.

SCHAPPO, Sirlândia. **Políticas Públicas no meio rural: O PRONAF e suas inter-relações com o fenômeno da migração na mesoregião oeste de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis ,2003.

SCHIMANOSKI, Vanderlea Michael. **Programa De Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova: contribuição para segurança alimentar e qualidade de vida**. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação– Mestrado em Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, V. 18, nº 51, p.99-123, 2003b. Disponível em <<http://www.anpocs.org.br>>. Acesso em 18 de agosto de 2008.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006a. p 15-63.

_____. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, Fortaleza, CE. Anais... Fortaleza, CE: SOBER, 2006.

_____. **Turismo em Comunidades Rurais : inclusão social por meio de atividades não-agrícolas**. In: Brasil, Ministério do Turismo. (Org.). Turismo Social: Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006, v. 1, p. 1-20

_____. FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. In: Almeida, Joaquim Anécio; Riedl, Mário. (Org.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1ª. ed. Bauru, 2000, p. 14-50

SCHMITT, Claudia Job. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional**. Revista de Política Agrícola, n. 2, abr-jun. 2005.

SCHMITT, Claudia Job; GUIMARAES, Leonardo Alonso. **O MIA como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**. Agriculturas - v. 5 - n 2 - junho de 2008.

SCHMIDT, Vanice Dolores Bazzo. **Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SPAROVEK, Gerd; LUDWIG, A. E. P; MAULE, R. F. et al. **Estudo Comparativo das Diferentes Modalidades do PAA – Região Nordeste** Revista Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, nº 5, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. **Sociologia Econômica: hoje e amanhã.** Tempo Social. v. 16. n. 2. 2004. p. 7 – 34.

VIAN, C. E; SACCO DOS ANJOS, F. **Caminhos e descaminhos da produção orgânica: Duas experiências de certificação no sudeste e sul do Brasil.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Anais do Congresso, Londrina, 2007.

VIEIRA, Débora de Faria Albernaz; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Influência do PAA na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar: O Caso de três municípios do Noroeste de Minas Gerais.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER, Anais do Congresso, Rio Branco, 2008.

VIEIRA, Débora de Faria Albernaz; Viana, C. A dos Santos. **O PAA –PAA e sua relação com o modo de funcionamento da Agricultura Familiar.** Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007.

VOGT, Silmara Patrícia Cassol; SOUZA, Renato Santos. **Políticas públicas de segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS.** In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza: SBSP. *Anais...*, 2007.

VOIVODIC, Mauricio de Almeida; FILHO BEDUSCHI, L. C.; **Bases Conceituais para o Entendimento de Conflitos Sociais entre Empresas Florestais Certificadas, Comunidades e Outros Atores Locais.** IV Encontro Nacional da Anppas, 2008. Brasília.

ZIMMERMANN, Sílvia. **Políticas Públicas e arranjos institucionais: o PAA da agricultura familiar (PAA).** Disponível em <www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais>. Acesso em 03 de janeiro de 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPE, 2001. p.21-55.

_____. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35,1997, Natal – RN. Anais... Natal, RN: SOBER, 1997. p. 90-113.

_____. **Olhares sobre o rural brasileiro.** Recife, out.1999.

WILKINSON, John. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil.** In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, n.2, 2002, p.805-824.

_____. **Agricultura Familiar e Mercados Velhos e Novos.** In: Seminário Regional Meio Ambiente e Mercado: desafios e perspectivas para o Nordeste. Natal, 19 a 21 de junho de 2000. Anais ... p. 25-29.

_____. **A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais.** In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.2, 1999, p.64-80.

WESZ, Junior. TRENTIN, Iran C. L.; FILIPPI, Eduardo E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais.** In: XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006, Fortaleza. Anais..., 2006.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2 edição – Porto Alegre: Bookmann, 2001.